UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THAIS HELENA DE ALCÂNTARA PERES

Educação Superior, Emprego e Renda: uma relação problemática. RMSP. 2002 – 2009

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Educação Superior, Emprego e Renda: uma relação problemática. RMSP. 2002 – 2009

Thaïs Helena De Alcântara Peres

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Brasílio João Sallum Júnior

São Paulo
2010

Agradecimentos

Como todas as teses, esta também se deve a muitas pessoas. Os equívocos, no entanto, são mesmo todos meus.

Clarice Lispector disse que "Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro". O meu pior defeito é a teimosia.

A mesma teimosia que me levou a aprender econometria faz-me insistir em algumas intuições das quais não abro mão por ainda não ter nada melhor para colocar no lugar. Assim, terminei este trabalho com a sensação de que ele ainda tinha muitos andaimes aparentes como em um edifício em construção e que muitos destes andaimes poderiam ser retirados. Mas, e o quê fazer com o medo do edifício todo despencar? Melhor deixar os andaimes todos aí e ter uma razão para continuar a sua edificação.

Agradeço muito ao Brasílio Sallum. Devo a ele não apenas a edificação deste trabalho, mas muito da minha própria edificação ao longo dos últimos 10 anos.

Agradeço aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Álvaro Comin, pela leitura cuidadosa e comentários inestimáveis, e Reginaldo Moraes.

Agradeço ao Joseph Potter e ao Chandler Stolp, professores da Universidade do Texas em Austin, pela generosidade com a qual me receberam durante a minha passagem por lá.

Agradeço ao Sergio Goldbaum e ao Jorge Oliveira Pires, professores da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, pelo companheirismo de tantos anos.

Agradeço aos amigos Maria Sofia Aragão, Oswaldo de Alcântara e Henrique Vinhais, sempre dispostos a somar com seus comentários e sugestões.

Agradeço aos meus colegas e secretárias do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, e aos meus colegas e secretárias do Population Research Center, do Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies e do Brazil Center da Universidade do Texas em Austin.

Este trabalho contou com o financiamento parcial do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituição pela qual quero manifestar o meu apreço e agradecimento, em especial à Dona Elza Pires do SEBIE.

Dedico este trabalho ao Tomás De Alcântara Peres Würst que, deliberadamente contra a sua vontade, sempre acaba na linha de frente de todas as minhas batalhas.

Se ser mãe é uma tarefa difícil, ser filho é uma tarefa heróica.

Cuanto me alegro

De que pintes conmigo en blanco y negro

Graffitis en los muros del planeta

Y si falta un color en mi paleta

Regálamelo tu.

En Blanco y Negro,
Sabina, San José & Milanés

Resumo

PERES, T. H. A. **Educação superior, emprego e renda: uma relação problemática. RMSP. 2002 – 2009**. 2010. 146f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Este estudo investigou a relação entre educação e renda a fim de entender os limites da educação superior como promotora do bem-estar individual e social. Pretende, assim, contribuir para a análise dos impactos, no curto prazo, da educação superior sobre o mercado de trabalho e sobre a renda dos trabalhadores em seu conjunto. A escolha do recorte de tempo, 2002-2009, é particular porque é o momento no qual as dinâmicas de três processos sociais, aparentemente sem muita sinergia entre eles, começam a se encontrar. Os processos são: (i) a expansão do acesso ao ensino superior, particularmente do setor privado; (ii) a reestruturação do mercado de trabalho na RMSP – Região Metropolitana de São Paulo; e (iii) o crescimento da PIA – População em Idade Ativa. A questão que se colocou foi entender quais arranjos sociais seriam feitos para dar conta da maior entrada de pessoas mais jovens e mais escolarizadas num mercado de trabalho que redefinia a sua estrutura de oportunidades. Foram utilizados os bancos de dados da PME – Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE para as análises *cross section* dos mesmos pares de indivíduos em dois momentos, 2002-2003 e 2008-2009, fornecendo elementos descritivos para a compreensão da relação em foco. Modelos probabilísticos – *Logit* e *OLogit* – foram modelados para a mensuração dos impactos, entre 2002 e 2009, da escolaridade sobre a ocupação (emprego ou desemprego); da escolaridade sobre a qualidade da ocupação (mercado formal ou mercado informal); e os impactos na renda recebida pelos indivíduos segundo as características de escolaridade, idade, gênero, cor, condição na família e inserção no mercado de trabalho. Entre outras conclusões, os resultados desta investigação reafirmam as possibilidades muito maiores do trabalhador com ensino superior de estar nos estratos superiores de renda, mas destacam que ele perdeu importância para fins de empregabilidade no período analisado, ao contrário do trabalhador com ensino médio cuja importância aumenta para fins de empregabilidade.

Palavras-chave: Educação Superior. Mercado de Trabalho. Renda. RMSP. PME.

Abstract

PERES, T. H. A. **Higher education, employment and income: a troublesome relation. Sao Paulo Metropolitan Area. 2002 - 2009**. 2010. 146p. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This study assesses the relation between education and income in order to understand the limits of higher education as a promoter of individual and social welfare. Thus seeks to contribute to the analysis of the impacts in the short run of higher education on the labor market and the income of workers. The chosen period of analysis, 2002-2009, is special because it is the moment when the dynamics of three social processes begin to meet, though apparently without much synergy among them. The processes are: (i) the expanding access to higher education, particularly at private institutions, (ii) the restructuring of the labor market in Sao Paulo Metropolitan Area, and (iii) the working age population growth. The issue was about social arrangements that would be made to allow more young and educated people entering in the labor market whose structure of opportunities have been redefined. The databases of the PME (Montly Employment Survey)/IBGE were used for cross section analysis of the same pairs of individuals on 2002-2003 and 2008-2009 and provided descriptive statistics to figure out the relation between education and income across the population. Probabilistic Models - *Logit* and *OLogit* - were modeled to measure education impacts between 2002 and 2009 on the occupation (employment or unemployment); schooling on the quality of occupation (the formal or informal market), and impacts on individuals' income according to characteristics of schooling, age, gender, race, family position and insertion in the labor market. Among other conclusions, the results of this investigation reaffirm the far greater probabilities of workers with higher education earn higher wages, but stressed that higher education became less important for employability in the period analyzed, unlike high school whose importance increases for employability.

Keywords: Higher Education. Labor Market. Income. Sao Paulo Metropolitan Area. Montly Employment Survey/PME.

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Número de Matriculas 1993-2003. Pública e Privada..... 15
Gráfico 2: Número de IES 1993-2003. Pública e Privada..... 17
Gráfico 3: Pirâmide Populacional..... 30
Gráfico 4: Composição dos grupos da amostra segundo nº da entrevista (1 a 8) X meses da PME – RMSP..... 40
Gráfico 5: Rendimento médio real (em R$) RMSP 2003-2008 a preços de março/08..... 53
Gráfico 6: Aumento do Salário-Mínimo 2001-2009..... 56
Gráfico 7: CHEFE no interior dos grupos de idade PME-RMSP..... 66
Gráfico 8: CÔNJUGE no interior dos grupos de idade PME-RMSP..... 66
Gráfico 9: FILHO no interior dos grupos de idade PME-RMSP..... 67
Gráfico10: FILHO no interior da amostra PME-RMSP..... 68
Gráfico11: CHEFE no interior da amostra PME-RMSP..... 69
Gráfico12: CÔNJUGE no interior da amostra PME-RMSP..... 70
Gráfico13: Ocupação e Desocupação PME-RMSP..... 70
Gráfico14: Qualidade da Ocupação PME-RMSP..... 71
Gráfico15: Primeiro Emprego como Ocupação PME-RMSP..... 72
Gráfico16: Desocupação e Escolaridade PME-RMSP..... 75
Gráfico17: Escolaridade e Mercado CHEFE Básico PME-RMSP..... 76
Gráfico18: Escolaridade e Mercado CÔNJUGE Básico PME-RMSP..... 77
Gráfico19: Escolaridade e Mercado FILHO Básico PME-RMSP..... 77
Gráfico20: Escolaridade e Mercado CHEFE Médio PME-RMSP 79
Gráfico21: Escolaridade e Mercado FILHO Médio PME-RMSP 79
Gráfico22: Escolaridade e Mercado CHEFE Superior PME-RMSP 81
Gráfico23: Escolaridade e Mercado FILHO Superior PME-RMSP..... 81
Gráfico24: Escolaridade e Mercado CHEFE –No Básico - PME-RMSP..... 82
Gráfico25: Escolaridade e Mercado CHEFE –No Médio - PME-RMSP..... 83
Gráfico26: Escolaridade e Mercado CHEFE –No Superior - PME-RMSP..... 83
Gráfico27: Escolaridade e Mercado FILHO –No Básico - PME-RMSP..... 84
Gráfico28: Escolaridade e Mercado FILHO –No Médio - PME-RMSP..... 84
Gráfico29: Escolaridade e Mercado FILHO –No Superior - PME-RMSP..... 85
Gráfico30: Participação na Renda 2002..... 86
Gráfico31: Participação na Renda 2009..... 86
Gráfico32: Participação na R1 2002 (Escolaridade)..... 88
Gráfico33: Participação na R1 2003 (Escolaridade)..... 88
Gráfico34: Participação na R1 2008 (Escolaridade)..... 88
Gráfico35: Participação na R1 2009 (Escolaridade)..... 88
Gráfico36: Participação na R2 2002 (Escolaridade)..... 89
Gráfico37: Participação na R2 2003 (Escolaridade)..... 89
Gráfico38: Participação na R2 2009 (Escolaridade)..... 89
Gráfico39: Participação na R2 2008 (Escolaridade)..... 89
Gráfico40: Participação na R4 2002 (Escolaridade)..... 90
Gráfico41: Participação na R4 2003 (Escolaridade)..... 90
Gráfico42: Participação na R3 2008 (Escolaridade)..... 90
Gráfico43: Participação na R3 2009 (Escolaridade)..... 90
Gráfico44: Participação na R4 2008 (Escolaridade)..... 91
Gráfico45: Participação na R4 2009 (Escolaridade)..... 91

Gráfico46: Participação na R5 2003 (Escolaridade)..... 91
Gráfico47: Participação na R6 2003 (Escolaridade)..... 91
Gráfico48: Participação na R5 2009 (Escolaridade)..... 92
Gráfico49: Participação na R6 2009 (Escolaridade)..... 92
Gráfico50: Participação na R1 2002 (Condição na Família)..... 93
Gráfico51: Participação na R2 2002 (Condição na Família)..... 93
Gráfico52: Participação na R4 2002 (Condição na Família)..... 93
Gráfico53: Participação na R5 2002 (Condição na Família)..... 93
Gráfico54: Participação na R1 2009 (Condição na Família)..... 94
Gráfico55: Participação na R3 2009 (Condição na Família)..... 94
Gráfico56: Participação na R5 2009 (Condição na Família)..... 94
Gráfico57: Participação na R6 2009 (Condição na Família)..... 94
Gráfico58: Participação na R2 2003 (Condição na Família)..... 95
Gráfico59: Participação na R4 2003 (Condição na Família)..... 95
Gráfico60: Participação na R6 2003 (Condição na Família)..... 95
Gráfico61: Participação na R2 2009 (Condição na Família)..... 96
Gráfico62: Participação na R3 2009 (Condição na Família)..... 96
Gráfico63: Participação na R5 2009 (Condição na Família)..... 96
Gráfico64: Participação na R6 2009 (Condição na Família)..... 97
Gráfico65: Participação na R1 2002 (Condição na Família)..... 97
Gráfico66: Participação na R2 2002 (Condição na Família)..... 97
Gráfico67: Participação na R3 2002 (Condição na Família)..... 98
Gráfico68: Participação na R4 2002 (Condição na Família)..... 98
Gráfico69: Participação na R5 2002 (Condição na Família)..... 98
Gráfico70: Participação na R6 2002 (Condição na Família)..... 98
Gráfico71: Participação na R1 2009 (Condição na Família)..... 99
Gráfico72: Participação na R2 2009 (Condição na Família)..... 99
Gráfico73: Participação na R3 2009 (Condição na Família)..... 99
Gráfico74: Participação na R4 2009 (Condição na Família).....100
Gráfico75: Participação na R5 2009 (Condição na Família).....100
Gráfico76: Participação na R6 2009 (Condição na Família).....100

Índice de Tabelas

Tabela 1: Taxa de Desemprego e Escolaridade....31
Tabela 2: Taxa de Participação e Escolaridade....32
Tabela 3: Rendimento médio real....33
Tabela 4: PME – RMSP – Março 2002....45
Tabela 5: PME –RMSP Março 2003....46
Tabela 6: PME – RMSP – Março 2008....47
Tabela 7: PME – RMSP – Março 2009....48
Tabela 8: PME - Percentis da renda – 2002 a 2009....49
Tabela 9: Intervalos de renda para construção de variáveis....50
Tabela 10: Variáveis de renda utilizadas....51
Tabela 11: Índices de correção pelo Salário-Mínimo....54
Tabela 12: Índices de correção - IPCA/IBGE....56
Tabela 13: Correção - IPCA/IBGE....56
Tabela 14: Índices de correção pelo IGP-M/FGV....57
Tabela 15: Correção – IGP-M/FGV....57
Tabela 16: Correção - comparativo....58
Tabela 17: Estatística Descritiva. Variáveis de Idade e de Escolaridade....61
Tabela 18: Ocupados com o primeiro emprego....72
Tabela 19: Ocupados com escolaridade básica por grupos de idade....77
Tabela 20: Ocupados com escolaridade média por grupos de idade....79
Tabela 21: Ocupados com escolaridade superior por grupos de idade....81
Tabela 22: Correção IPCA 2002-2009 - R1-R3....85
Tabela 23: Correção IPCA 2002-2009 - R4-R5....86
Tabela 24: Comparação entre modelos Ocupados 2002....105
Tabela 25: *Odds ratio* - REG 5....107
Tabela 26: Comparação entre modelos Ocupados 2009....108
Tabela 27: *Odds ratio* - REG 5....109
Tabela 28: Comparação entre modelos Mercado Formal 2002....111
Tabela 29: *Odds ratio* – REG 4....112
Tabela 30: Comparação entre modelos Mercado Formal 2009....113
Tabela 31: *Odds ratio* – REG 4....115
Tabela 32: Variáveis de Renda para o O*logit*....116
Tabela 33: Comparação entre modelos Renda 2002....118
Tabela 34: *Odds ratio* – REG1 a REG6 – Modelos Renda 2002....119
Tabela 35: Comparação entre modelos Renda 2009....121
Tabela 36: *Odds ratio* – REG1 a REG6 – Modelos Renda 2009....122

Índice de Figuras

Figura 1: Dinâmicas....60

Lista de Abreviações e Siglas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	*Bank for International Reconstruction and Development* (Banco Mundial)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
FFLCH-USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MMI	*Maximally Maintained Inequality*
MPL	Modelos Probabilísticos Lineares
NB	No Básico
NM	No Médio
NS	No Superior
NUPES	Núcleo de Pesquisa sobre Educação Superior
OLS	*Ordinary Least Squares*
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPV	Pesquisa de Padrões de Vida
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Apresentação 1

Capítulo 1: Em busca do bem-estar social 5

A educação como promotora do bem-estar social 5
A educação como motivação para a redução das desigualdades entre as classes 6
O debate sobre classes sociais 8
A Expansão do acesso ao Ensino Superior privado: o problema de investigação.....14
Hipóteses de Trabalho.....18

Capítulo 2: Educação e Mercado de Trabalho 19

Distinguindo Educação e Capital Humano.....19
Educação e Inserção produtiva 25
Convite para uma investigação empírica 28

Capítulo 3: Aspectos teóricos e metodológicos para o desenho estatístico da pesquisa 37

Análise das dinâmicas 37
A PME: Pesquisa Mensal de Emprego 38
A seleção da amostra.....39
O dilema da Renda.....49

Capítulo 4: O Encontro entre as dinâmicas. Apresentação e análise dos dados 59

Análise das dinâmicas: Estatística Descritiva: Escolaridade, Idade, Condição na Família, Inserção no Mercado de Trabalho, Renda.....59
Dados de Escolaridade e Idade 60
Dados de Condição na Família. 64
Dados gerais de Ocupação e Desocupação. O Primeiro Emprego. Um desemprego cada vez mais escolarizado. 69
Dados de Condição na Família, Escolaridade e Mercado de Trabalho. A vida de quem estuda e trabalha.....74
Inserção no Mercado de Trabalho: Escolaridade e Renda. 85
Chefes, Filhos e Cônjuges nas fatias de Renda conforme Escolaridade.....91

Capítulo 5: Impactos da escolaridade no mercado de trabalho 100

O Modelo 1: impacto da escolaridade sobre a ocupação 102
O Modelo 2: impacto da escolaridade sobre a qualidade da ocupação.....109
O Modelo 3: a incorporação da variável Renda 115

Capítulo 6: Conclusões 123

Referências 129

Apresentação

A inspiração para este estudo é o fato de que o acesso à educação superior é, em última instância no nosso país, a grande motivação das pessoas para a mobilidade social. Entretanto, este não é um estudo sobre mobilidade social. E não o é por uma razão objetiva: a falta de tempo necessário para empreender um estudo que trate desta conexão.

A ampliação do acesso à educação superior no nosso país remonta à segunda metade da década de 1990 e, embora nos últimos 15 anos o Brasil tenha se tornado exemplar na coleta, integridade e disseminação de dados estatísticos sobre a sua população, um estudo sobre mobilidade social exigiria, pelo menos, dados sobre duas gerações.

Assim sendo, com os dados disponíveis, este estudo pretende apenas contribuir para a análise e a compreensão dos impactos, no curto prazo, da educação superior sobre o mercado de trabalho e sobre a renda dos trabalhadores em seu conjunto em um momento muito particular do tempo, a primeira década deste século.

A escolha do recorte de tempo, 2002-2009, é particular porque é o momento no qual as dinâmicas de três processos sociais, aparentemente sem muita sinergia entre eles, começam a se encontrar. Os processos são: a expansão do acesso ao ensino superior, particularmente do setor privado; a reestruturação do mercado de trabalho na RMSP – Região Metropolitana de São Paulo; e o crescimento da PIA – População em Idade Ativa.

Como se verá ao longo dois primeiros capítulos deste trabalho, o número de matrículas no ensino superior no nosso país aumentou aproximadamente 300% entre 1993 e 2003; a partir de 1990, a reestruturação dos sistemas produtivos e financeiros pelo mundo começa a se fazer sentir e um dos seus efeitos é a redefinição da estrutura de oportunidades dos mercados de

trabalho que resulta em diminuição de oportunidades e conseqüente aumento do desemprego. Embora a redefinição de oportunidades não seja uma particularidade do mercado de trabalho brasileiro, no nosso caso, ela se torna mais intrigante uma vez que no nosso país o crescimento do número de pessoas na PIA se tornou crescente a partir de meados da década de 2000.

O dilema, portanto, era tentar entender quais arranjos sociais seriam feitos para dar conta de mais gente cada vez mais escolarizada entrando num mercado de trabalho no qual a maior parte dos empregos permanecia concentrada nos estratos inferiores de qualificação, produtividade e renda. A educação, comumente apresentada como o fator preponderante para a geração de diferenciais salariais e de empregabilidade talvez pudesse garantir melhora no plano individual, mas como isso se daria no conjunto da sociedade?

Aparentemente, o mercado excluiria naturalmente os menos escolarizados e empregaria os mais escolarizados. No entanto, os empregos com exigências de escolaridade de nível superior estariam escassos e o aumento da competição geraria queda na renda. Mais do que isso, pessoas mais escolarizadas desempenhariam funções simples as quais, há dez anos, não exigiriam trabalhadores no topo da pirâmide de escolaridade.

Assim, a relação escolaridade, emprego e renda parecia se configurar diferentemente do esperado neste momento particular e, desta feita, a educação superior como promotora do bem-estar do conjunto da sociedade tornava-se uma causalidade problemática.

Para começar a entender o que a sociedade esperaria da educação e aquilo que, de fato, acabou obtendo dela, o primeiro capítulo deste trabalho trata da educação como motivação para a redução das desigualdades entre as classes e conseqüente promoção do bem-estar social.

Para tanto, reacende o debate sobre as classes sociais na tradição sociológica a partir de Marx e Weber, e trata, brevemente, do desdobramento deste debate a partir de três chaves analíticas, Erik Olin Wright, John Goldthorpe e Pierre Bourdieu, a fim de evidenciar elementos nas teorias

destes pesquisadores que associem - ou não - mercado de trabalho e superação da classe de origem. Além disso, o capítulo traz um breve histórico sobre a expansão do acesso ao ensino superior no Brasil e apresenta as hipóteses preliminares deste trabalho.

O segundo capítulo discute a causalidade entre educação e renda, abordando os limites para a inserção produtiva da educação. Com estes novos elementos apresentados, afina as hipóteses preliminares e convida à investigação empírica desenvolvida no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo é metodológico e discorre sobre a construção das amostras populacionais usadas para as análises estatísticas a partir da PME – Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. A escolha dos bancos de dados da PME se justifica pela intenção inicial de desenvolver neste trabalho uma análise de trajetória e não uma análise *cross section* como acabou sendo feita.

A análise de trajetória foi abandonada porque, mesmo que pudesse trazer dados interessantes para se pensar a movimentação dos indivíduos durante 16 meses que é o período de coleta dos dados da PME nos domicílios, estes dados reverberariam pouco quando comparados à trajetória de outros indivíduos diferentes 7 anos depois. Este limite de 7 anos, entre 2002-2009, é um limite imposto pela mudança de metodologia na coleta de dados da PME.

O espaço de tempo de 7 anos, embora curto, poderia, no entanto, possibilitar a análise *cross section* dos mesmos pares de indivíduos em dois momentos importantes para a compreensão dos processos sociais em andamento que se queria observar, 2002-2003 e 2008-2009, e, ainda gerar elementos para sugerir não uma tendência, mas os impactos ocorridos 7 anos mais tarde. Por esta razão, a PME permaneceu como banco de dados deste estudo.

O quarto capítulo apresenta a estatística descritiva das variáveis explicativas construídas no capítulo metodológico - Escolaridade, Idade, Condição na Família, Inserção no Mercado de Trabalho e Renda – para as quatro amostras populacionais selecionadas, uma a cada ano,

comparando-as por pares de anos (2002-2003 e 2008-2009) e fornecendo elementos para a compreensão da relação entre escolaridade e renda no conjunto da população.

No quinto capítulo, formula-se três modelos econométricos – *Logit* e *OLogit* – para a mensuração dos impactos, entre 2002 e 2009, da escolaridade sobre a ocupação (emprego ou desemprego); da escolaridade sobre a qualidade da ocupação (mercado formal ou mercado informal); e os impactos na renda recebida pelos indivíduos segundo as características de Escolaridade, Idade, Gênero, Cor, Condição na Família e Inserção no Mercado de Trabalho.

No último capítulo, os resultados apresentados no capítulo cinco, assim como as observações sobre a relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho descritas no capítulo quatro, são retomados ao lado das hipóteses inicialmente apresentadas.

Capítulo 1: Em busca do bem-estar social

A educação como promotora do bem-estar social

A idéia de que a educação desempenha um papel preponderante para a promoção do bem-estar e da transformação social parece inequívoca. Nesta perspectiva, pode-se imaginar ao menos três cenários nos quais uma boa *performance* educacional contribuiria para o desenvolvimento econômico, social e político.

O primeiro cenário, mais comum, é aquele da educação formal como um direito social que melhora a vida dos indivíduos na medida em que lhes garantem acesso as informações capazes de lhes proporcionar novos valores socioculturais. Este processo educativo sociocultural se responsabilizaria pela melhora do padrão de bem-estar destes indivíduos, pois os protagonistas desta cena - sabendo ler, escrever e fazer contas - teriam maior autonomia para a vida social e viveriam melhor.

O segundo cenário, mais utilitário, associa a educação à capacitação das pessoas para executar trabalhos. Este processo de capacitação resultaria em indivíduos mais produtivos e garantiria um melhor desenvolvimento econômico, pois trabalhadores melhor capacitados são mais eficientes.

O terceiro e último cenário, mais pretensioso, confere à educação a complexa tarefa de educar formalmente, capacitar para o trabalho e, associando-se ao mercado de trabalho, ser capaz de gerar renda e reduzir as desigualdades entre os indivíduos. Mais autônomos, mais capacitados e, finalmente, mais *iguais*, os protagonistas desta cena teriam mobilidade social e transformariam a sociedade.

Este último cenário é o objeto deste estudo. Um cenário no qual a educação é tratada como um dos fatores mais importantes de ascensão social dos indivíduos e a desigualdade educacional – tanto em termos de quantidade quanto de qualidade do ensino – é vista como uma das principais razões das desigualdades salariais no mercado de trabalho, contribuindo para a transmissão intergeracional da desigualdade[1].

A educação como motivação para a redução das desigualdades entre as classes

A relação entre qualificação educacional e renda sugere que a classe de destino de uma pessoa seja melhor do que a sua classe de origem se cumpridas determinadas trajetórias escolares[2], além de também estar fortemente presente na teoria do Capital Humano[3] para a qual o avanço na escolaridade implica diretamente no aumento da produtividade individual e, conseqüentemente, no nível de renda e bem-estar do indivíduo.

No entanto, a partir de Boudon (1973) parece haver consenso que, de modo geral, a expansão dos sistemas educativos não resulta em maior igualdade nas chances relativas de escolarização[4]. Goldthorpe e Breen (1997) têm na Teoria da Escolha Racional a explicação para o fato dos ganhos educacionais não significarem ganhos de mobilidade social. Para tanto, lançam mão do que Goldthorpe (1996) chama de "persistência de classe", ou seja, na origem, a família escolhe tanta educação quanto o necessário para os filhos chegarem a um destino que mantenha a sua origem e, contrários a Bourdieu (1977), não analisam este fato à luz da

---

[1] Ver, por exemplo, Lam e Levison, 1991; Barros e Lam, 1996; Dureya, 1997 e Lam, 1999

[2] Silva, 1988; Carvalho e Neri, 2000 e Osório, 2003 são exemplos de artigos que analisam conjuntamente origem, qualificação educacional e destino com diferenciais para grupos raciais. Os três artigos deixam clara a forte interação entre raça e classe na produção das desigualdades educacionais.

[3] Ver, por exemplo, Mincer, 1974 e Becker, 1975.

[4] Mais do que isso, as pesquisas do projeto CASMIM mostram que sistemas educacionais extremamente distintos têm resultados semelhantes quanto à manutenção das desigualdades. Exceção é feita à Suécia. (Marshall, 1997, p. 6).

Teoria do Capital Cultural, chegando inclusive a evocar o talento ou a genética (Marshall, 1997, p. 9) para justificar tal "persistência" ou incapacidade ao sucesso.

Indo além na linha da Teoria da Escolha Racional de Goldthorpe, os pesquisadores do Programa de Nuffield[5] demonstram que não há voluntariedade na escolha dos atores sociais, pois eles estão à mercê de uma ordem social coercitiva que restringe e impõe as suas escolhas. Não se trata, portanto, de ter uma trajetória educacional de sucesso ou o *mérito* para atravessar as barreiras de classe, pois a ordem social pode transformá-las em algo intransponível.

Silva (2003) analisou a estratificação escolar no Brasil após a universalização do ensino fundamental. Para o autor, o termo estratificação escolar "diz respeito à relação entre as características de origem socioeconômica dos alunos na entrada do sistema escolar e as características individuais observáveis na sua saída, bem como aos mecanismos por meio dos quais essa relação é estabelecida" (Silva, 2003, p. 105), e é fortíssima a relação de dependência entre a capacidade econômica das famílias e a educação dos filhos.

Em suma, para protagonizar o seu papel de promotora do bem-estar social, a educação parece depender de muitos fatores coadjuvantes. A classe social de origem dos indivíduos, a quantidade de educação recebida, a ordem social, as escolhas das famílias, as capacidades individuais, o mercado de trabalho, a qualidade da educação recebida, as barreiras entre as classes, as trajetórias individuais, os valores culturais das famílias, o estágio de desenvolvimento econômico do país no qual se vive, entre outras variáveis, parecem roubar a cena, inviabilizando a plena realização daquilo que a educação, no roteiro original, deveria alcançar.

---

[5] Ver, por exemplo, Breen, 1999 e Breen e Goldthorpe, 2001.

O debate sobre classes sociais

Embora a discussão sobre classes sociais tenha perdido importância no campo da Sociologia a partir do final dos anos 1980, parece urgente que o debate seja reavivado[6] para tentar compreender a persistência das desigualdades sociais e da pobreza herdadas do século XX a despeito do consenso de que seria possível, objetivamente, acabar com elas[7].

Na tradição sociológica, Marx e Weber empreendem diferentes definições para o mesmo conceito. Enquanto para Marx a chave analítica está na produção social e exploração do trabalho, para Weber ela se encontra no poder. Assim, para Marx, são as determinações particulares do modo de produção e reprodução da vida social e as engrenagens da exploração que qualificam as classes.

Em Weber, as classes são qualificadas pela posição de poder dos indivíduos no mercado e pelas motivações oriundas da ação e relação sociais. Embora Weber oriente sua reflexão para a ação social, classes sociais, para o autor, não se convertem, necessariamente em atores sociais.

Já para Marx[8], a classe é um agente social dotado de consciência e em estado de luta com outra classe. A consciência de seu lugar na sociedade seria, para a classe, o ponto de partida para um projeto político de emancipação. A tomada de consciência pelo proletariado era,

---

[6] Depois de ser dado como morto. O debate sobre o fim das classes sociais se inicia com Robert Nisbet (1959), passa por Raymond Aron (1969), Terry Clark e Seymour Lipset (1991) e cresce, nos últimos 50 anos, com argumentos econômicos, políticos e sociais, como a diminuição da desigualdade econômica e educacional, a maior permeabilidade das fronteiras sociais para o acesso ao consumo e aos bens culturais, a frágil distinção entre as diversas classes sociais, o aumento da mobilidade social, a diminuição crescente da chamada "consciência de classe" e da ação social.

[7] Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. SP : Companhia das Letras, 2000. Sachs, Jeffrey. *O Fim da pobreza*: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos. SP : Companhia das Letras, 2005.

[8] Não há, na obra de Marx, uma definição explícita para classe social. No momento de sua morte, em 1883, Marx deixou inacabado o capítulo de *O Capital*, intitulado "Classes Sociais". O capítulo iniciava com uma definição de classe social semelhante àquela proposta por Adam Smith, fundada na divisão entre capital fundiário, capital imobiliário e força de trabalho: "todo o patrimônio de um homem pobre consiste na sua força e habilidade de mãos" (1981, p. 269). No *Manifesto Comunista*, nota-se uma oposição irredutível entre duas classes.

portanto, um momento que iria além da sua existência material ("classe em si", tornando-se "classe para si").[9]

Muitas diferenças podem ser notadas entre a conceituação de Weber e Marx; um bom paralelo seria assinalar que para Marx, classes sociais são coletividades estruturadas a partir de uma posição definida na ordem econômica, notadamente a propriedade ou não dos meios de produção, que está marcada por um conflito central (exploração). Assim, na tradição marxista, a totalidade é mais importante do que a soma dos indivíduos que a formam; a classe existe independentemente de seus membros; e é a classe que define os papéis na ordem econômica. Esta tradição pode ser qualificada como *realista* na medida em que, supõe-se, as classes sejam formadas por elementos verdadeiros e tangíveis e não por construções intelectuais.

A tradição weberiana, por outro lado, supõe que classes sociais sejam grupos de indivíduos semelhantes que compartilham, conscientemente ou não, mesmas situações de classe, cada qual permitindo aos agentes aproveitar chances de vida similares, quer dizer, um destino comum, uma dinâmica social parecida uns com os outros (*Lebenschancen* ou "chances de vida").

A princípio, para Weber, classe social pode ser compreendida como um conjunto de indivíduos que o pesquisador resolve agrupar segundo critérios próprios. Esta perspectiva individualista se contrapõe à totalidade marxista e, mais, na medida em que as classes são mais nominais do que reais no sentido marxista, o *realismo* de Marx se opõe ao *nominalismo* de Weber.

---

9 Em *O Capital*, Marx analisa o capitalismo como um sistema baseado na separação entre trabalho e meios de produção, separação que fundamenta outra divisão, qual seja, aquela existente entre uma classe de capitalistas proprietários e uma classe desprovida dos meios de produção, o proletariado, detentor somente do uso da força de trabalho, a ser vendida no mercado. Neste sentido, o capitalismo é um sistema constituído por classes em conflito e não por um sistema composto de indivíduos livres para afirmar suas preferências e defender seus interesses. Neste sistema, a base da produção é a mais-valia, ou seja, o valor excedente obtido pelo tempo de trabalho suplementar não pago ao trabalhador.

Ainda, para Weber, as classes sociais são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade política, o autor não a concebe como um componente estrutural, mas como tipo ideal de curso de ação. Weber parte dos agentes individuais - e não, como Marx, da estrutura econômico-social como um todo - e, no plano coletivo, a sociedade para Weber se divide em classes (relações de mercado; ordem econômica), estamentos (maneira de viver; ordem social) e partidos (luta pelo domínio; grupo de interesses); tal divisão nos permite entender os mecanismos diferenciados de distribuição de poder[10].

Como desdobramento destas duas perspectivas, poder-se-ia discorrer longamente sobre três chaves analíticas propostas por diferentes teóricos: Erik Olin Wright, John Goldthorpe e Pierre Bourdieu.

No entanto, uma vez que o desenvolvimento dos trabalhos destes autores teve (e tem para os pesquisadores que lhes dão continuidade) como objetivo os estudos sobre mobilidade social e por uma questão de espaço de tempo, como afirmado anteriormente, o presente trabalho não pode realizar o mesmo objetivo, estes autores só serão aqui brevemente apresentados. Desta forma, serão destacados apenas os elementos de suas análises que tratem da educação e do mercado de trabalho e que podem, portanto, contribuir para a compreensão da construção do problema que esta tese pretende investigar.[11]

Wright e Goldthorpe constroem esquemas de posições de classe a partir da diferenciação da estrutura ocupacional para, através desta estrutura, observar empiricamente a estratificação social. A projeção destes autores se deve, em larga medida, ao caráter inovador dos seus estudos empíricos. Bourdieu, por sua vez, constrói classes como categorias analíticas para

---

[10] Weber, Max. "Classe, Estamento, Partido". IN: Weber, Max. *Ensaios de Sociologia*. RJ : Zahar, 1979.

[11] Não obstante, todas as referências bibliográficas para a compreensão destas chaves analíticas em vistas ao empreendimento de estudos futuros sobre mobilidade social constarão das Referências do presente trabalho. O mesmo vale para as referências dos pesquisadores brasileiros, particularmente Pastore, Figueiredo Santos, Valle e Silva e Scalon cujos esforços para a compreensão das classes e da mobilidade social no Brasil têm sido incessantes.

identificar indivíduos culturalmente diferentes; para o autor, classes são uma formação de agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social, levando-os a adotar atitudes e interesses semelhantes neste "espaço de relações"[12]. Sua grande contribuição foi, provavelmente, assinalar que as práticas culturais constituem uma dimensão essencial na conformação das classes[13].

A obra de Erik Olin Wright sistematizou e conceitualizou, a partir da teoria marxista, uma tipologia de classes para ser usada em estudos empíricos. A sua maior contribuição, para além da teoria marxista, talvez tenha sido propor uma resolução para o dilema do lugar da classe média em uma estrutura de classes como demonstra o seu primeiro mapa de classes apresentado na sua tese de doutorado publicada em 1976.[14]

John Goldthorpe é reconhecido pelo empreendimento de grandes estudos empíricos uma vez que coordenou com Walter Müller, na década de 1980, um grande projeto de análises comparativas de mobilidade social envolvendo diversos países europeus, o CASMIM (*Comparative Analyses of Social Mobility in Industrial Nations).*

---

[12] Boudieu, 1989, p. 137.

[13] E assim, para além de Max Weber que associa idealmente "estilo de vida" a estamentos, a grupos endogâmicos que bloqueiam o livre curso do mercado boicotando os princípios classificatórios eminentemente econômicos, Pierre Bourdieu mostra que na sociedade de classes, os critérios fundamentais de classificação social não são a propriedade e o mercado, mas as categorias sócio-culturais, os diferentes estilos de vida e, mais, que "l'aversion pour les styles de vie différents est sans doute une des plus fortes barrières entre les classes" (Bourdieu, 1979, p. 60).

[14] Nesta primeira abordagem, a "classe média" aparece como várias categorias sociais que ocupam "posições contraditórias nas relações de classes". O apoio teórico marxista torna-se, naturalmente problemático para Wright na medida em que as relações de exploração são substituídas por relações de dominação (controle) entre as várias classes. Esta incorporação weberiana à teoria marxista de Wright é a solução encontrada para as questões trazidas pelo capitalismo moderno (como, por exemplo, as crescentes qualificação e burocratização). Em *Classes*, publicado em 1985, Wright faz a revisão crítica desta questão denotando maior preocupação com a dominação (qualquer situação de opressão) do que com a exploração (dominação apenas material). A partir desta revisão, Wright (1989) propõe uma nova classificação. A segunda classificação de Wright tenta incorporar a conceituação weberiana, mas subordinando-a à marxista, ao menos como Wright a entende.A aplicação do esquema de classes proposto por Wright pode ser encontrada no estudo empreendido por ele e Western (1994) para a análise da mobilidade intergeracional nos EUA, Canadá, Noruega e Suécia.

O esquema teórico de classes de Goldthorpe está baseado na estrutura ocupacional, cujas categorias são construídas a partir da teoria de Lockwood (1962), weberiano confesso. "Posição de mercado", ou seja, a posição na estrutura econômica, e "posição de trabalho", ou seja, a posição nas relações de produção são os conceitos emprestados por Goldthorpe[15] à Lockwood para construir o seu esquema relacional de classes.[16]

A obra do autor, *Social mobility and class structure in modern Britain* propõe um mapeamento da estrutura de distribuição de poder na sociedade britânica e investiga empiricamente o processo de formação de classes nesta sociedade[17]. Para tanto, os autores constroem a primeira versão[18] de um esquema de posições de 7 classes agregando 36 categorias da escala ocupacional de Goldthorpe-Hope[19] segundo as situações de mercado e de trabalho

> (...) tipicamente comparáveis, por um lado, em termos de seus recursos e níveis salariais, seu grau de seguridade econômica e chances de melhoria econômica (...), por outro, em suas posições dentro do sistema de autoridade e controle que governam o processo de produção no qual eles estão inseridos (Goldthorpe, J.H. e outros, 1987, p. 40).

---

[15] Goldthorpe, J. H. e outros, 1987.

[16] Lockwood,1962, p. 6, define "situação de classe" como a "situação de mercado, ou seja, a posição econômica no seu sentido estrito", o volume e a origem dos ingressos, o grau de segurança no emprego e a possibilidade de ascensão; e "situação de trabalho" como "o jogo das relações sociais que envolvem o indivíduo" enquanto trabalhador e como conseqüência da sua posição na divisão do trabalho, donde se desprende a *situação de status*, ou seja, "a posição na hierarquia de prestigio da sociedade em geral".

[17] O processo da formação das classes na sociedade britânica recrutou quase 60% dos membros das classes manuais e intermediárias para a formação das "classes de serviços" (classes I e II do esquema) e, na outra ponta, para as "classes manuais" (classes VI e VII) recrutou internamente aproximadamente 70% dos seus membros. A investigação dos padrões e taxas de mobilidade social mostrou que as posições de classe apresentavam distintos padrões de recrutamento social e que as chances relativas de acesso às posições superiores na estrutura de classes eram desiguais entre indivíduos com origem de classes distintas, sobretudo para indivíduos com origem nas classes de serviços e de trabalhadores manuais, denotando forte rigidez nas estruturas superiores. (Goldthorpe, J.H., 1987).

[18] Em um segundo momento, em vistas aos estudos comparativos de mobilidade social, Goldthorpe revê seu esquema, criando categorias compatíveis. Posteriormente, Goldthorpe revê as posições de classe dos não-proprietários no seu esquema de classes e passa a tratá-las como "relações de emprego".

[19] Goldthorpe, J.H.; Hope, K., 1974.

O esquema de classes de Goldthorpe "não deve ser visto como tendo uma forma hierárquica consistente" (Goldthorpe, 1987, p. 43), pois, embora parta de categorias organizadas com base no prestígio ocupacional, o esquema se contrapõe à construção de escalas hierárquicas[20] na medida em que a preocupação do autor está centrada na sua dimensão relacional. Assim, para Goldthorpe, as "chances de vida" dos indivíduos e as suas conseqüências sobre as classes resultam das **relações** de propriedade e distribuição de recursos no mercado e nas unidades produtivas.[21]

A correlação que Goldthorpe faz entre o mercado de trabalho e a posição de classe leva-nos a pensar que são as oportunidades no mercado de trabalho que definem as chances de vida das pessoas. Daí a afirmação de Weber (1979, p. 214) que "situação de classe é, em última instância, situação de mercado", distinguindo "situações de classe" (aspectos da distribuição de poder em uma comunidade nacional, assim como os principais componentes causais das chances de vida dos indivíduos nas sociedades capitalistas) de "classes sociais" (agregados de situações de classe que se constituem com base em processos de associação e de mobilidade social)[22].

Finalmente, retomando a questão para Bourdieu, têm-se a introdução de um novo conceito como princípio unificador e gerador de práticas de classe: o "habitus" de classe como "forma

---

[20] Blau, P.; Duncan, O. R., 1967.

[21] Neste sentido, as trajetórias de classe dos indivíduos e, mais precisamente o quê Goldthorpe define como "identidade demográfica" das classes têm grande efeito na análise da mobilidade social na medida em que revelam a formação de coletividades sociais. No registro da "identidade demográfica", Goldthorpe define classes como "coletividades que são identificadas através do grau de continuidade com que, em conseqüência dos padrões de mobilidade e imobilidade da classe, seus membros estão associados com grupos particulares de posições no tempo". (Goldthorpe, 1983, p. 467), ou seja, uma posição de classe adquire uma "identidade demográfica" quando a maioria dos seus membros tem sua origem de classe nela e é o "grau de identificação demográfica" – de persistência e estabilidade em uma classe ao longo da vida e entre gerações – que possibilita um grau de identificação de interesses, normas e valores que criam padrões de comportamento coletivo em diversas esferas da vida social (Goldthorpe, 1983, p. 30). Tais coletividades, conforme o grau de identificação que possuem, podem se tornar coletividades sócio-políticas capazes de mobilizar a ação coletiva das classes (Goldthorpe, 1983, pp. 39-89; pp. 330-345).

[22] Weber, 1979 e Weber, 1999.

incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe" (2007, p. 97) para a construção da "classe objetiva" como:

> (...) conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou *incorporadas*, tais como os *habitus de classe* – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios (Bourdieu, 2007, p. 97).

Assim, para Bourdieu, classe social é uma construção para além da propriedade[23] propriamente dita, classe social é a "estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas". (Bourdieu, 2007, p. 101). Por fim, para o autor, classe social é o resultado do *jogo* da distribuição das propriedades e das práticas para o qual as trajetórias individuais desempenham um papel importante.[24]

A Expansão do acesso ao Ensino Superior privado: o problema de investigação

Embora pareça, o ensino superior privado no Brasil não é um fenômeno dos anos 1990, as primeiras instituições de ensino superior privadas datam da década de 1940. O que é fenomenal, na década de 1990, é a expansão deste setor.

Ao longo de 10 anos, o número de estudantes matriculados nas Instituições de Ensino Superior, doravante IES, particulares passou de 941.152 alunos em 1993 para 2.750.652 alunos em 2003, um aumento de quase 300% e um negócio de quase US$ 4 bilhões (INEP, 2003b).

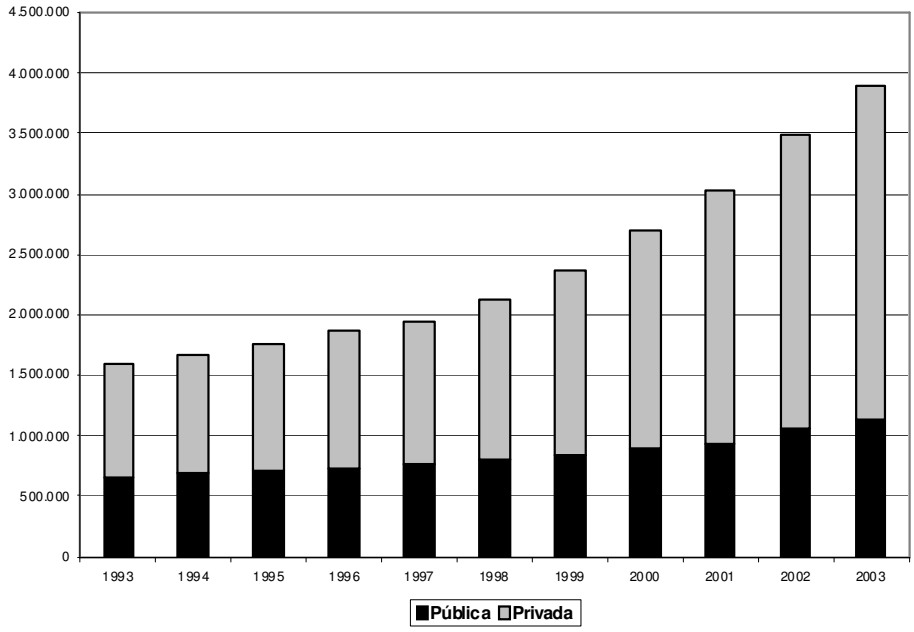
---

[23] Trata-se aqui de quaisquer propriedades: capital, sexo, idade, origem social ou étnica, remuneração, nível de instrução, etc.

[24] Nestes termos, as classes sociais são construtos probabilísticos.

Vale ressaltar, ainda que não seja este o cerne da questão aqui em pauta, que as IES públicas também tiveram um expressivo aumento no seu número de matrículas, que passou de 653.516 alunos em 1993, para 1.137.119 alunos em 2003. Ainda assim, dada a expansão do setor privado, em 1993, as IES públicas respondiam por 41% das matrículas no país, e em 2003, por apenas 29,2%.

Gráfico 1: Número de Matrículas 1993-2003. Pública e Privada.



Fonte: INEP - **http://www.edudatabrasil.inep.gov.br**
Elaboração da autora.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) provocou mudanças drásticas na educação brasileira ao seguir as recomendações do Banco Mundial para os países em desenvolvimento. Não está em questão aqui o julgamento da linha adotada pelo Governo, mas as conseqüências dela para o ensino superior.

Em cumprimento à Constituição de 1988, em 1996 o Ensino Fundamental (relativo às crianças de 7 a 14 anos) ganhou condições de ser universalizado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Só depois de ter dado atenção ao

Ensino Fundamental, o Ministério da Educação viria a se preocupar com o Ensino Médio (relativo aos adolescentes de 15 a 18 anos), e a investir energia no acesso à Educação Superior.

Na medida em que os custos do ensino superior, aproximadamente US$ 13.500 aluno/ano nas universidades federais, segundo o Banco Mundial (Salomon, 2003), foram considerados além das possibilidades econômicas do Estado brasileiro, dada a linha política liberal que tomava, o governo FHC decidiu pela universalização de alguns direitos em detrimento de outros que se tornaram serviços passíveis de serem terceirizados, como o combate ao analfabetismo que passou a ser executado essencialmente pelas Organizações-Não-Governamentais (ONGs) [25]; ou apenas regulados, como a Educação Superior.

A publicação "*Educación Superior: las lecciones de la experiencia"* do Banco Mundial (1994) e, posteriormente os documentos *Education Sector Strategy* (Banco Mundial, 1999), *Educational Change in Latin America and the Caribbean* (Banco Mundial, 1999b) e *The Task Force on Higher Education and Society* (Banco Mundial/UNESCO, 2000), dão o tom desta regulação. Em *Educational Change in Latin America and the Caribbean,* lê-se:

> As restrições financeiras governamentais e a necessidade de uma gama mais ampla de instituições de ensino superior demonstram que o setor privado deveria ser encorajado a exercer um papel maior tanto no financiamento quanto na provisão de ensino superior na América Latina e no Caribe. A falha em se utilizar os recursos governamentais para alavancar o financiamento privado restringirá o acesso e a eqüidade de acesso ao ensino superior. (Banco Mundial, 1999b, p. 62).

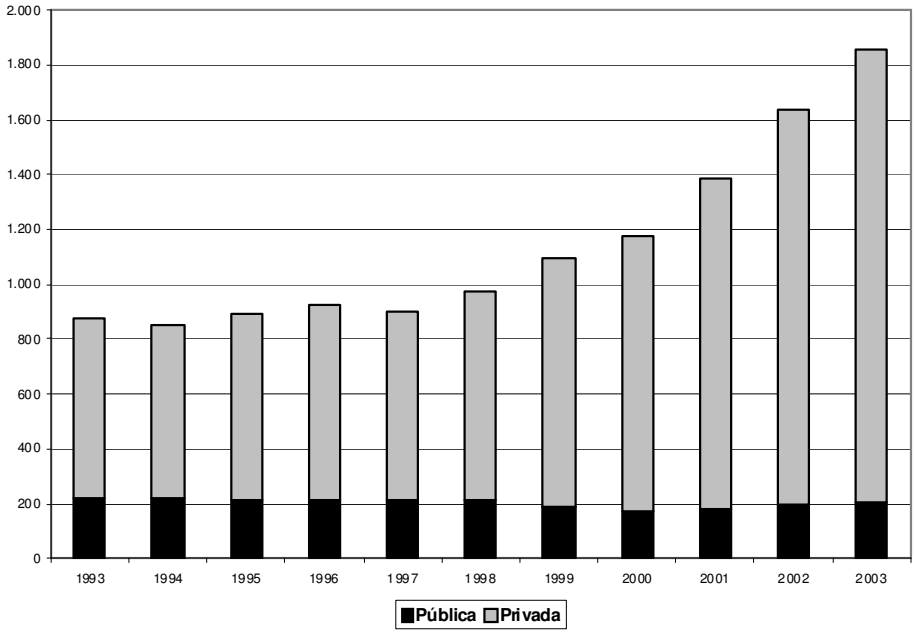
Efetivamente, como mostra o Gráfico 2, a entrada do setor privado deu enorme fôlego à capacidade de expansão do ensino superior. Note-se que a constituição de 1988 permitiu, pela

---

[25] Peres, T.H.A.. "Comunidade Solidária: a proposta de um *outro* modelo para as políticas sociais". IN: Civitas, v.5, pp. 109 – 126. Porto Alegre, 2005.

primeira vez no país, a lucratividade na educação, desde que condicionada à obediência às normas educacionais nacionais e à autorização e avaliação de qualidade pelo Estado.[26]

Gráfico 2: Número de IES 1993-2003. Pública e Privada.



Fonte: INEP - **http://www.edudatabrasil.inep.gov.br**
Elaboração da autora.

O caminho aberto pelo Estado para a expansão do ensino superior privado seguiu a premissa liberal de que a educação superior é a chave para a redução das desigualdades sociais. Pela via da educação, as pessoas teriam mais qualificação, melhores empregos e, no futuro, maior igualdade.

Embora tenha sido a promessa de mobilidade social em um país de reconhecida concentração de renda que esteve inerente ao projeto de ampliação do acesso à Educação Superior nos últimos anos no nosso país, não se trata aqui, como já foi dito anteriormente, de estudar as

---

26 Em artigo publicado na Folha de S. Paulo (11/12/04, p. A3), o deputado Ivan Valente (PT-SP) afirmava que "as escolas superiores particulares tiveram um faturamento de R$ 10,5 bilhões em 2002". Para se ter uma idéia deste montante, observe-se que as 54 universidades públicas federais que assumem as tarefas de ensino, pesquisa e extensão, custaram ao Governo Federal, no ano em questão, R$ 695 milhões.

relações entre a expansão do acesso à educação, notadamente superior, e a mobilidade social. Trata-se, pois, de investigar se a distribuição de oportunidades na sociedade brasileira contemporânea se modifica a partir do acesso à educação superior.

Hipóteses de Trabalho

A hipótese preliminar deste trabalho é que **a recente expansão do ensino superior privado não consegue** cumprir a sua promessa de **garantir emprego e renda** aos jovens para os quais é particularmente destinado.Deriva-se desta primeira hipótese, a suposição de que na conjuntura econômica brasileira atual, **o mercado de trabalho absorve os melhores qualificados com salários relativos que, há dez anos, não remunerariam trabalhadores do topo da pirâmide de escolaridade**.

Uma segunda hipótese supõe um deslocamento de mão-de-obra: trabalhadores mais jovens e com educação superior passam a exercer funções simples e, desta feita, **excluem os trabalhadores mais velhos e menos qualificados do mercado de trabalho.**

Se existe este deslocamento de trabalhadores e se é verdade que o maior nível de escolaridade não necessariamente garante rendimentos melhores, dada a natureza do trabalho realizado, **pode-se supor que a recente expansão do ensino superior privado implica uma nova configuração da relação escolaridade e emprego.**

Por fim, ainda que educação e renda possam se concatenar positivamente para o bem-estar do trabalhador no plano individual, a educação superior como investimento para o **bem-estar da sociedade** se mostra uma **causalidade mais problemática** e merece ser analisada com cuidado.

O capítulo seguinte aborda novos elementos teóricos para a compreensão desta problemática, afina as hipóteses de trabalho aqui apresentadas e convida à investigação empírica.

Capítulo 2: Educação e Mercado de Trabalho

Distinguindo Educação e Capital Humano

Particularmente no Brasil, os retornos econômicos associados à educação estão entre os mais elevados do mundo e o mais elevado da América Latina[27], promovendo um consenso quanto à causalidade entre educação e renda. [28]

Ferreira (2000)[29] mostrou que a educação é o principal determinante da desigualdade de renda no Brasil, mais do que as diferenças de raça, de região, de setor, de gênero ou de experiência acumulada. Desta forma, tomando-se toda a sociedade e dividindo-a em grupos de pessoas com níveis distintos de escolaridade, esta divisão responderia por

> (...) entre um terço e metade da desigualdade total, mesmo levando em conta o efeito de essas pessoas terem raças e/ou gêneros diferentes, trabalharem em setores ou regiões distintas e com níveis de experiências particulares. A parcela que cabe a educação continua sendo a maior atribuível confirmando a proeminência da educação como determinante da renda familiar *per capita* do brasileiro. (Ferreira, 2000, p. 141).

A causalidade entre educação e renda remonta aos anos de 1950. Nesta época, Theodor Schutz coordenou uma grande pesquisa em escala mundial financiada pela UNESCO, realizando um levantamento da situação do ensino de países pobres e ricos de todos os continentes para concluir, após observação sistemática ao longo de vários anos, que quanto

---

[27] Lam e Schoeni, 1993; Behrman, Duryea, e Szekely, 1999 e Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti, 2000 são exemplos de artigos que tratam dos retornos econômicos da educação nos países da América Latina.

[28] Ashenfelter e Krueger, 1994 e Kats e Autor, 1999 são exemplos de estudos que medem os impactos entre educação e renda e atestam tal causalidade.

[29] Ferreira, F. H. G.. "Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?" IN: HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. RJ : IPEA, 2000.

maior a riqueza de um país, maior o nível de instrução de sua população e, conseqüentemente, melhor a sua situação de ensino.

A Educação passou então a ser tratada como o fator preponderante para a realização da riqueza de um país. O raciocínio era bastante simples: tomados países pobres, como a África do Sul, por exemplo, que possuía em meados do século XX grande volume de recursos e riquezas naturais, mas péssimo nível de instrução, concluía-se que este país jamais realizaria a sua riqueza ao passo que a Suíça que apresentava índices de educação elevados e nenhum diamante, consolidaria a sua riqueza.

Esta linha de raciocínio simples que estabeleceu uma relação causal entre educação e riqueza de uma população, esteve fortemente presente no nosso país na década de 1960. Anos mais tarde, já na década de 1970, outros continuadores desta linha de pesquisa investigaram também a relação entre escolarização e riqueza pessoal constatando que, em muitos países do mundo, quanto mais anos de estudo maior a tendência para que o indivíduo acumulasse um patrimônio individual.

Assim, analogamente ao conceito de Capital Econômico como algum ativo produtor de riqueza que rende lucros periódicos para quem o detém, consolidou-se o conceito de Capital Humano como a soma dos investimentos do indivíduo em aquisição de conhecimentos que, na maior parte dos casos ocorre em instituições escolares, e que são revertidos em benefícios econômicos individuais.

De natureza mais "visceral" do que a do Capital Econômico, o Capital Humano não pode ser herdado, roubado ou transferido e, portanto, acompanhará o indivíduo ao longo da sua trajetória de vida, garantindo-lhe supostamente melhores empregos, melhor renda e, desta feita, melhores condições de continuar o seu processo de aquisição de conhecimento.

A linearidade da transformação Capital Humano → Produtividade Individual → Renda é apenas aparente. Exemplos de seu mau funcionamento não faltam, sugerindo que outros fatores influenciem nesta suposta "mágica" que mascara no âmbito econômico as desigualdades de classe, substituindo-as por características individuais e, no âmbito educacional, a desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que existe entre as classes sociais.

Sonia Maria Rummert (2000, 2006, 2007), para citar apenas um exemplo, questiona, na Teoria do Capital Humano, desde a possibilidade de oportunidades do investimento em educação até a valorização da escolaridade pelo mercado de trabalho.

No entanto, após criar muitos adeptos no Brasil dos anos 1960 e ser tremendamente criticada e esvaziada uma década mais tarde, a Teoria do Capital Humano voltou com força em nosso país nos anos de 1990 e, sobremaneira, pautou o discurso da expansão da educação superior como ferramenta para a competitividade e sua centralidade nos novos modelos de produção (Shiroma e Campos, 1997).

Para Frigotto, tal retomada da Teoria do Capital Humano se expressa, inclusive, na vulgarização de termos durante a década de 1990, tais como *sociedade do conhecimento*, *qualidade total*, *formação flexível*, *formação de competências* e *empregabilidade*, que na realidade "apenas efetivam uma metamorfose do conceito de capital humano" (Frigotto, 2006).

Palma Filho (2005, p.31) vai além, ao destacar que "expressões como: "escola de excelência", eficácia, eficiência, competitividade e produtividade, tornam-se freqüentes nas falas oficiais, ou seja, tem-se o retorno da racionalidade econômica no âmbito das questões educacionais" e, dessa forma, há o deslocamento do foco da crise econômica para o terreno da crise da educação.

Ainda, o mesmo autor afirma (2005, p. 32) que: “opera-se uma inversão: o fracasso do poder público e da sociedade em propiciar aos trabalhadores uma educação abrangente e de qualidade passa a ser atribuído aos próprios trabalhadores”. Tal consideração, no interior da Teoria do Capital Humano, responsabiliza a baixa qualificação e os poucos anos de escolaridade da massa trabalhadora pela crise econômica; nesta mesma linha, o desemprego pode se prestar a ser visto como uma questão de falta de habilidades do indivíduo que não adquiriu uma educação adequada para se empregar no mercado em transformação.

Não à toa, a ênfase dada ao sucesso ou fracasso nas trajetórias educacionais individuais em detrimento da questão social da educação em termos do acesso, da qualidade e da autonomia, torna-se latente a partir do novo século como se fosse possível conceber uma instituição de ensino que colocasse em segundo plano o conhecimento teórico e sua mediação pedagógica e, além disso, que colocasse em questão a autoridade do professor e a autonomia das instituições de ensino (Dias e Lopes, 2003).

Assim como o conceito de Capital Humano segue as mesmas premissas do de Capital Econômico, deveria ser natural que a mesma lógica que vale para um, valesse também para o outro. Dever-se-ía, portanto, considerar que da mesma forma que o mercado encontra a taxa de acúmulo de capital ótima através da taxa de juros que equilibra o mercado de fundos emprestáveis e a economia de um país só cresce se os investimentos são maiores do que a taxa de depreciação e crescimento da população, o mercado de trabalho também determina a taxa de acúmulo de Capital Humano ótima e decide quais habilidades devem ou não ser aprendidas. Habilidades, ***não*** Educação, donde a necessidade da distinção comumente negligenciada entre Capital Humano e Educação.

É certo que ter mais educação, analogamente a ter mais saúde, é extremamente positivo para qualquer indivíduo, garantindo-lhe uma qualidade de vida melhor e mais bem-estar. Contudo,

do ponto de vista individual, a educação não pode ser vista como um investimento no longo prazo, ou seja, educamo-nos para viver melhor a vida presente, este é o nosso retorno. Uma sociedade de pessoas *individualmente* melhor educadas torna-se – com o perdão da redundância - uma sociedade mais "educada", mas não necessariamente uma sociedade mais rica.

As sociedades mais ricas comumente têm pessoas mais educadas porque a educação é algo que se consome e quem tem mais dinheiro consome mais. Assim, a educação parece ser mais uma conseqüência da riqueza do que a riqueza da educação.

Para ser tratada como investimento que traga maior produtividade e, portanto, riqueza, a educação precisa assumir a natureza de Capital Humano e, como tal, precisa passar por um processo de acumulação e concorrência. Quando assume esta natureza, em prol de um bem-estar social, a educação pode gerar enorme mal-estar individual, pois, diferentemente da educação que tem **um fim em si mesma**, o Capital Humano é um meio para atingir um fim **do mercado** e não do indivíduo.

O Estado pode intervir de maneira a garantir acesso à educação para todos, mas não poderá determinar quantos advogados uma empresa terá que empregar *na função* de advogados, isto quem determina é o mercado.

Em suma, a teoria do Capital Humano baseia-se em uma relação simplista entre aquisição de conhecimentos e benefícios econômicos individuais, quando a relação mais provável é entre a aquisição de conhecimentos – educação – e a sua realização – transformação – na sociedade.

Vale aqui uma reflexão sobre o recente debate no que concerne à *educação técnica* ou da *educação para o mercado de trabalho*, gerado pelo renascimento da teoria do Capital Humano ao longo dos anos 1990 no nosso país e, particularmente, a partir da presidência de

Fernando Henrique Cardoso (período de 1995-2002, mesmo antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1996).

Já em 1995, o setor educacional passou a viver um intenso processo de reforma, ao mesmo tempo em que outros setores da atividade governamental também começaram a ser remodelados em seu funcionamento, possibilitando ao país diversos ajustes econômicos, a reforma do Estado e, por conseqüência, como afirmava o então Presidente, "o fim da Era Vargas".

O Conselho Nacional de Educação, ao defender explicitamente no Parecer 16/99 que se "prepare o cidadão para o trabalho com competências mais abrangentes e mais adequadas às demandas de um mercado em constante mutação" definindo assim as "diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico"[30] correu o risco de naturalizar a complexa relação entre Educação e Mercado de Trabalho.

Nas discussões internacionais sobre as novas qualificações requeridas no mundo do trabalho, destaca-se a orientação pelo conceito de competências. A mesma idéia tem sido utilizada como base para a definição dos pressupostos do novo currículo do ensino médio no Brasil (Market, 1998), o qual está articulado à definição do relatório da UNESCO de 1997 sobre o conceito pedagógico direcionador da prática educativa nas escolas de ensino médio e profissionalizante (Delors, 1999).

---

[30] Para uma abordagem da legislação específica da educação profissional de nível técnico e suas alterações, vale ver principalmente: a Constituição Federal 1988, Lei Federal nº. 9.394/96 Decreto Federal nº. 2.208/97 (que regulamenta os artigos 39 a 42 da LDB), Parecer CNE/CEB nº. 16/99 (que define os princípios gerais e específicos da educação profissional de nível técnico), Resolução CNE/CEB nº. 04/99 (que trata da organização e das diretrizes curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico), Decreto 5.154 de 23/07/2004 (que revoga o Decreto 2.208/97), Parecer CNE/CEB nº. 39/2004 (que realiza a adequação das diretrizes curriculares, orientando na implantação do Decreto 5.154/2004) e Resolução CNE/CEB nº. 01/2005 (que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº. 5.154/2004).

Educação e Inserção produtiva

O *genérico* globalização diz respeito às mudanças estruturais nos sistemas financeiros e produtivos que se fazem sentir a partir da década de 1990 como conseqüência da reestruturação dos sistemas mundial e nacional.

De acordo com Chesnais (1996), a explosão de movimentos financeiros está atrelada, por um lado, ao setor produtivo, sobretudo ao de grandes grupos empresariais (interpenetração entre capital bancário e capital industrial); por outro, a uma taxa de crescimento de atividades financeiras maior do que a das atividades do setor produtivo, diferença esta que reflete o grau de autonomia ou dinâmica própria dos mercados financeiros contribuindo para a volatilidade crescente do capital que, por sua vez, torna os países em desenvolvimento muito vulneráveis às turbulências econômicas mundiais.

Para Mattoso (1996), tal desregulamentação e a "concorrência desregulada" que ela gera, provocam efeitos sociais nefastos, não limitados as questões econômicas, mas igualmente presentes nas esferas ideológicas, políticas, organizacionais, culturais e subjetivas.

Como resultados, pode-se apontar diversos problemas nas condições sociais de existência dos trabalhadores, tais como desemprego, precarização do trabalho, subcontratação, intensificação do trabalho e terceirização, como também mostram Guimarães et alii (2006).

Sonia Rocha (2007) ao centrar-se na inserção produtiva dos jovens, mostra o processo atual de redefinição do mercado de trabalho como resposta dos sistemas produtivos para fazer face à globalização, afirmando que taxas de desocupação elevadas, particularmente entre os jovens, não é um problema apenas do Brasil, mas, também da Comunidade Européia cujo mercado de trabalho apresenta dificuldades ainda maiores para a absorção da crescente oferta de mão-de-obra.

Para o caso brasileiro, Rocha mostra que as mudanças estruturais na esfera produtiva aliadas ao baixo crescimento econômico impactam fortemente os mais jovens, apesar dos ganhos em educação observáveis na última década, uma vez que a universalização do acesso à escola, embora louvável, não atende à demanda de um mercado de trabalho que se especializa. Diz a autora:

> Parte das dificuldades e incertezas está associada a mudanças estruturais no mercado de trabalho, aos quais todos têm que se adaptar, mas são os jovens os que sofrem seu impacto mais direto: menos emprego tradicional, isto é, o emprego formal a tempo completo, único por toda a vida; mais ocupações temporárias intercaladas por períodos de inatividade e desemprego; mudança contínua dos requerimentos de qualificação e obsolescência rápida de competências, o que requer formação continuada e resultam em trajetórias profissionais não lineares. É evidente que essas mudanças requerem níveis crescentes de escolaridade e flexibilidade por meio de mecanismos de formação continuada. (Rocha, 2007, p. 150).

Langoni (1973) foi um dos primeiros economistas a ressaltar a importância da educação como fator explicativo para a desigualdade brasileira, mostrando que parte do aumento da desigualdade no Brasil entre 1960 e 1970 ocorreu devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados associado à industrialização. O setor industrial, por sua vez, teve papel importante na constituição de uma classe média operária formada não apenas por trabalhadores especializados, mas por diversos serviços ligados à produção industrial que garantiam a estes trabalhadores rendimentos e condições de trabalhos melhores e mais seguras. A partir dos anos 1990, no entanto, parte dos empregos outrora gerados no interior do setor industrial foi deslocada para o setor de serviços e, embora isto não tenha significado perda de atividade industrial, significou a reconfiguração do mercado de trabalho em São Paulo.

Comin (2008), ao examinar a estrutura sócio-ocupacional do mercado de trabalho da RMSP entre os anos de 1989 e 2004, observa que ela permaneceu basicamente inalterada durante o período analisado, sendo excessivamente concentrada nos estratos de menor qualificação, produtividade e renda. A partir desta análise, o autor considera como "cessadas ou muito reduzidas as chances de mobilidade social pela transformação da estrutura de oportunidades" (2008, p. 30), restando aos indivíduos apenas a mobilidade circular ou seja, a troca de posições entre indivíduos. Ainda, para Comin:

> (...) a extensão do ensino fundamental e médio às camadas mais pobres da população da região, longe de lhes ampliar as chances de galgar melhores posições no mercado de trabalho, parece apenas ter elevado a linha de corte de instrução que separa os "bons" e os "maus" empregos, pela simples razão de que os primeiros continuam sendo escassos. (Comin, 2008, p. 30):

Se, por um lado, o mercado de trabalho tem trabalhadores cada vez mais escolarizados, por outro, são justamente no ensino médio e no nível superior, os dois níveis de escolaridade que mais perdem renda. Segundo os dados apresentados pelo Censo Escolar de 1995, o país formou, naquele ano, 917 mil pessoas no ensino médio; 9 anos mais tarde, este contingente havia mais que dobrado e o Censo Escolar de 2004, contou 1,9 milhão de brasileiros formados no ensino médio (correspondendo, naquele momento, a 11 anos de estudo).

Em trabalho comentado anteriormente[31], Silva (2003), analisou as transições escolares dos indivíduos entre 6 e 19 anos com base nas PNADs de 1981, 1990 e 1999, e mostrou que o efeito da renda familiar cresce conforme se avança no sistema escolar, isto é, as famílias mais ricas fazem mais transições escolares. Assim, as desigualdades de oportunidades educacionais

---

[31] Silva, N.V. . "Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil". IN: Hasenbalg, C. e Silva, N. V. (eds.) *Origens e Destinos*: Desigualdades sociais ao longo da vida. RJ : Topbooks, 2003, pp. 105- 138.

parecem estar marcadas pela estratificação social e o acesso ao mercado de trabalho, por sua vez, marcado pela desigualdade de educação entre trabalhadores.

Além disso, a conclusão da transição educacional para o ensino superior parece estar associada a uma grande mobilidade ascendente apenas para as populações de baixa renda, o quê faz com quê, como mostrou Schwartzman (2001, p. 14)[32], a contribuição proporcional destas pessoas com educação superior cresça na composição da renda familiar, chegando a contribuir com 52% da renda das famílias.

Para se ter uma idéia do que esta contribuição pode significar, retomem-se os dados do crescimento no número de concluintes de nível superior apresentado no Capítulo 1 que em 1995, segundo o Censo da Educação Superior, foram de 246 mil estudantes e, em 2004, de 627 mil estudantes, um aumento de 155% no período em questão.

Isto visto, as questões que se colocam para a inserção produtiva das pessoas com 11 ou mais anos de estudo são muitas.

Convite para uma investigação empírica

Em primeiro lugar, é necessário entender o papel da evolução da demanda por educação como geradora dos diferenciais salariais e de "empregabilidade". Tal demanda pode estar menos relacionada com a quantidade de anos de estudo e a qualidade da educação dos trabalhadores e mais com a rápida evolução tecnológica recente e/ou a reestruturação do mercado de trabalho em São Paulo que, por sua vez, nunca chegou a ocorrer de maneira homogênea.[33]

---

[32] Schwartzman, S. "A Revolução silenciosa do ensino superior". IN: Durham, E. e Sampaio, H. (orgs.). *O Ensino Superior em transformação*. SP : Universidade de São Paulo/Núcleo de Pesquisa sobre Educação Superior (NUPES), 2001, pp. 13-30.

[33] Vale ver a caracterização do mercado de trabalho paulistano durante o período pré-1930 bem como as suas características peculiares em termos de inserção ocupacional de Alexandre Barbosa (2008). O autor discorre sobre a extrema instabilidade e a flexibilidade no uso da mão-de-obra, associada a um excedente estrutural de

Também, é necessário examinar em que medida o processo em curso de alargamento do acesso à educação formal poderá se transformar em um *problema* para os trabalhadores mais velhos e/ou com um nível intermediário de educação, uma vez que dada a tardia universalização da educação no nosso país, o nível de escolaridade declina com a idade.

A oferta maior de pessoas com escolaridade média e superior no mercado de trabalho redesenhou a qualidade das ocupações da RMSP e também diminuiu a diferença salarial entre estas pessoas e aquelas com escolaridade de nível básico. Parece, pois, haver um deslocamento de trabalhadores entre o mercado formal e o mercado informal, e entre as situações de emprego e de desemprego, pautado por uma equação cujas variáveis são escolaridade, idade e renda.

Nestes termos, dada a grande oferta de mão-de-obra escolarizada, o mercado formal tende a abrigar primeiro as pessoas mais escolarizadas e mais jovens para trabalhos que não necessariamente demandam tais requisitos para serem executados, jogando os trabalhadores menos jovens e menos escolarizados para fora da sua engrenagem. Estes, por sua vez, engrossam os números do mercado informal e do desemprego.

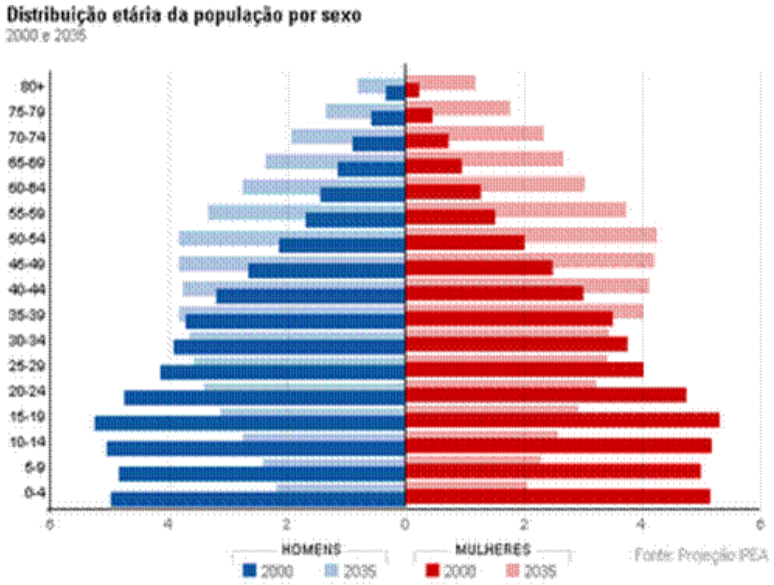
Além disso, não se pode ignorar o contínuo crescimento do número de pessoas na População em Idade Ativa (PIA), dada a recente inversão da distribuição etária brasileira. Esta distribuição que, a partir de 1996, conta com mais crianças entre 5 e 9 anos de idade do que com crianças entre 0 e 4 anos de idade.

---

força de trabalho congênito e considera: "(...) Guardadas as enormes diferenças sociais e econômicas, e o próprio nível de estruturação do mercado de trabalho, esse quadro guarda alguma semelhança com o da cidade de São Paulo dos anos 1990, quando três quartos dos indivíduos economicamente ativos mudaram de situação no mercado de trabalho, incluindo tanto a mobilidade nos limites do mercado de trabalho (entre ocupação e desemprego) quanto àquela que extravasa os mesmos (entre situações de atividade e inatividade). Não se trata de uma volta ao passado, mas da retomada das transições entre situações do trabalho sem padrão definido, tal como se mostrava corriqueiro no mercado de trabalho paulistano antes de sua plena, mas frágil estruturação." (Barbosa, 2008, p. 98).

Em médio prazo, pessoas cada vez mais jovens e mais escolarizadas entrarão no mercado de trabalho, mudando a figura piramidal (Gráfico 3) que nos acostumamos a ver para descrever a distribuição etária população brasileira. Ao que tudo indica, em 25 anos teremos uma competição ainda mais acirrada no mercado de trabalho.

Gráfico 3: Pirâmide Populacional



Fonte: www.ibge.gov.br

Apenas para acentuar o carater problemático das relações entre educação, emprego e renda: a análise conjunta das tabelas a seguir (Tabela 1: Taxa de desemprego e escolaridade e Tabela 2: Taxa de participação e Escolaridade) mostra, a partir dos dados sobre taxa de desemprego segundo nível de instrução na RMSP de 1995-2005, que quanto mais se avança na escolaridade, maior é o aumento na taxa de desemprego.

Tabela 1: Taxa de Desemprego e Escolaridade

Anos	Total	Nível de instrução				
		Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo
1995	13,2	12,4	15,9	16,1	10,1	4,3
1996	15,1	14,3	18,1	18,9	11,3	4,7
1997	16,0	14,3	19,0	20,6	12,1	4,9
1998	18,2	18,1	21,0	23,9	15,0	5,2
1999	19,3	20,4	21,9	25,4	16,1	6,0
2000	17,6	18,2	19,8	23,7	14,9	5,8
2001	17,6	16,7	19,4	23,9	15,1	5,6
2002	19,0	18,4	20,3	25,3	17,6	6,5
2003	19,9	18,2	21,3	27,6	18,6	7,0
2004	18,7	17,6	19,3	26,6	17,9	6,8
2005	16,9	18,6	17,4	23,9	16,3	6,7

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).
http://www.seade.gov.br
Elaboração da autora.

A taxa de desemprego de trabalhadores com curso superior completo saltou de 4,3% em 1995 para 6,7% em 2005, um aumento de 55,81% apesar da manutenção da taxa de participação deste segmento na PIA (População em Idade Ativa) de 86,2% em 1995 e 85,3% em 2005.

Note-se que no grupo de trabalhadores com ensino fundamental completo e médio incompleto que apresentou no período uma sutil diminuição na PIA (5,4%), a taxa de desemprego aumentou menos: 48,44%.

Observe-se ainda, com reservas, que o desemprego na RMSP é *escolarizado* e que pouca escolarização não significa necessariamente desemprego e/ou, tampouco, os mais baixos salários dado que parte da população trabalhadora pouco escolarizada tem rendimentos comparáveis à média dos rendimentos dos trabalhadores em geral, como será ilustrado na Tabela 3.

Tabela 2: Taxa de Participação e Escolaridade

Anos	Total	Nível de instrução				
		Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo
1995	61,5	45,6	51,0	68,5	77,2	86,2
1996	62,4	44,6	51,8	68,5	77,4	85,9
1997	62,3	43,7	51,7	68,2	76,6	86,7
1998	62,4	42,9	50,4	68,5	77,8	85,6
1999	62,9	43,0	50,0	68,3	79,0	85,7
2000	63,3	41,2	50,1	67,6	79,3	85,6
2001	63,6	41,1	49,5	68,0	80,4	86,0
2002	63,6	39,7	48,6	68,6	81,3	85,8
2003	64,2	39,6	48,3	66,5	81,2	86,1
2004	64,6	37,7	47,6	66,5	81,3	86,2
2005	63,9	34,1	46,0	64,8	80,6	85,3

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).
http://www.seade.gov.br
Elaboração da autora

A análise do rendimento médio real (valores em R$ de novembro de 2005) dos ocupados no trabalho principal segundo nível de instrução na RMSP de 1995-2005 mostra, conforme tabela abaixo (Tabela 3), que há queda em todos os níveis de instrução. Embora os salários mais altos estejam no grupo de trabalhadores com curso superior completo, esta condição não é perene e, tomando-se os dados das duas últimas décadas (1985-2005) para os dois extremos de escolaridade, quais sejam, analfabetos e curso superior completo, têm-se, comparativamente, uma queda maior de rendimento, 54,39%, no grupo mais estudado e a menor queda, de 45,46% para o grupo não estudado. A média da queda de rendimentos do total da população da RMSP nestes 20 anos foi de 48,24%.

Tabela 3: Rendimento médio real

Ocupados	Total	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fund.Comp e Médio Incomp.	Médio Comp e Sup.Incomp.	Superior Completo
1995	1.565	608	926	1.184	1.958	4.266
1996	1.559	612	933	1.182	1.903	4.210
1997	1.563	617	878	1.126	1.855	4.273
1998	1.512	592	843	1.068	1.7[illegible]6	4.272
1999	1.427	551	734	973	1.566	4.042
2000	1.340	529	742	925	1.422	3.915
2001	1.221	511	713	863	1.282	3.587
2002	1.121	483	655	793	1.194	3.280
2003	1.049	423	536	700	1.053	3.020
2004	1.065	428	530	689	1.039	3.042
2005	1.060	421	537	707	1.009	2.902

Ocupados	Total	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fund.Comp e Médio Incomp.	Médio Comp e Sup.Incomp.	Superior Completo
1985	2.048	772	1.321	1.855	2.996	6.364
1995	1.565	608	926	1.184	1.958	4.266
2005	1.060	421	587	707	1.009	2.902

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).
http://www.seade.gov.br
Elaboração da autora.

A partir das tabelas apresentadas cabe, por um lado, perguntar sobre a existência e a capacidade de arranjos institucionais no mercado de trabalho capazes de absorver a mão-de-obra com educação superior; por outro, cabe assinalar que houve, efetivamente, recente queda no grau de desigualdade social no país devida sobremaneira à melhoria no sistema de proteção social na última década e aos programas governamentais de transferência de renda mas, também, em função do reajuste real do salário-mínimo no período que foi bastante acima dos níveis oficiais de inflação.

Assim, pode-se supor que o aumento real do salário mínimo paralelamente ao processo de universalização do ensino fundamental a partir dos anos 1997 que garantiu a diminuição da desigualdade de escolaridade entre trabalhadores, colaborou na redução das desigualdades de remuneração entre trabalhadores

Constate-se, paralelamente, que embora a diminuição da desigualdade de remuneração entre trabalhadores tenha papel central para o ganho de bem-estar dos indivíduos, o baixo crescimento econômico verificado na década de 1990 se mostra um fator importante da equação para a compreensão dos anos iniciais da década seguinte.

Situações de baixo crescimento econômico podem resultar em um acesso desigual ao trabalho, afinal, em um mercado cada vez mais competitivo, pode-se escolher entre os mais qualificados para toda e qualquer função. Note-se, como visto anteriormente, que os retornos econômicos associados à educação superior vêm declinando nos últimos anos na medida em que a oferta de pessoas mais escolarizadas aumenta no mercado de trabalho.[34]

Com efeito, o problema central que se pretende elucidar ou, pelo menos, contribuir significativamente para isso é: **quais os impactos da educação superior sobre a melhoria de renda dos trabalhadores em seu conjunto, examinada a relação causal problemática entre educação e renda em diferentes situações de desenvolvimento econômico e estrutura ocupacional** (2002-2003 e 2008-2009).

Do ponto de vista empírico, a questão que se coloca diz respeito **à absorção da educação superior pelo mercado de trabalho** na RMSP em um momento no qual as dinâmicas de três processos -- (a) a expansão do acesso ao ensino superior privado (a partir de 1995); (b) a reestruturação do mercado de trabalho (a partir de 2002); e (c) o crescimento da PIA, população em idade ativa (até 2035) -- se encontram no tempo, aparentemente sem nenhuma sinergia entre si.

---

[34] Para a discussão deste ponto, vale a pena ver: Hall, R. e Jones, C. (1998). "Why Do Some Countries Produce So Much More Output per Worker Than Others", NBER Working Paper 6564.

Corroborando as teorias que afirmam que o sistema escolar reproduz a hierarquia social (Bourdieu e Passeron, 1977; Bowles e Gintis, 1976), Raftery e Hout (1993) formulam a hipótese MMI (*Maximally Maintained Inequality*) que postula que a desigualdade entre dois estratos sociais nas chances de educação persiste a menos que o grupo mais em vantagem já tenha se realizado completamente, isto é, apenas quando o grupo mais em vantagem tiver saturado a sua demanda, o próximo grupo em desvantagem terá acesso à oferta. A reprodução deste processo mantém, maximamente, a desigualdade. Nestes termos, a expansão educacional do ensino superior privado brasileiro favoreceria os grupos que já estão em posição de vantagem e as pessoas em desvantagem não teriam melhores chances de competir.

Estudo recente do DIEESE[35] mostra que estão em vantagem apenas os jovens oriundos de famílias mais ricas, ou seja, não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também os rendimentos são mais competitivos entre os jovens de famílias com maior poder aquisitivo.

Carvalho e Neri (2000) com base nos dados da PME – Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – de 1996, mostraram que as variáveis socioeconômicas são mais importantes do que a raça nas chances de mobilidade intrageracional, e Ribeiro (2006) com base nos dados da PNAD 1996, alertou para o fato de que os efeitos de classe são maiores dos que os de raça nas chances de sucesso das transições educacionais, salvo nas transições mais elevadas nas quais as desigualdades de raça e de classe têm magnitudes semelhantes. Assim, sendo mais difícil para o sujeito mais pobre fazer as transições educacionais, será também mais difícil a sua entrada em um mercado de trabalho para o qual ele já está – só por ser pobre – em desvantagem.

---

[35] "A Ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos". São Paulo : Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). *Estudos e Pesquisas*. Ano 3. Nº 24. Setembro de 2006.

Em suma, para começar a resolver o problema colocado, o próximo capítulo propõe um modelo estatístico que abarque a distribuição da educação na população trabalhadora da RMSP conforme idade, gênero, cor, nível de escolaridade, condição na família, qualidade da ocupação e renda, mostrando a **dinâmica desta distribuição** ao longo de sete anos (2002-2009).

Capítulo 3: Aspectos teóricos e metodológicos para o desenho estatístico da pesquisa

Análise das dinâmicas

O desenho estatístico da pesquisa consistirá em analisar as dinâmicas dos três processos até então discutidos, quais sejam, (a) a expansão do acesso ao ensino superior privado (a partir de 1995); (b) a reestruturação do mercado de trabalho (a partir de 2002); e (c) o crescimento da PIA – população em idade ativa (até 2035).

O recorte para todas as dinâmicas será a RMSP – Região Metropolitana de São Paulo e a base de dados será a Pesquisa Mensal de Emprego. Os dados estatísticos analisados compreenderão os anos de 2002-2003 e 2008-2009.

Embora, como visto, estes processos tenham se iniciado em momentos diferentes ao longo do tempo, confrontaram-se, aparentemente sem nenhuma sinergia, no decorrer da última década. Assim, a modelagem estatística proposta buscará medir e analisar os impactos gerados por um processo no outro e vice-versa.

A abordagem inicial consistirá em calcular as probabilidades de **entrada** (ocupação) e de **saída** (desocupação) do **mercado de trabalho** segundo a **escolaridade** e **a idade,** para os mesmos pares de indivíduos ao longo do tempo.

Em um segundo momento[36] - apenas para os ocupados – serão estimados a **qualidade** de inserção ocupacional no mercado de trabalho e os **rendimentos** percebidos, na mesma modelagem.

---

[36] Por ocasião dos modelos econométricos apresentados e analisados no decorrer do Capítulo 5.

Os mesmos exercícios serão repetidos em duas bases de dados da PME em um intervalo de sete anos (2002-2009) a fim de se obter meios de comparação e avaliação dos impactos que se quer observar, assim como gerar elementos para a reflexão sobre o contínuo crescimento da parcela da população em idade ativa (PIA) do país, para subsidiar políticas publicas que visem amenizar os impactos estimados.

A PME: Pesquisa Mensal de Emprego

A Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) possui periodicidade mensal e traz a vantagem de ser coletada e divulgada rapidamente. Além disso, o seu caráter é longitudinal: a PME usa a metodologia de painel rotativo[37] que coleta informações nas mesmas residências nos meses t, t+1, t+2, t+3, t+12, t+13, t+14, t+15, gerando um total de oito entrevistas distribuídas ao longo de um período de 16 meses[38], possibilitando assim o acompanhamento do mesmo indivíduo ao longo do tempo, o quê permite entender com mais segurança processos ainda em andamento, como é o caso da **expansão da oferta da escolaridade** no **mercado de trabalho em reorganização** da RMSP.

A maior desvantagem da PME é o reduzido número de informações quando comparada com outras pesquisas de coleta e dados domiciliares disponíveis, como a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, a principal fonte de dados domiciliares do país

---

[37] Um painel da PME equivale a um conjunto de domicílios selecionados que é dividido em 4 partes correspondentes a cada semana do mês. A rotação de painéis é construída de maneira a substituir, mensalmente, 1 das partes, ou seja 25% dos domicílios. Assim, quando um painel é aplicado no mês M, ele é aplicado apenas 75% do seu todo no mês M+1, pois 25% da composição do todo será do painel seguinte, e assim sucessivamente, garantindo-se que 75% dos domicílios são comuns em 2 meses consecutivos.

[38] De tal modo que a cada par de anos, 100% da amostra se repitam. Assim, cada conjunto de domicílios é investigado por quatro meses consecutivos, sai da amostra nos oito meses subseqüentes e retorna para outro período de quatro meses. Após o curso de 16 meses, o painel é definitivamente excluído da amostra, como ilustram as composições da amostra no gráfico que será apresentado a seguir neste capítulo.

ou a PPV – Pesquisa de Padrões de Vida do IBGE de 1996 a qual, apesar do tamanho reduzido da amostra (em torno de 5.000 domicílios), contém praticamente todos os dados da PNAD, os dados da POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares e ainda dados como investimentos e créditos. Para a demanda de informações deste estudo, as vantagens dos dados longitudinais da PME superam quaisquer outras bases de dados.

As bases de dados serão organizadas como segue:

Base 1: 2002[39]-2003: início do processo de reorganização do mercado de trabalho da RMSP e entrada dos herdeiros da universalização do ensino fundamental[40] na PIA- População em Idade Ativa.

Base 2: 2008-2009: últimos dados disponíveis que coincidem com entrada dos herdeiros da expansão do ensino superior[41] na PIA- População em Idade Ativa.

A seleção da amostra

O esquema de painel rotacional da PME coleta mensalmente os dados de 7820 domicílios na RMSP. Para a seleção da amostra a ser analisada, a primeira escolha a ser feita é entre **número de pessoas X tempo de acompanhamento de pessoas** em outros termos, ou se

---

[39] Note-se que a PME passou por uma reforma metodológica em 2001 que foi implantada em março de 2002, inviabilizando a análise de séries de tempo mais longas. Esta nova metodologia veio substituir a antiga metodologia de 1982. A nova PME passou a utilizar instrumento eletrônico para a coleta de informações, alterou a sua cobertura demográfica que passou a abranger apenas as áreas urbanas das regiões metropolitanas com seleção da amostra feita a partir da malha setorial do Censo Demográfico de 2000, passou a utilizar uma nova classificação de ocupação e de atividade e reestruturou alguns de seus conceitos como, por exemplo, o limite inferior de idade para a PIA que passou a abranger um maior número de pessoas (a partir dos 10 anos e não 15 anos como anteriormente). Além disso, conferiu maior detalhamento e abrangência no número de horas da população ocupada; mudou o tempo do exercício do trabalho não remunerado de 15 horas para 1 (uma) hora, considerando-o como atividade econômica; excluiu o trabalho voluntário não-remunerado em ajuda a instituições filantrópicas; alterou o período de referência em busca de trabalho para a população desocupada que passou a ser de 30 dias e não 7 e 30 dias como era anteriormente. A reformulação se ateve aos cuidados com o fluxo da entrevista, evitando deixar como tarefa do entrevistador formular questões extras, não escritas, como é o caso da identificação do indivíduo como "ocupado" que no questionário anterior se limitava a uma única questão e no novo questionário compõem-se em uma seqüência de questões, permitindo estudar o mercado de trabalho com maior precisão.

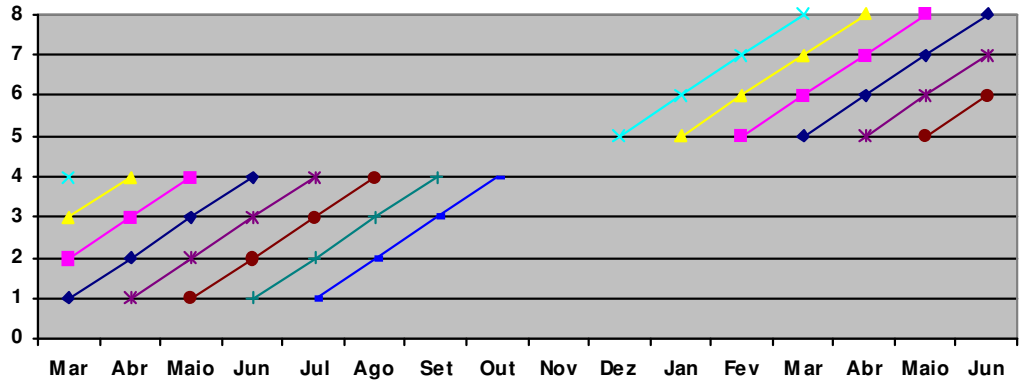
[40] Com o FUNDEF em 1996.

[41] A partir de 1999.

acompanha mais gente por menos tempo, ou menos gente por mais tempo. Dadas as especificidades deste estudo e a preocupação com a dinâmica dos processos sociais em andamento, optou-se por **menos gente** por **mais tempo**.

Desta forma, para a base de dados PME 2002-2003, as mesmas pessoas são observadas nos meses de março de 2002 e março de 2003. Os mesmos meses e intervalo são mantidos para a base de dados PME 2008-2009, conforme ilustra o Gráfico 4.

GRÁFICO 4
Composição dos grupos da amostra segundo nº da entrevista (1 a 8) X meses da PME - RMSP



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

A população que será analisada foi composta pelas pessoas escolarizadas entre 19 e 65 anos de idade que trabalhavam (ocupadas), que procuravam trabalho (desocupadas), ou que estavam não-economicamente ativas[42] na RMSP na semana de referência da pesquisa. As demais categorias foram excluídas da amostra.

---

[42] São consideradas como **ocupadas** na semana de referência as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. No caso de afastamento temporário, os motivos podem ser diversos, como por exemplo, férias, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, más condições climáticas, licença por instituto de previdência não superior a 3 meses, falta voluntária, entre

Dentre as pessoas ocupadas, o mercado de trabalho foi dividido em dois grupos: formal e informal.[43] Para o mercado de trabalho formal, são considerados os trabalhadores com registro em carteira, inclusive o trabalhador doméstico, o empregador, o funcionário público estatutário e o militar; para o mercado de trabalho informal, são considerados os trabalhadores sem registro em carteira, inclusive o trabalhador doméstico e os por conta própria. Trabalhadores sem remuneração foram excluídos da amostra.

O limite inferior de 19 anos deve-se ao fato de, tomando-se o ano de 2008, ser esta a faixa etária dos herdeiros da *universalização* da educação fundamental, com o FUNDEF em 1996.

Assim, considerando-se as pessoas que tinham 7 anos em 1996, sabe-se que elas tiveram o espaço de tempo necessário para cumprir o ensino fundamental (neste momento ainda com a duração de oito anos) até 2003, quando estavam com 15 anos de idade e tiveram nos 5 anos seguintes, até 2008, o espaço de tempo necessário para cumprir o ensino médio (3 anos) e ingressarem no ensino superior.

O limite superior de 65 anos deve-se ao fato de ser esta a idade mínima para aposentadoria por tempo de serviço. Os indivíduos com menos de 19 anos e, portanto, à margem da possibilidade de terem cumprido 12 anos de escolaridade antes de sua entrada no mercado de trabalho seja em 2003, seja em 2008, foram excluídos da amostra na medida em que não

---

outros. São classificadas como **desocupadas** na semana de referência as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumirem um trabalho nesta semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou saído do último trabalho que tiverem neste período. As **pessoas não-economicamente ativas**, por sua vez, compreendem as pessoas não classificadas como ocupadas nem como desocupadas na semana de referência, mas, nem por isso ligadas marginalmente à PEA (pessoas não-economicamente ativas que trabalharam ou procuraram trabalho no período de referência de 365 dias e estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência) ou desalentadas (pessoas marginalmente ligadas à PEA que procuraram trabalho ininterruptamente por pelo menos 6 meses, tendo desistido da busca). Ver *Relatório Metodológico 23* da Pesquisa Mensal de Emprego. www.ibge.gov.br

[43] Trata-se aqui de um mercado de trabalho protegido ou não pela regulamentação dos direitos trabalhistas no tocante à admissão, demissão, jornada de trabalho e assistência social, da ação sindical e da justiça do trabalho, assim como na regulamentação ou não da sua remuneração pela política salarial governamental.

interferem na hipótese deste trabalho, na qual o que se quer observar é o impacto em termos de idade e de educação no mercado de trabalho.

A classificação da PME em relação à escolaridade acessada anteriormente[44] diz respeito apenas àqueles que não freqüentam mais nenhum nível de escolaridade após terem atingido determinado nível. Dado que tal classificação se divide em elementar (primário), médio 1º ciclo (ginasial, etc.), médio 2º ciclo (científico, clássico, etc.), ensino fundamental ou 1º grau, ensino médio ou 2º grau, superior – graduação, alfabetização de adultos, pré-escolar, mestrado ou doutorado, neste estudo, por questão de representatividade dos grupos, elas foram agregadas.

Assim, para este estudo, foram criadas a partir das divisões da PME as seguintes classes: elementar (primário), médio 1º ciclo (ginasial, etc.), ensino fundamental ou 1º grau e alfabetização de adultos na classe **Básico**[45]; médio 2º ciclo (científico, clássico, etc.) e ensino médio ou 2º grau na classe **Médio**; e a classe **Superior** – graduação permaneceu intocada.

Os indivíduos com mestrado ou doutorado foram excluídos da amostra. Tal exclusão justifica-se por um lado, pelo fato de não fazerem parte da investigação na medida em que esta foca a ampliação do acesso ao ensino superior – graduação e, por outro, em função do já debatido ganho de renda que a pós-graduação proporciona ao trabalhador[46]**,** o quê poderia gerar distorções nas análises estatísticas.

---

[44] Quadro 307 do *Questionário de Mão-de-obra* da PME.

[45] Básico aqui não faz referência à expressão "educação básica" do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Na Lei, "Educação Básica" é um conceito e um direito que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Neste trabalho, usa-se "básico" inspirado no corte de 8 anos de estudo que é a realidade da maior parte da população investigada, como será mostrado oportunamente, na apresentação dos dados quantitativos.

[46] Ver a matéria intitulada "Mestrado dobra renda do trabalhador" de 15/01/2006 em http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u104260.shtml de 15/01/2006

Embora os limites escolhidos para os cortes de idade tenham eliminado por si a maior parte dos indivíduos com pouca ou nenhuma escolaridade da amostra[47], a mesma foi novamente recortada e os indivíduos que responderam "Não" à questão do quadro 301 do *Questionário de Mão-de-obra* da PME: "... sabe ler e escrever?", portanto, indivíduos analfabetos, foram excluídos da amostra. Tal exclusão se deu não pelo receio de distorções estatísticas, mas, pelo fato deste grupo ser pouco representativo na amostra da RMSP e, além disso, não haver diferenças de rendimentos entre os que têm pouca ou nenhuma escolaridade que entraram na 1º classe da amostra, a do ensino fundamental.[48]

Além disso, foi criada uma categoria para as pessoas que freqüentavam escolas no momento da pesquisa (quadros 302 e 303 do *Questionário de Mão-de-obra* da PME) a fim de investigar possíveis variações entre o grupo analisado e o grupo dos participantes da PEA selecionada que estão em processo de aquisição de escolaridade.

Para este universo, foram agregadas as seguintes classes da PME: regular do ensino fundamental ou do 1º grau, supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau e alfabetização de adultos na classe **Nobásico;** regular do ensino médio ou do 2º grau, supletivo do ensino médio ou do 2º grau e pré-vestibular na classe **Nomédio**; e a classe superior – graduação permaneceu intocada na sua composição, mas passou se a chamar **Nosuperior**.

Os indivíduos que estão freqüentando mestrado ou doutorado foram excluídos da amostra pelas mesmas razões anteriormente explicitadas e os indivíduos na classificação "pré-escolar" já haviam sido descartados anteriormente da amostra por ocasião do recorte por idade.

Nesta matéria, feita a pedido do jornal *Folha de S. Paulo* ao sociólogo Prof. Dr. Álvaro Comin, são apresentados dados salariais e de escolaridade tabulados a partir da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE.

[47] A PME coleta as características das pessoas nos domicílios a partir dos 10 anos de idade.
Ver *Relatório Metodológico 23* da Pesquisa Mensal de Emprego. www.ibge.gov.br

[48] Note-se que uma determinada classe de escolaridade não significa um nível pleno desta escolaridade, o recorte está em ter acessado determinada classe de escolaridade.

Finalmente, no que concerne a condição na família, as pessoas são classificadas pela PME em função da relação com a pessoa que é a principal responsável, ou seja, o **chefe**, ou com o seu cônjuge. Para este estudo, foram selecionados as seguintes categorias: chefe, cônjuge e filho[49]. As demais categorias classificadas pela PME, quais sejam, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico foram agregadas na categoria "outros".

Feitas as escolhas e os recortes nas populações, o universo investigado contou com 4 amostras populacionais, conforme as tabelas que seguem:

- Tabela 4: Março de 2002 = 12.367 indivíduos (de um universo inicial de 21.221 indivíduos).
- Tabela 5: Março de 2003 = 13.367 indivíduos (de um universo inicial de 22.678 indivíduos).
- Tabela 6: Março de 2008 = 14.021 indivíduos (de um universo inicial de 22.186 indivíduos).
- Tabela 7: Março de 2009 = 14.392 indivíduos (de um universo inicial de 22.750 indivíduos).

---

[49] *Filho* diz respeito à pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa que é a principal responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou com o seu cônjuge. Ver *Relatório Metodológico 23* da Pesquisa Mensal de Emprego. www.ibge.gov.br

Tabela 4: PME – RMSP – Março 2002

PME - RMSP - Mar 02 - 12.367 individuos		
CARACTERISTICAS PESSOAIS	CARACTERISTICAS ESCOLARES	CARACTERISTICAS NO MERCADO DE TRABALHO
MULHER	ESCOLARIDADE EM CURSO	CHEFE
6.427 = 51,97%	1.034 = 8,36%	5.413 = 43,77%
HOMEM	ESCOLARIDADE CURSADA	FILHO
5.940 = 48,03%	11.333 = 91,64%	2.554 = 20,65%
BRANCA	NO MEDIO	CONJUGE
8.134 = 65,77	317 = 2,56%	3.824 = 30,92%
PRETA E PARDA	MEDIO	CONDICAO NO DOMICILIO OUTROS
3.995 = 32,30%	3.489 = 28,21%	576 = 4,66%
OUTRA COR	NO SUPERIOR	OCUPADO
238 = 1,93%	488 = 3,95%	7.783 = 62,93%
ENTRE 19 e 24 ANOS	SUPERIOR	DESOCUPADO
2.422 = 19,58%	1.488 = 12,03%	1.078 = 8,72%
ENTRE 25 e 30 ANOS	BASICO/NO BASICO	FORA da PEA
2.085 = 16,86%	6.356 + 229 =	3.506 = 28,35%
ENTRE 31 e 40 ANOS	6.585 = 53,25%	COM REGISTRO
3.340 = 27,01%		4.071 = 32,92%
ENTRE 41 e 65 ANOS		SEM REGISTRO
4.520 = 36,55%		1.553 = 12,56%
		CONTA PROPRIA
		1.275 = 10,31%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego. Março de 2002.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Tabela 5: PME –RMSP Março 2003

PME - RMSP - Mar 03 - 13.367 individuos		
CARACTERISTICAS PESSOAIS	CARACTERISTICAS ESCOLARES	CARACTERISTICAS NO MERCADO DE TRABALHO
MULHER	ESCOLARIDADE EM CURSO	CHEFE
7037 = 52,64%	1.123 = 8,40%	5.885 = 44,03%
HOMEM	ESCOLARIDADE CURSADA	FILHO
6.330 = 47,36%	12.244 =91,60%	2.745 = 20,54%
BRANCA	NO MEDIO	CONJUGE
9.152 = 68.47	330 = 2,47%	4.143 = 30,99%
PRETA E PARDA	MEDIO	CONDICAO NO DOMICILIO OUTROS
3.977 = 29,75%	3.909 = 29,24%	594 = 4,44%
OUTRA COR	NO SUPERIOR	OCUPADO
238 = 1,78%	530 = 3,96%	8.757 = 65,51%
ENTRE 19 e 24 ANOS	SUPERIOR	DESOCUPADO
2.459 = 18,40%	1.876 = 14,03%	1.236 = 9,25%
ENTRE 25 e 30 ANOS	BASICO/NO BASICO	FORA da PEA
2.257 = 16,88%	6.459 + 263 =	3.374 = 24,24%
ENTRE 31 e 40 ANOS	6.722 = 50,30%	COM REGISTRO
3.640 = 27,23%		4.325 = 32,36%
ENTRE 41 e 65 ANOS		SEM REGISTRO
5.011 = 37,49%		1.824 = 13,65%
		CONTA PROPRIA
		1.495 = 11,18%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego. Março de 2003.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Tabela 6: PME – RMSP – Março 2008

PME - RMSP - Mar 08 - 14.021 individuos		
CARACTERISTICAS PESSOAIS	CARACTERISTICAS ESCOLARES	CARACTERISTICAS NO MERCADO DE TRABALHO
MULHER	ESCOLARIDADE EM CURSO	CHEFE
7.381 = 52,64%	1.112 = 7,93%	6.092 = 43,45%
HOMEM	ESCOLARIDADE CURSADA	FILHO
6.640 = 47,36%	12.909 =92,07%	3.155 = 22,50%
BRANCA	NO MEDIO	CONJUGE
8.935 = 63,73	251 = 1,79%	4.087 = 29,15%
PRETA E PARDA	MEDIO	CONDICAO NO DOMICILIO OUTROS
4.870 = 34,73%	5.018 = 35,79%	687 = 4,90%
OUTRA COR	NO SUPERIOR	OCUPADO
216 = 1,54%	710 = 5,06%	9.673 = 68,99%
ENTRE 19 e 24 ANOS	SUPERIOR	DESOCUPADO
2.315 = 16,51%	2.268 = 16,18%	877 = 6,25%
ENTRE 25 e 30 ANOS	BASICO/NO BASICO	FORA da PEA
2.352 = 16,77%	5.623 + 151 =	3.471 = 24,76%
ENTRE 31 e 40 ANOS	5.774 = 41,18%	COM REGISTRO
3.414 = 24,55%		5.147 = 36,71%
ENTRE 41 e 65 ANOS		SEM REGISTRO
5.940 = 42,17%		1.785 = 12,73%
		CONTA PROPRIA
		1.645 = 11,73%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego. Março de 2008.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Tabela 7: PME – RMSP – Março 2009

PME - RMSP - Mar 09 - 14.392 individuos		
CARACTERISTICAS PESSOAIS	CARACTERISTICAS ESCOLARES	CARACTERISTICAS NO MERCADO DE TRABALHO
MULHER	ESCOLARIDADE EM CURSO	CHEFE
7.545 = 52,42%	1.214 = 8,44%	6.249 = 43,42%
HOMEM	ESCOLARIDADE CURSADA	FILHO
6847 = 47,58%	13.178 =91,56%	3.276 = 22,76%
BRANCA	NO MEDIO	CONJUGE
9071 = 63,03%	265 = 1,84%	4.170 = 28,97%
PRETA E PARDA	MEDIO	CONDICAO NO DOMICILIO OUTROS
5088 = 35,35%	5.241 = 36,42%	697 = 4,85%
OUTRA COR	NO SUPERIOR	OCUPADO
233 = 1,62%	810 = 5,63%	9.904 = 68,82%
ENTRE 19 e 24 ANOS	SUPERIOR	DESOCUPADO
2.360 = 16,46%	2.458 = 17,08%	1057 = 7,34%
ENTRE 25 e 30 ANOS	BASICO/NO BASICO	FORA da PEA
2.310 = 16,05%	5.479 + 139 =	3.431 = 23,84%
ENTRE 31 e 40 ANOS	5.618 = 39,03%	COM REGISTRO
3.465 = 24,11%		5.320 = 36,96%
ENTRE 41 e 65 ANOS		SEM REGISTRO
6.257 = 43,38%		1.854 = 12,88%
		CONTA PROPRIA
		1.616 = 11,23%

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego. Março de 2009.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

O dilema da Renda

A incorporação da variável Renda para a análise gerou inúmeras dificuldades. O universo de rendimentos do trabalhador na RMSP é bastante diversificado, seja pela multiplicidade de fontes de renda do indivíduo, sobretudo entre os trabalhadores do mercado informal; seja pelo abismo que existe entre os menores e os maiores salários existentes, inviabilizando a construção de variáveis confiáveis em termos de média salarial.

Mesmo após a seleção da amostra em termos de escolaridade e idade, buscando-se evitar distorções de renda o máximo possível, os primeiros sobrevôos nos rendimentos das populações das amostras selecionadas causavam espanto tanto pelas pessoas que trabalham o mês todo e ganham R$ 0,00, quanto por aquelas que ganham mais de R$ 50.000,00, por mês.

Assim, após determinar-se que Renda, neste estudo, seria "o rendimento mensal efetivamente recebido por mês referente ao trabalho principal"[50], procedeu-se a construção de variáveis de renda a partir da mediana, conforme os percentis de renda da tabela abaixo (Tabela 8):

Tabela 8: PME - Percentis da renda – 2002 a 2009

Percentis de RENDA	Mar 2002 Renda (R$)	Mar 2003 Renda (R$)	Mar 2008 Renda (R$)	Mar 2009 Renda (R$)
1%	0	100,00	0	0
5%	150,00	200,00	250,00	300,00
10%	200,00	250,00	380,00	460,00
25%	350,00	400,00	500,00	600,00
50%	500,00	600,00	790,00	800,00
75%	1.000,00	1.200,00	1.300,00	1.500,00
90%	2.000,00	3.000,00	2.500,00	3.000,00
95%	4.000,00	30.000,00	4.000,00	4.000,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
www.ibge.gov.br Elaboração da autora.

[50] Refere-se, portanto, à VD24 (variável derivada de número 24) do *Dicionário de Variáveis da PME* – Entrevista. E busca-se evitar cálculos e análises com valores que sejam esporádicos ou muito variáveis e que possam, desta feita, enviesar a amostra.

Em seguida, foram construídas 20 (vinte) variáveis de renda a partir da maior freqüência de pessoas em determinadas faixas de renda e da observação de que existem alguns *marcos* de renda no mercado de trabalho da RMSP, em outras palavras, determinadas faixas de renda concentram mais pessoas, por exemplo, R$500,00 ou R$600,00, e quanto mais se avança em direção aos salários mais altos, próximos à R$1.000,00, as freqüências sugerem fronteiras mais difíceis de serem ultrapassadas Tabela 9).

Tabela 9: Intervalos de renda para construção de variáveis

Variáveis de Renda	Intervalo de valores (R$)	2002 Pessoas (%)	2003 Pessoas (%)	2008 Pessoas (%)	2009 Pessoas (%)
mrenda 1	0>=<200,00	10,92	7,86	4,53	4,06
mrenda 2	201,00>=<350,00	16,72	14,43	3,49	2,79
mrenda 3	351,00>=<500,00	22,97	23,28	18,90	14,29
mrenda 4	501,00>=<750,00	15,08	14,46	22,03	22,26
mrenda 5	751,00>=<900,00	7,33	7,36	12,01	13,63
mrenda 6	901,00>=<1.000,00	5,39	5,96	6,87	7,45
mrenda 7	1.001,00>=<1.500,00	7,38	8,47	12,89	13,45
mrenda 8	1.501,00>=<2.000,00	4,65	4,87	6,76	8,19
mrenda 9	2.001,00>=<3.000,00	3,46	3,50	5,62	6,41
mrenda 101	3.001,00>=<4.000,00	1,53	1,66	2,59	2,90
mrenda 102	4.001,00>=<5.000,00	0,84	1,15	1,69	1,59
mrenda 103	5.001,00>=<6.000,00	0,34	0,60	0,74	0,80
mrenda 104	6.001,00>=<7.000,00	0,20	0,30	0,53	0,50
mrenda 105	7.001,00>=<8.000,00	0,10	0,28	0,24	0,39
mrenda 106	8.001,00>=<9.000,00	0,08	0,10	0,19	0,11
mrenda 107	9.001,00>=< 10.000,00	0,18	0,24	0,40	0,45
mrenda 108	10.001,00>=< 15.000,00	0,04	0,12	0,38	0,38
mrenda 109	15.001,00>=< 50.000,00	0,07	0,09	0,15	0,22
mrenda 110	50.001,00>=< 100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,03
mrenda 111	>=100.001,00	2,73	5,27	0,00	0,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Os agrupamentos de renda apresentados na tabela abaixo (Tabela 10) têm por finalidade a melhor visualização de alguns parâmetros de renda, notadamente a concentração de pessoas em determinados *marcos* de valores efetivamente recebidos. Foi esta a tabela utilizada na construção das variáveis de renda para a estatística descritiva (Capítulo 4).

A Tabela 10 mostra, além dos intervalos de renda utilizados na construção das variáveis, a freqüência de pessoas nestes intervalos em porcentagem, ano a ano. Posteriormente, os seis intervalos de renda apresentados nesta tabela foram renomeados para, respectivamente, R1, R2, R3, R4, R5 e R6.

Tabela 10: Variáveis de renda utilizadas

Renda agrupada	Intervalo de valores	2002 Pessoas (%)	2003 Pessoas (%)	2008 Pessoas (%)	2008 Pessoas (%)
mrenda 1 a 2	0>=<350,00	27,63	22,29	8,02	6,85
+ mrenda 3	351,00>= <500,00	50,61	45,57	26,92	21,24
+ mrenda 4 e 5	501,00>= <900,00	73,02	67,39	60,95	57,13
+ mrenda 6 e 7	901,00>= <1.500,00	85,79	81,83	80,71	78,03
+ mrenda 8 e 9	1.501,00>= <3.000,00	93,90	90,20	93,09	92,63
+ mrenda 101 e 102	3.001,00>= <5.000,00	95,68	92,07	96,08	95,92

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Os valores percentuais apresentados na tabela são cumulativos, mostrando, portanto, a freqüência até a respectiva faixa de renda. Pretende-se, com isso, entender o significado destes marcos de renda em termos de escolaridade e idade ao longo dos anos estudados.

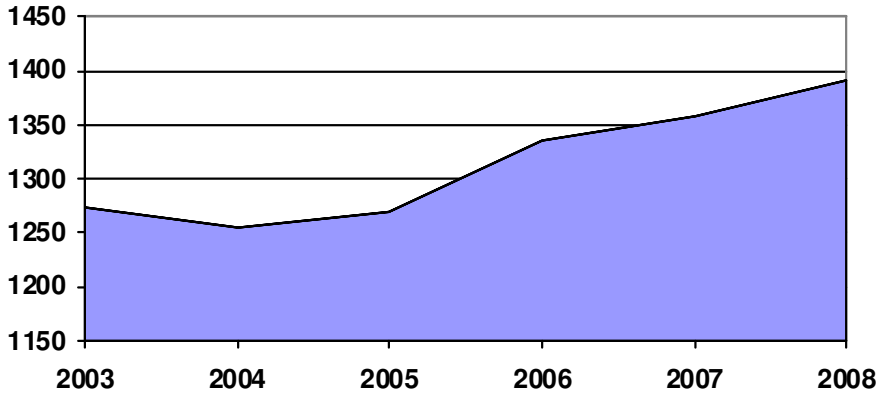
Supõe-se que tal significado seja diferente das considerações comumente feitas quando a média salarial é tomada como base, atribuindo-se à escolaridade valor maior do que de fato tem dadas as distorções geradas pelo imenso abismo, anteriormente tratado, entre os menores e os maiores salários.

Além disso, pretende-se inibir a tentação otimista de construir uma extensa *classe média* calcada num intervalo de rendimentos igualmente extenso que, maquiada ou não, daria nova face à boa parte da sociedade brasileira.[51]

Tome-se, por exemplo, o mês de março de 2008: 60,95% dos trabalhadores tiveram renda de até R$ 900,00, valor bastante inferior aos R$ 1.391,00 inferidos à renda média do trabalhador, conforme o gráfico que segue (Gráfico 5):

[51] Apenas para se ter uma idéia da complexidade do problema para o caso brasileiro, o volume 1, "Classe Média: desenvolvimento e crise" do *Atlas da nova estratificação social no Brasil*, organizado por Alexandre Guerra entre outros, que tem o mérito de apresentar um amplo panorama da classe média brasileira contemporânea (embora não a defina, limitando-se a medí-la), traz como recorte de renda familiar mensal o intervalo entre R$ 2.275,00 e R$ 25.445,00, ou seja, todas as posições neste intervalo de renda são da classe média.

GRÁFICO 5
Rendimento médio real (em R$) RMSP 2003 - 2008
a preços de março/08



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

As variáveis de renda ***não*** foram corrigidas nas tabelas 9 e 10 apresentadas, portanto, neste primeiro momento, estas tabelas devem ser observadas com reservas.

A não correção monetária das rendas nas tabelas se deve à falta de um único indicador que pudesse corrigi-las de forma inequívoca. Sabe-se que o reajuste do salário-mínimo no período foi bastante superior ao índice oficial de inflação, portanto níveis de renda mais baixos tiveram correções mais altas do que os níveis de renda mais altos; sabe-se, também, que os salários sofrem correções diferenciadas, conforme as negociações sindicais das diversas categorias.

Assim, para não correr o risco de corrigir as tabelas das variáveis de renda de maneira equivocada, optou-se por apresentá-las, neste primeiro momento, assim como na apresentação

dos dados descritivos no próximo capítulo, sem correção e, concomitantemente, construir três tabelas de correção monetária para o período (Tabelas 11, 12 e 14).[52]

As tabelas que seguem com os seguintes índices de correção: salário-mínimo (Tabela 11), IPCA-IBGE (Tabela 12) e IGP-M/FGV (Tabela 14) têm o intuito de prover um "pano de fundo" para a apreciação preliminar das tabelas 9 e 10. No momento das análises estatísticas descritivas, as correções das variáveis de renda serão feitas caso a caso.

Tabela 11: Índices de correção pelo Salário-Mínimo

Valores do Salário-Mínimo (R$) Vigência a partir de :	**Valor**	**Aumento anual**
Fevereiro/2009	465,00	12%
Março de 2008	415,00	9,2%
Abril de 2007	380,00	8,6%
Abril de 2006	350,00	16,7%
Maio de 2005	300,00	15,4%
Maio de 2004	260,00	8,3%
Abril de 2003	240,00	20%
Abril de 2002	200,00	11,1%
Abril de 2001	180,00	
Março 2002 → Março 2003		11,1%
Março 2002 → Março 2008		130,5%
Março 2002 → Março 2009		158,3%
Março 2003 → Março 2008		107,5%
Março 2003 → Março 2009		132,5%
Março 2008 → Março 2009		12%

Fonte: Ministério da Previdência Social
www.previdenciasocial.gov.br
Elaboração da autora.

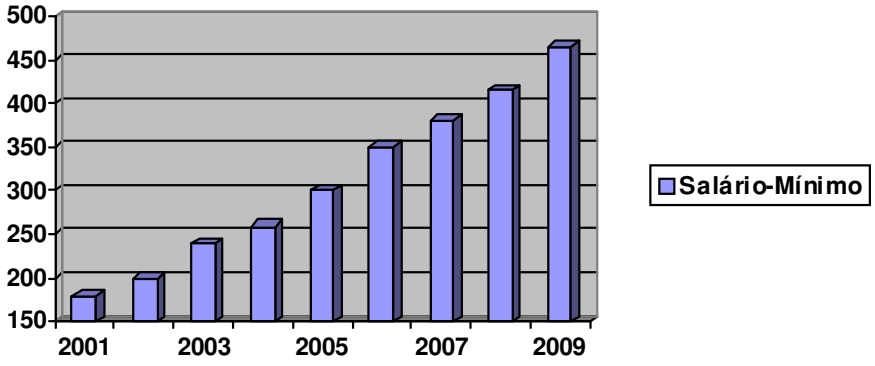
De tal forma que, ao tomarmos a *mrenda 4* (Tabela 9) que engloba rendimentos entre R$ 501,00 e R$750,00 referente a 2002, teríamos, em março de 2003, o intervalo compreendido entre R$ 556,61 e R$ 833,25, ou seja, parte destas pessoas estariam na *mrenda 5*.

[52] O ajuste ocorrerá para as especificações dos modelos no Capítulo 5.

Fazendo o mesmo exercício para março de 2009, teríamos, aplicando a valorização do salário-mínimo de 158,3% (Tabela 11), o intervalo de valores entre R$ 1.294,08 e R$ 1.937,25 que lançaria todos, sem exceção, para níveis bastante superiores de renda, respectivamente, *mrenda 7* e *mrenda 8*. De certa forma, tais deslocamentos estão implícitos quando se observa a freqüência das pessoas nos níveis inferiores de renda durante os pares de anos 2002-2003 e 2008-2009.

Já nos níveis mais altos, esta observação não se efetiva. Tome-se, por exemplo, a *mrenda 101* (Tabela 9) que engloba rendimentos entre R$ 3.001,00 e R$ 4.000,00 referente a 2002, teríamos, em março de 2003, aplicando a mesma correção, o intervalo compreendido entre R$ 3.334,11 e R$ 4.444,00, ou seja, parte destas pessoas estariam na *mrenda 102* e talvez estejam, mas, ao projetarmos para março de 2009, aplicando a valorização do salário-mínimo de 158,3%, o intervalo de valores passa a ser entre R$ 7.751,58 e R$ 10.332,00, respectivamente, *mrenda 105* e *mrenda 108* e dadas as freqüências apresentadas nestes níveis em 2009, certamente não estão.

Gráfico 6: Aumento do Salário-Mínimo 2001 - 2009



Fonte: Ministério da Previdência Social
www.previdenciasocial.gov.br
Elaboração da autora.

Tabela 12: Índices de correção - IPCA/IBGE[53]

IPCA Mês/ano	Índice do mês (%)	Índice acumulado No ano (%)	Índice acumulado últimos 12 meses (%)
Mar/2002	0,60	1,48	7,75
Mar/2003	1,23	5,05	16,57
Mar/2004	0,47	1,84	5,89
Mar/2005	0,61	1,78	7,54
Mar/2006	0,43	1,43	5,32
Mar/2007	0,37	1,26	2,96
Mar/2008	0,48	2,52	4,73
Mar/2009	0,20	1,23	5,61

Fonte: IBGE
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Fazendo o mesmo exercício, aplicando o IPCA/IBGE (Tabela 12), teríamos, aparentemente, deslocamentos mais realistas (Tabela 13):

Tabela 13: Correção - IPCA/IBGE

Março de 2002	Março de 2003	Março de 2009
R$ 501,00 – R$ 750,00 *mrenda 4*	R$ 584,01 – 874,27 *mrenda 4 – mrenda 5*	R$ 797,63 – R$ 1.194,06 *mrenda 5 – mrenda 7*
R$ 3.000,00 – R$ 4.000,00 *mrenda 101*	R$ 3.497,10 – R$ 4.662,80 *mrenda 101 – mrenda 102*	R$ 4.776,26 – R$ 6.368,35 *mrenda 102 – mrenda 104*

Ainda, ao aplicarmos o IGP-M/FGV (Tabela 14) e corrigirmos as rendas (Tabela 15):

[53] O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é considerado o índice oficial de inflação no país e é calculado mensalmente pelo IBGE. O IPCA foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o público final e é divulgado no final de cada mês de referência.

Tabela 14: Índices de correção pelo IGP-M/FGV[54]

IGP-M Mês/ano	Índice do mês (%)	Índice acumulado no ano (%)	Índice acumulado últimos 12 meses (%)
Mar/2002	0,09	0,51	9,02
Mar/2003	1,53	6,14	28,55
Mar/2004	1,13	2,7239	5,0699
Mar/2005	0,85	1,5470	11,1321
Mar/2006	- 0,23	0,6980	0,3546
Mar/2007	0,34	1,1140	4,2767
Mar/2008	0,74	2,3778	9,0930
Mar/2009	-0,74	-0,9198	6,2686

Fonte: Fundação GetúlioVargas
www.portalibre.fgv.br
Elaboração da autora.

Tabela 15: Correção – IGP-M/FGV

Março de 2002	Março de 2003	Março de 2009
R$ 501,00 – R$ 750,00	R$ 644,03 – 964,12	R$ 912,02– R$ 1.365,30
mrenda 4	*mrenda 4 – mrenda 6*	*mrenda 6 – mrenda 7*
R$ 3.000,00 – R$ 4.000,00	R$ 3.856,50 – R$ 5.142,00	R$ 5.461,26 – R$ 7.281,69
mrenda 101	*mrenda 101 – mrenda 103*	*mrenda 103 – mrenda 105*

A Tabela que segue (Tabela 16) compara os três índices de reajuste e justifica a opção, através do exemplo construído com a *mrenda 4* em 2002, pela não atualização monetária das Tabelas 9 e 10 com um único índice neste momento de construção do modelo econométrico.

[54] O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)/FGV é normalmente usado para reajuste de aluguéis em São Paulo e é calculado mensalmente pela FGV. O IGP-M é divulgado no final de cada mês de referência e analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M.

Reiterando o que foi dito anteriormente, as variáveis de renda serão corrigidas pelo movimento de preços relativos (IPCA), caso a caso, por ocasião da análise estatística, no capítulo que segue.

Tabela 16: Correção - comparativo

Março de 2002	Março de 2003	Março de 2009
Salário-Mínimo :		
R$ 501,00 – R$ 750,00 *mrenda 4*	R$ 556,61 – 833,25 *mrenda 4 – mrenda 5*	R$ 1.294,08 – R$ 1.937,25 *mrenda 7 – mrenda 8*
R$ 3.000,00 – R$ 4.000,00 *mrenda 101*	R$ 3.334,11 – R$ 4.444,00 *mrenda 101 – mrenda 102*	R$ 7.751,58 – R$ 10.332,00 *mrenda 105 – mrenda 108*
IPCA/IBGE :		
R$ 501,00 – R$ 750,00 *mrenda 4*	R$ 584,01 – 874,27 *mrenda 4 – mrenda 5*	R$ 797,63 – R$ 1.194,06 *mrenda 5 – mrenda 7*
R$ 3.000,00 – R$ 4.000,00 *mrenda 101*	R$ 3.497,10 – R$ 4.662,80 *mrenda 101 – mrenda 102*	R$ 4.776,26 – R$ 6.368,35 *mrenda 102 – mrenda 104*
IGP-M/FGV :		
R$ 501,00 – R$ 750,00 *mrenda 4*	R$ 644,03 – 964,12 *mrenda 4 – mrenda 6*	R$ 912,02– R$ 1.365,30 *mrenda 6 – mrenda 7*
R$ 3.000,00 – R$ 4.000,00 *mrenda 101*	R$ 3.856,50 – R$ 5.142,00 *mrenda 101 – mrenda 103*	R$ 5.461,26 – R$ 7.281,69 *mrenda 103 – mrenda 105*

O próximo capítulo descreve a distribuição da população trabalhadora da RMSP escolhida para este estudo, segundo as suas características de idade, escolaridade e renda, mostrando a **sua evolução** entre os anos de 2002 e 2009 e **as conseqüências deste processo** para o bem-estar da sociedade.

Capítulo 4: O Encontro entre as dinâmicas. Apresentação e análise dos dados

Análise das dinâmicas: Estatística Descritiva: Escolaridade, Idade, Condição na Família, Inserção no Mercado de Trabalho, Renda

A ilustração abaixo (Figura 1) retoma as hipóteses deste trabalho. Imagina-se que o mercado de trabalho seja um quebra-cabeça com diversas peças de cada uma das três características em vermelho: idade, escolaridade e renda. Ainda, supõe-se que o *melhor* lugar do mercado de trabalho ou, pelo menos, o lugar onde a maior parte dos trabalhadores desejaria estar, seja o "com registro".

Figura 1: Dinâmicas

A partir daí, a suposição é que o *melhor* lugar do mercado de trabalho **absorve primeiramente os mais qualificados** deixando aos demais as vagas que, há dez anos, não exigiriam trabalhadores do topo da pirâmide de escolaridade e que isto signifique um

deslocamento de mão-de-obra: trabalhadores com educação superior passam a exercer funções simples no *melhor* lugar do mercado de trabalho, **expulsando os trabalhadores menos qualificados** dos seus postos**.**

Os trabalhadores menos escolarizados - e, imagina-se, mais velhos – por sua vez, são direcionados para a *pior* parte do mercado de trabalho, o lugar "Sem Registro", "Conta-Própria" ou "Desemprego".

Configurar-se-ia, portanto, a partir do momento no qual os processos de ampliação do acesso ao ensino superior privado, de reestruturação do mercado de trabalho e de aumento da PIA entram em curso, um mercado de trabalho com duas portas de entrada: uma *porta da frente* para os mais jovens e mais escolarizados e uma *porta dos fundos* para os mais velhos e menos escolarizados.

Dados de Escolaridade e Idade[55]

A primeira tabela apresentada no presente capítulo descritivo (Tabela 17) traz as freqüências de idade e escolaridade segundo as variáveis construídas no Capítulo 3.

Na primeira coluna da tabela, têm-se o número de pessoas considerado de cada uma das amostras e, entre parênteses, o total de pessoas da amostra antes da seleção. A primeira linha de freqüência (nominal e percentual) da tabela é correspondente ao total de freqüência na confluência entre as variáveis anteriormente expressas nas respectivas linha e coluna. No caso da segunda linha de porcentagens, trata-se da freqüência percentual em relação ao total geral da variável expressa na respectiva coluna.[56]

---

[55] Todas as tabelas e gráficos que seguem neste capítulo são resultado do tratamento de dados cuja fonte é o IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, www.ibge.gov.br e foram elaborados pela autora.

[56] Os valores e as freqüências (entre parênteses na última linha referente a cada ano) correspondem aos *missing values* da respectiva variável, ou seja, as PMEs não têm todas as informações requeridas sobre estes indivíduos,

Tabela 17: Estatística Descritiva. Variáveis de Idade e de Escolaridade[57]

IDADE			ES	CO	LA	RI	DA	DE				
RMSP mar/02	NB	%	NM	%	NS	%	B	%	M	%	S	%
12.367 (de 21.221)	229	1,85	317	2,56	488	3,95	6.356	51,39	3.489	28,21	1.488	12,03
19 a 24	67	29,25	174	54,89	325	66,60	674	10,60	1.098	31,47	109	7,33
2.422 (= 19,58%)		2,77		7,18		13,42		26,71		45,33		4,50
25 a 30	45	19,65	61	19,24	86	17,62	922	14,50	677	19,40	288	19,35
2.085 (= 16,86%)		2,16		2,93		4,12		44,22		32,47		13,81
31 a 40	70	30,56	58	18.30	55	11.27	1.771	27,86	896	25.68	465	31.25
3.340 (= 27,01%)		2,10		1.74		1.65		53,02		26.83		13.92
41 a 65	47	20,52	24	7,57	22	4,51	2.943	46,30	818	23,45	626	42,07
4.520 (= 36,55%)		1,04		0,53		0,49		65,11		18,10		13,85
							(73)	(1,14)				
RMSP mar/03	NB	%	NM	%	NS	%	B	%	M	%	S	%
13.367 (de 22.678)	263	1,96	330	2,47	530	3,96	6.459	48,32	3.909	29,24	1.876	14,03
19 a 24	75	28,51	187	56,67	319	60,19	576	8,91	1.183	30,26	114	6,08
2.459 (= 18,40%)		3,05		7,60		12,97		23,42		48,11		4,64
25 a 30	55	20,91	60	18,18	113	21,32	887	13,73	791	20,24	342	18,23
2.257 (= 16,88%)		2,44		2,66		5,01		39,30		35,05		15,15
31 a 40	72	27,37	51	15.45	76	14.33	1.791	27,72	1.023	26.17	603	32.14
3.640 (= 27,23%)		1,98		1.40		2.79		49,20		28.10		16.57
41 a 65	61	23,19	32	9,70	22	4,15	3.100	47,99	912	23,33	817	43,55
5.011 (= 37,49%)		1,22		0,64		0,44		61,86		18,20		16,30
							(105)	(1,62)				
RMSP mar/08	NB	%	NM	%	NS	%	B	%	M	%	S	%
14.021 (de 22.186)	151	1,07	251	1,79	710	5,06	5.623	40,10	5.018	35,79	2.268	16,18
19 a 24	35	23,17	135	53,78	408	57,46	348	6,18	1.225	24,41	162	7,14
2.315 (= 16,51%)		1,51		5,83		17,62		15,03		52,92		7,00
25 a 30	24	15,89	31	12,35	170	23,94	565	10,04	1.087	21,66	473	20,86
2.352 (= 16,77%)		1,02		1,32		7,23		24,02		46,22		20,11
31 a 40	45	29,80	49	19.52	82	11.54	1.394	24,79	1.224	24.39	613	27.02
3.414 (= 24.35%)		1,32		1.44		2.40		40,83		35.85		17.96
41 a 65	47	31,12	36	14,34	50	7,04	3.251	57,81	1.482	29,53	1.020	44,97
5.940 (= 42,37%)		0,79		0,61		0,84		54,73		24,95		17,17
							(65)	(1,15)				
RMSP mar/09	NB	%	NM	%	NS	%	B	%	M	%	S	%
14.392 (de 22.750)	139	0,96	265	1,84	810	5,63	5.479	38,06	5.241	36,42	2.458	17,08
19 a 24	29	20,86	160	60,38	455	56,17	324	4,27	1.190	22,71	200	8,14
2.360 (= 16,46%)		1,23		6,78		19,28		13,73		50,42		8,47
25 a 30	26	18,70	34	12,83	193	23,83	443	8,08	1.109	21,16	504	20,50
2.310 (= 16,05%)		1,13		1,47		8,35		19,18		48,01		21,82
31 a 40	41	29,49	42	15,85	111	13.7	1.283	23,41	1.333	25.43	651	26.48
3.465 (= 24.11%)		1,18		1.21		3.20		37,03		38.47		18.79
41 a 65	43	30,93	29	10,94	51	6,30	3.378	61,65	1.609	30,70	1.103	44,87
6.257 (= 43,38%)		0,69		0,46		0,82		53,99		25,72		17,63
							(51)	(0,93)				

mas, como as informações coletadas são suficientes para este estudo, tais indivíduos não foram retirados da amostra.

[57] Variáveis explicativas: NB = no básico; NM = no médio; NS = no superior; B = básico; M = médio e S = superior, conforme descrito ao longo do capítulo 3.

Várias considerações gerais sobre a força de trabalho selecionada nos vários anos podem ser extraídas desta primeira tabela descritiva (Tabela 17)[58].

Em termos de sua escolaridade, fica evidenciado **que a força de trabalho se educou**, passando de 51,39% de pessoas alfabetizadas com até 8 anos (B) de escola em 2002, para apenas 38,06% em 2009, denotando que boa parte da força de trabalho passou a ter mais do que 8 até 11 anos de estudo (M), somando 36,42% da força de trabalho, contra apenas 28,21% em 2002; e 17,08% chegaram à universidade (S) contra 12,03% em 2002.

Os efeitos da universalização do ensino fundamental também se fazem notar: é cada vez menor o número de jovens entre 19 a 24 anos que estão cursando a educação fundamental: em 2002, havia 29,25% de jovens desta faixa etária tentando completar tardiamente os 8 anos de estudo (NB); em 2009, este número caiu para 20,86% ao mesmo tempo em que se evidenciou um aumento do número desta população cursando o ensino médio (NM): de 54,89% em 2002, para 60,38% em 2009.

Com relação **à entrada no ensino superior** (NS), evidencia-se algo interessante: **ela passou a acontecer, de forma mais acentuada, tardiamente na vida dos jovens.**

Para a acima referida condição de escolaridade, a taxa de freqüência entre os mais jovens (de 19 a 24 anos) se altera positivamente como era de se esperar com a ampliação do acesso ao ensino superior, no interior deste grupo de idade, passando de 13,42% em 2002 para 19,28%, **mas declina continuamente ao longo dos anos** se considerarmos o conjunto dos trabalhadores que freqüentam o ensino superior, **passando de 66,60% em 2002 para 56,17% em 2009.**

---

[58] Variáveis explicativas: NB = no básico; NM = no médio; NS = no superior; B = básico; M = médio e S = superior, conforme descrito ao longo do capítulo 3.

É, particularmente, o grupo de jovens entre 25 e 30 anos de idade que vai protagonizar a entrada no ensino superior tanto no interior do seu grupo de idade: freqüência de 4,12% em 2002 para 8,35% em 2009; quanto no conjunto da população universitária, em uma subida constante que vai de 17,62% em 2002 para 23,83% em 2009.

Por um lado, isto se deve à tardia universalização da educação no país, pois, embora cada vez menor o número de jovens acessando os níveis de educação fundamental e média, isto ainda ocorre, em grande medida, fora da idade escolar padrão, como mostram os dados da primeira tabela apresentada.

Por outro lado, **a vida do indivíduo que *estuda* e *trabalha* é uma gangorra** - como ficará explicitado no decorrer deste capítulo, por ocasião da apresentação dos dados da movimentação no mercado de trabalho do grupo de trabalhadores que freqüentam escolas – e, em tal condição de disputa de tempo entre o trabalho e o estudo, provavelmente leve-se mais tempo não apenas para entrar na universidade, como para concluí-la[59].

Os menos jovens, **entre 41 e 65 anos**, também foram para a escola: eram 20,52% (NB) em 2002, contra 30,93% em 2009 e, ainda, 7,57% no ensino médio em 2002, contra 10,94% em 2009, tendo um pico de 14,34% em 2008. E, tomando apenas esta faixa etária, **notamos uma melhora substancial da sua escolaridade**: em 2002, 65,11% tinha acessado somente até 8 anos de escola; 18,10% até 11 anos de escola e 13,85% tinham chegado ao ensino superior. Estes valores evoluem ao longo dos anos e, em 2009, têm-se: 53,99% com até 8 anos de escola (B); 25,72% com entre 8 até 11 anos de escola (M); e 17,63% com mais de 11 anos de

---

[59] É cruel a constatação de que na língua portuguesa – e, notadamente no nosso país -, trabalhar e estudar – em qualquer nível de escolaridade – não tenham um mesmo vocábulo na língua cotidiana. Na língua inglesa, por exemplo, *work* serve para estudar: *I will work at school*; na língua francesa, o mesmo ocorre com o *travailler*: *Je vais travailler à l'école*. Na língua portuguesa, os clássicos: "Você trabalha ou só dá aulas?", "O quê você fez na escola hoje?" ou "Estudar é para quem não trabalha... coisa de vagabundo...", dizem muito sobre a relação que ***não*** temos entre trabalho intelectual e trabalho produtivo, numa sociedade na qual a educação ficou até há pouco tempo restrita apenas àqueles que ***não*** precisavam trabalhar, fossem eles adultos ou crianças.

escola (S). Um movimento muito semelhante, porém ainda mais marcado para o acesso ao ensino médio, pode ser verificado para a faixa etária entre 31 e 40 anos.

O maior acesso à escolarização dos jovens parece ter impulsionado os mais velhos a buscarem por escolaridade ainda que tardiamente para poderem competir no mercado de trabalho.

No entanto, **a competição permanece desigual**, pois, se em 2009, mais da metade da força de trabalho **entre 41 e 65 anos**, embora apresentando ganhos de escolaridade em relação à 2002, continuava tendo apenas 8 anos de estudo; os mais jovens, **entre 19 e 24 anos** de idade, tinham uma realidade bem diferente: mais da metade tinha mais de 8 anos de estudo e se somados ao segundo grupo de mais jovens, o de idades **entre 25 e 30 anos**, resultavam em mais de 30% da força de trabalho com acesso ao ensino superior, contra apenas 17,63% neste nível de estudo entre aqueles com mais de 41 anos.

Dados de Condição na Família.

Os gráficos que seguem, mostram a composição da amostra por condição na família segundo as variáveis de idade, ao longo dos anos estudados.

A maior escolarização dos jovens parece significar maior espera para assumir o papel de chefe de família. O mesmo se verifica para o papel de cônjuge que mostra queda ao longo dos anos entre os mais jovens.

Gráfico 7

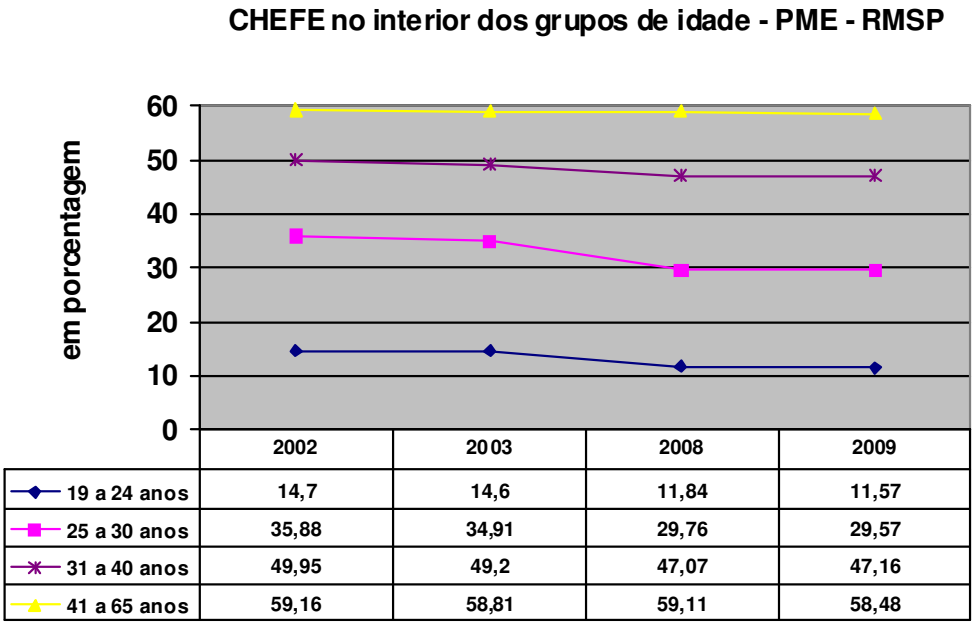
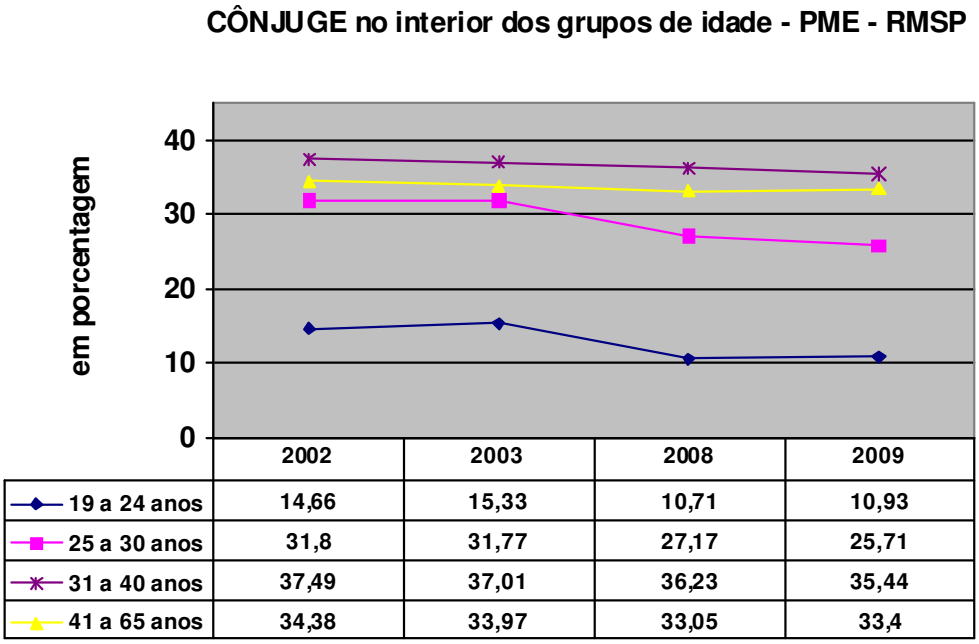


Gráfico 8

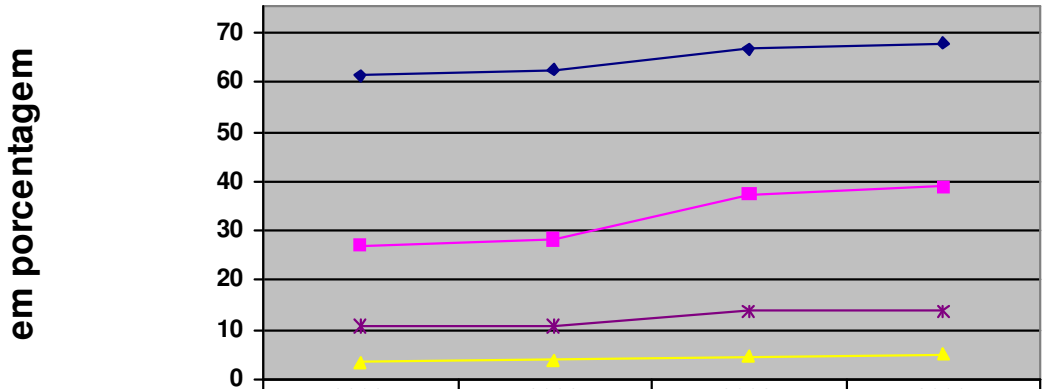


O reverso da moeda é o papel de filho, cujo percentual aumentou invariavelmente ao longo do tempo, notadamente, entre os mais jovens e, dentre estes, entre aqueles com idade entre 25 e

30 anos os quais, supostamente, já poderiam estar formados no ensino superior, empregados e casados.

Tais dados corroboram os recentes estudos sobre a chamada **geração *Canguru***, ou seja, a dos filhos que adiam a saída da casa dos pais até conseguirem ter um bom currículo, um bom emprego ou, por fim, um casamento.[60]

Gráfico 9



	2002	2003	2008	2009
19 a 24 anos	61,31	62,26	66,65	67,58
25 a 30 anos	27,1	28,09	37,5	38,83
31a 40 anos	10,51	10,55	13,56	13,65
41 a 65 anos	3,38	3,91	4,49	4,97

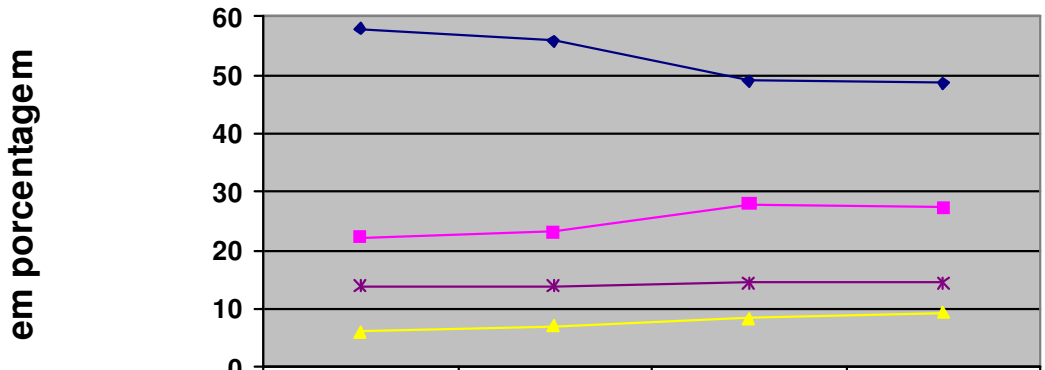
No que concerne a variação, no interior da amostra, da presença dos indivíduos nas diferentes condições na família, a de filho, a de cônjuge e a de chefe, têm-se, como mostra o gráfico que segue (Gráfico 10), a diminuição progressiva do número de filhos entre 19 e 24 anos de idade,

[60] Ver, por exemplo, CARVALHO, Regiane de. *Casa, comida e roupa lavada*: fatores associados à saída do jovem brasileiro do domicílio de origem. Dissertação de Mestrado em Demografia. Faculdade de Ciências Econômicas (Face)/ UFMG, 2009.

e um aumento progressivo de filhos entre 25 e 30 anos de idade, bem como um aumento, também progressivo, mas mais sutil, dos filhos entre 41 e 65 anos de idade.

Para os mais jovens, **entre 19 e 24 anos de idade, a queda na participação da renda da família** deve-se, provavelmente, à permanência mais longa nas instituições escolares e a maior demora para a entrada no mercado de trabalho dada a falta de experiência, no caso dos indivíduos que buscam o primeiro emprego.

Gráfico 10



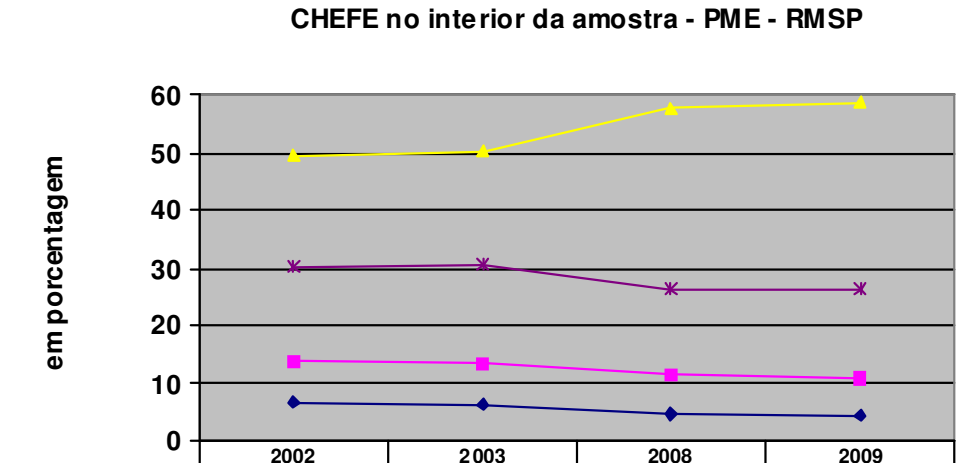
	2002	2003	2008	2009
19 a 24 anos	58,14	55,77	48,91	48,69
25 a 30 anos	22,12	23,1	27,96	27,38
31a 40 anos	13,75	13,99	14,67	14,44
41 a 65 anos	5,99	7,14	8,46	9,49

Corroborando as considerações anteriores sobre o papel de filho, a participação dos mais jovens, de 19 a 24 anos, também diminui para as condições de chefe e de cônjuge. O mesmo se verifica, nestas condições na família, para o grupo de idade entre 25 e 30 anos, contrariamente ao observado para a condição de filho dos indivíduos deste grupo de idade.

O único intervalo de idade no qual se verifica um aumento progressivo da participação dos chefes no mercado de trabalho amostral é **entre 41 e 65** anos de idade, que passa de 49,4% em 2002 para 58,55% em 2009. O aumento da participação do cônjuge de 41 a 65 anos de idade na composição da renda familiar é também bastante expressivo, sua taxa salta de 40,64% em 2002 para 50,12% em 2009. Nos outros grupos de idade, a participação do cônjuge diminui sempre em uma taxa em torno de 3% e a do chefe, em taxas entre 2% e 4%.

Considerando-se que o percentual de chefes e de cônjuges de 41 a 65 anos de idade se mantém quase inalterado ao longo dos anos estudados, o aumento de quase 10% de participação é importante e pode sugerir, por exemplo, que na ausência de renda dos filhos, os pais (chefes e cônjuges) tenham maior necessidade de sair para o mercado de trabalho; que é mais fácil empregar-se quando se tem mais idade e, provavelmente, mais experiência; ou, ainda, que na falta de emprego para todos, os indivíduos mais velhos se sintam mais *obrigados* do que os mais jovens a encontrarem uma ocupação.

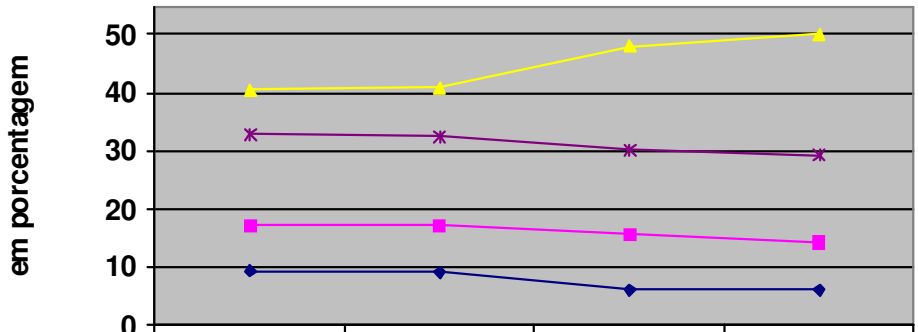
Gráfico 11



	2002	2003	2008	2009
19 a 24 anos	6,58	6,1	4,5	4,37
25 a 30 anos	13,82	13,39	11,49	10,93
31 a 40 anos	30,2	30,43	26,38	26,15
41 a 65 anos	49,4	50,08	57,63	58,55

Gráfico 12

CÔNJUGE no interior da amostra - PME - RMSP

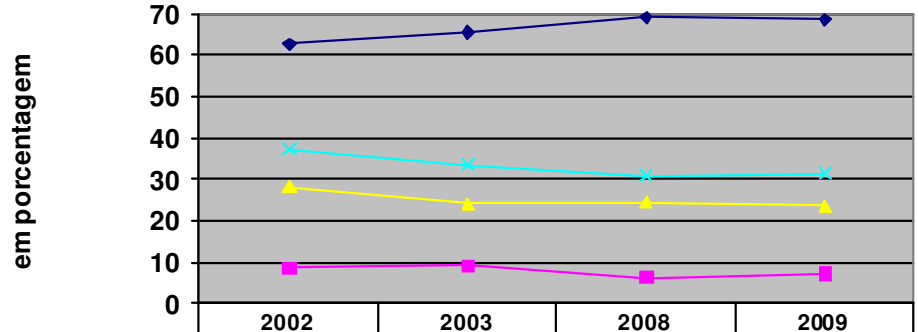


	2002	2003	2008	2009
19 a 24 anos	9,28	9,1	6,07	6,19
25 a 30 anos	17,34	17,31	15,63	14,24
31 a 40 anos	32,74	32,51	30,27	29,45
41 a 65 anos	40,64	41,08	48,03	50,12

Dados gerais de Ocupação e Desocupação. O Primeiro Emprego. Um desemprego cada vez mais escolarizado.

Gráfico 13

Ocupação e Desocupação - PME - RMSP

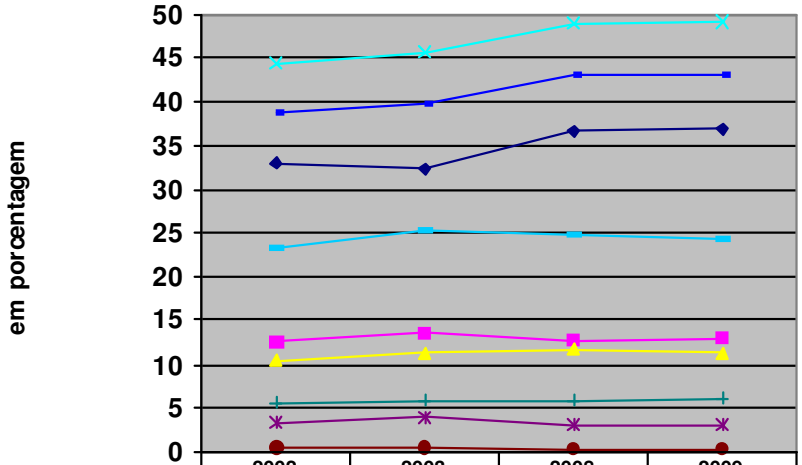


	2002	2003	2008	2009
Ocupados (1)	62,93	65,51	68,99	68,82
Desocupados (2)	8,72	9,25	6,25	7,34
Fora da PEA (3)	28,35	24,24	24,76	23,84
(2) + (3)	37,07	33,49	31,01	31,18

O aumento do nível de ocupação na RMSP é progressivo ao longo do período estudado, assim como a diminuição do número de pessoas fora da PEA.

Mais pessoas ocupadas significaram o aumento do número de carteiras assinadas que passou de 32,92% em 2002 para 36,96% em 2009, e um pequeno aumento de pessoas trabalhando por conta própria. O setor privado foi o gerador dos empregos, crescendo mais de 4% entre 2002 e 2009. O setor público também cresceu, progressivamente, mas muito pouco, como mostra o gráfico que segue (Gráfico 14).

Gráfico 14

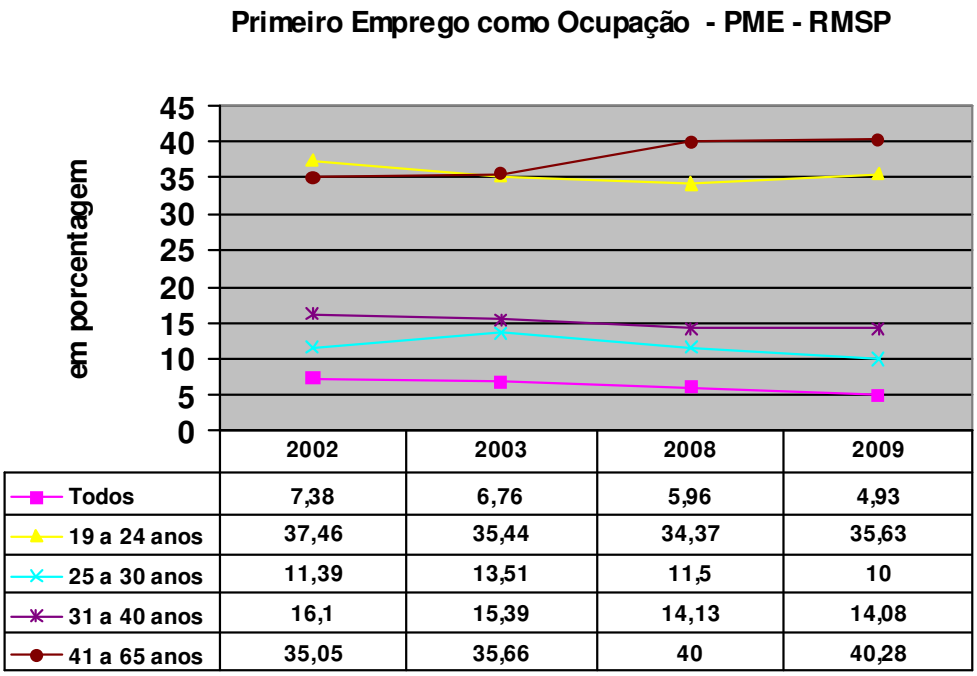


	2002	2003	2008	2009
Com Registro (1)	32,92	32,36	36,71	36,96
Sem Registro (2)	12,56	13,65	12,73	12,88
Conta Própria (3)	10,31	11,18	11,73	11,23
Empregado (4)	44,49	45,68	48,89	49,1
Empregador (5)	3,27	3,93	3,12	2,97
Cooperado (6)	0,33	0,49	0,26	0,21
(2) + (3) + (6)	23,2	25,32	24,72	24,32
Setor Público	5,62	5,74	5,85	5,98
Setor Privado	38,87	39,94	43,04	43,13

Como se pode observar no gráfico acima (Gráfico 14), **mais pessoas entraram pela *porta dos fundos* do mercado de trabalho**, sobretudo entre 2002 e 2003, quando se verifica um

aumento de 2,12% ao somarmos as categorias Sem Registro, Conta Própria e Cooperado, esta que também é uma frágil condição do mercado de trabalho. Entre 2008 e 2009, a variação, embora positiva, é muito pequena. No intervalo de 7 anos, têm-se um aumento de pouco mais de 1%.

Gráfico 15



A ocupação qualificada como o **primeiro emprego** traz um aspecto interessante**: o aumento do número de pessoas mais velhas que entram pela primeira vez no mercado de trabalho**. Note-se que há uma diminuição da busca pelo primeiro emprego no conjunto da força de trabalho, pois as três primeiras categorias de idade mostram reduções, sendo o único aumento progressivo verificado entre 41 e 65 anos, pouco mais de 5% ao longo de 7 anos.

Tabela 18: Ocupados com o primeiro emprego

Ocupados com o Primeiro Emprego: Escolaridade - Idade - Condição na Família								
RMSP	2002		2003		2008		2009	
	NB (34)	B (480)	NB (29)	B (494)	NB (19)	B (388)	NB (18)	B (357)
	3,76%	53,15%	3.26%	54.71%	2.28%	46.47%	2.54%	50.28%
	(903)		(889)		(826)		(704)	
19 a 24	1,99	7,64	1,91	8,43	1,45	4,84	1,27	6,96
25 a 30	0,77	7,75	0,33	7,31	-	4,72	0,28	3,55
31 a 40	0,77	10,85	0,56	11,47	0,36	8,59	0,42	8,23
41 a 65	0,22	26,91	0,44	28,34	0,48	28,81	0,56	31.96
chefe	0,11	9,19	0,56	7,64	0,36	9,07	-	11,36
filho	2,43	5,86	1,68	5,17	1,45	5,08	1,84	7,10
cônjuge	0,77	35,21	1,01	40,38	0,12	30,62	0,56	29,82
	NM (44)	M (221)	NM (58)	M (206)	NM (47)	M (268)	NM (50)	M (187)
	4,87%	24,47%	6,52%	23,17%	5,69%	32,44%	7,1%	26,56%
19 a 24	4,31	13,84	5,73	12,48	4,72	14,28	5,68	11,93
25 a 30	0,11	1,88	0,44	3,37	0,12	5,44	0,85	4,4
31 a 40	0,22	3,54	0,33	2,58	0,6	4,11	0,56	4,11
41 a 65	0,22	5,2	0	4,72	0,24	8,59	0	6,1
chefe	0,55	3,43	0,33	1,68	0,24	3,87	0	3,12
filho	3,32	11,18	4,49	9,89	4,11	12,71	5,39	10,79
referência	0,99	9,85	1,68	11,58	1,33	15,85	1,70	12,64
	NS (88)	S (36)	NS (66)	S (36)	NS (77)	S (27)	NS (72)	S (20)
	9,74%	3,98%	7,42%	4,04%	9,32%	3,26%	10,22%	2,84
19 a 24	9,19	0,77	6,97	0,44	8,83	0,48	9,09	0,71
25 a 30	0,33	0,66	0,44	1,34	0,36	0,84	0,56	0,28
31 a 40	0,11	0,44	0	0,33	0	0,6	0,28	0,56
41 a 65	0,11	2,1	0	1,91	0,12	1,33	0,28	1,27
chefe	0	0,66	0,11	0,56	0,24	0,12	0,56	0,56
filho	9,08	1,32	6,74	0,78	7,99	1,57	8,23	1,13
referência	0,55	1,99	0,56	2,69	1,08	1,57	1,42	1,13

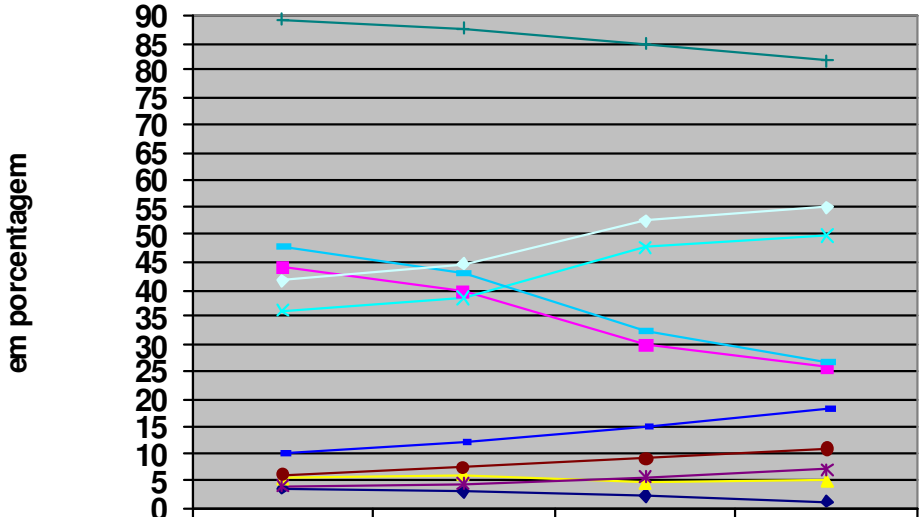
Quando a busca e a conquista do primeiro emprego são observadas pelo recorte da idade e também da escolaridade (Tabela 18), têm-se que **a maioria das pessoas que buscam pelo primeiro emprego e apresentam até 8 anos de estudo são mais velhas**, entre 41 e 65 anos de idade **e são chefes** de família ou, na maior parte das vezes, seus cônjuges.

A situação muda quando se olha para as pessoas **com até 11 anos de estudo**, aí sim, são os mais jovens, **entre 19 e 24 anos** de idade que se apresentam em maior número. A mesma situação pode ser verificada para a escolaridade superior em curso: quase a totalidade dos pretendentes ao primeiro emprego neste nível de escolaridade é formada por filhos entre 19 e 24 anos de idade.

O desemprego mais escolarizado é o reflexo de uma população trabalhadora mais instruída. Particularmente, **chama a atenção a queda no nível de participação no desemprego das pessoas com até 8 anos de escola:** eram 47,68% em 2002 quando haviam na amostra 1078 pessoas desempregadas e passaram a ser 26,87% em 2009, com 1057 pessoas na amostra nesta mesma condição.

No outro extremo, **nota-se o aumento de quase 80% no desemprego** das pessoas com escolaridade superior, cujo índice passou de 6,21% em 2002 para 11,06% em 2009. (Gráfico 16)

Gráfico 16



	2002	2003	2008	2009
No Básico	3,62	3,24	2,51	1,23
Básico	44,06	39,64	29,76	25,64
No Médio	5,47	6,31	4,78	5,01
Médio	36,17	38,43	47,77	49,85
No Superior	4,17	4,53	5,81	7,09
Superior	6,21	7,44	9,23	11,06
até 8 anos	47,68	42,88	32,27	26,87
até 11 anos	89,32	87,62	84,82	81,73
entre 8 e 11 anos	41,64	44,74	52,55	54,86
+ de 11 anos	10,38	11,97	15,04	18,15

Dados de Condição na Família, Escolaridade e Mercado de Trabalho. A vida de quem estuda e trabalha.

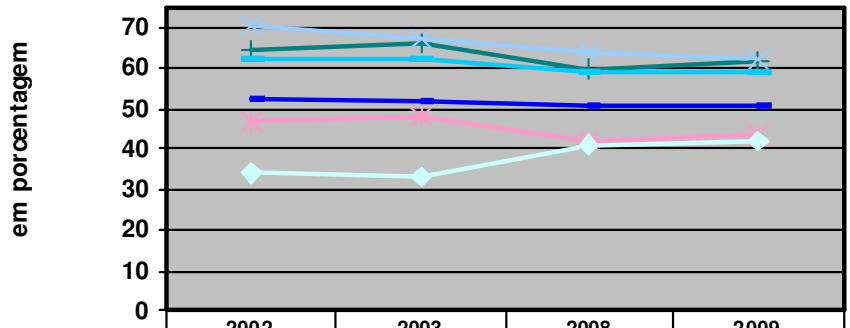
Retomando a análise descritiva dos chefes e filhos[61], protagonistas centrais neste estudo, os gráficos que seguem, cruzam as informações sobre a condição na família, a escolaridade e a condição do indivíduo no mercado de trabalho, isto é, se ele está ocupado e, neste caso, se

[61] Para Cônjuge, por tratar-se de variável de referência, serão apresentados apenas os dados descritivos referentes aos níveis de escolaridade Básico (também variável de referência) e No Básico. Os demais níveis de escolaridade nesta condição de família serão apresentados apenas nas análises de impacto.

está com registro, sem registro ou por conta-própria; se ele está desocupado, ou se ele está fora da PEA.

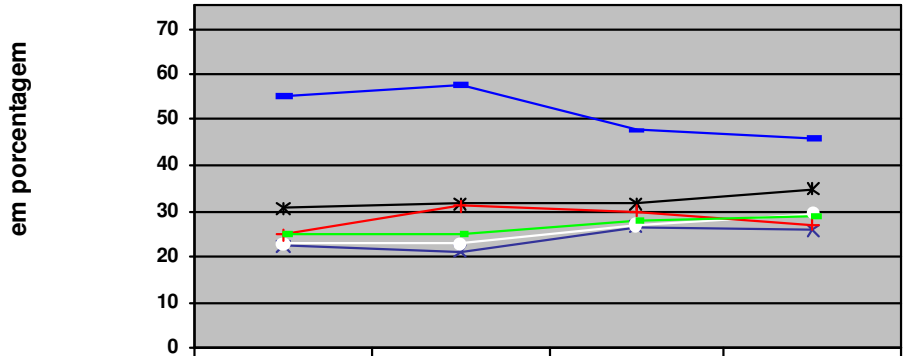
Dadas as enormes diferenças de comportamento, as taxas dos indivíduos que freqüentam a escola (no básico, no médio e no superior) serão apresentadas após os gráficos das condições de família com escolaridade acessada (básico, médio e superior) terem sido apresentados.

Gráfico 17



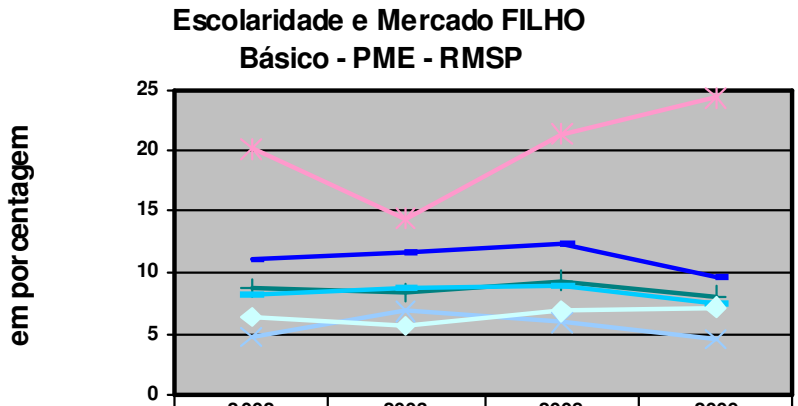
	2002	2003	2008	2009
Básico COM registro	64,15	66,04	59,76	61,64
Básico SEM registro	51,99	51,81	50,75	50,63
Básico conta própria	70,28	66,89	63,64	62
Básico desocupado	46,74	47,76	42,15	43,17
Básico ocupado	62,32	62,22	59,08	59,22
Básico Fora da PEA	34,12	33	40,89	41,87

Gráfico 18



	2002	2003	2008	2009
Básico COM registro	22,38	21,31	26,69	25,66
Básico SEM registro	30,61	31,49	31,47	34,72
Básico conta própria	22,59	22,78	27,04	29,38
Básico desocupado	24,84	31,02	29,89	26,94
Básico ocupado	24,95	24,85	27,88	28,99
Básico Fora da PEA	55,16	57,75	47,66	45,95

Gráfico 19



	2002	2003	2008	2009
Básico COM registro	8,69	8,31	9,3	8,13
Básico SEM registro	10,98	11,7	12,44	9,6
Básico conta própria	4,62	6,78	5,83	4,5
Básico desocupado	20,21	14,49	21,46	24,35
Básico ocupado	8,26	8,68	8,86	7,38
Básico Fora da PEA	6,32	5,58	6,82	7,18

Considerando-se apenas os trabalhadores **ocupados com até 8 anos de escolaridade**, a imagem que se tem é **majoritariamente composta por chefes**, sempre em torno de 60%, seguidos pelos cônjuges e, estes, pelos filhos.

O nível de ocupação do cônjuge é o único que aumenta, corroborando o que havia sido comentado anteriormente sobre a sua maior presença no mercado de trabalho ao longo dos anos estudados. Isto se verifica tanto em relação ao aumento da ocupação, inclusive com o registro em carteira, quanto em relação à diminuição do número de pessoas "Fora da PEA" e "Conta-própria", demonstrando que **o cônjuge passa a desempenhar um papel de maior importância na composição da renda familiar**. Para o "Conta-própria", situação inversa é observada para filhos e chefes de família.

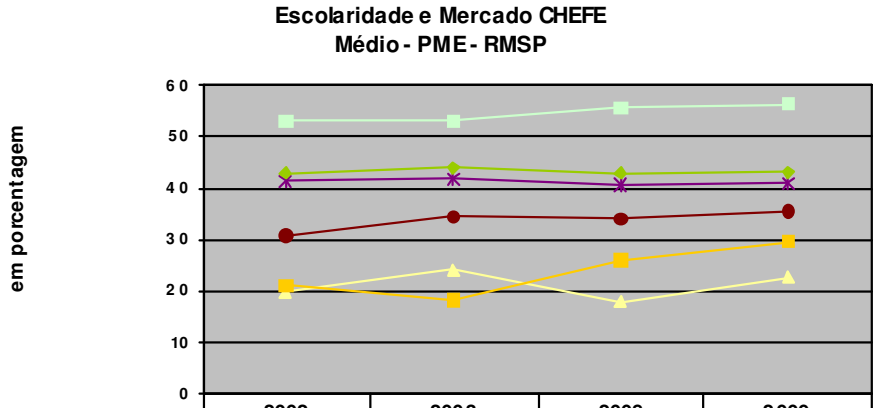
Em termos de idade, fica claro, mais uma vez, que o nível de escolaridade básico aumenta apenas entre os trabalhadores mais velhos, conforme a tabela que segue, **projetando a sua redução para menos de 10% na RMSP em 30 anos**.

Tabela 19: Ocupados com escolaridade básica por grupos de idade[62]

	mar/02 - 46,34%	mar/03 – 43,02%	mar/08 – 34,89%	mar/09 – 33,50%
19 a 24	9,70	8,46	6,51	5,66
25 a 30	16,05	15,05	11,76	9,16
31 a 40	32,96	32,52	29,74	28,33
41 a 65	41,28	43,96	51,97	56,84
	100,00	100,00	100,00	100,00
chefe	62,32	62,22	59,08	59,22
filho	8,26	8,68	8,86	7,38
cônjuge	24,95	24,85	27,88	28,99

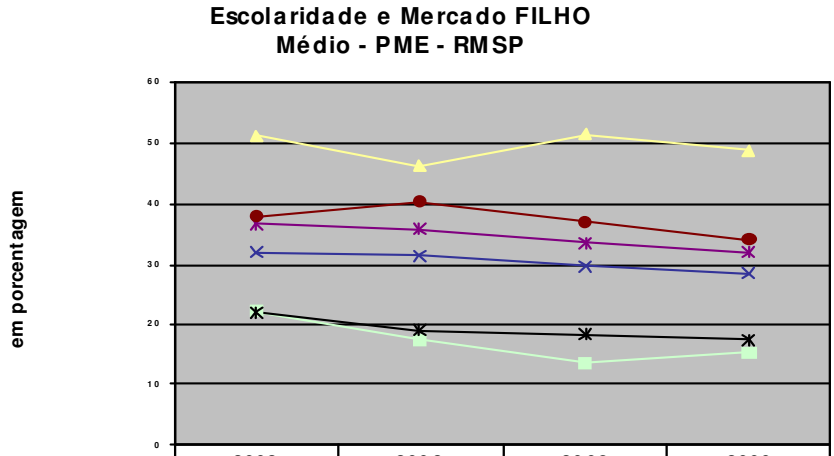
[62] O percentual anotado ao lado de cada ano se refere ao percentual de Ocupados com até 8 anos de escolaridade no interior da amostra.

Gráfico 20



	2002	2003	2008	2009
Médio COM registro	41,29	41,62	40,7	41,05
Médio SEM registro	30,9	34,3	34,15	35,53
Médio conta própria	53,13	53,08	55,7	56,3
Médio desocupado	19,74	24,21	17,9	22,58
Médio ocupado	42,94	43,75	42,86	43,21
Médio Fora da PEA	21,3	18,36	26,06	29,63

Gráfico 21



	2002	2003	2008	2009
Médio COM registro	36,59	35,77	33,39	31,8
Médio SEM registro	37,69	40,29	36,97	34
Médio conta própria	22,22	17,3	13,5	15,45
Médio desocupado	51,28	46,11	51,31	48,77
Médio ocupado	32,06	31,44	29,6	28,31
Médio Fora da PEA	21,92	18,9	18,31	17,54

Tabela 20: Ocupados com escolaridade média por grupos de idade[63]

	mar/02 – 29,50%	mar/03 – 30,69%	mar/08 – 37,26%	mar/09 – 37,40%
19 a 24	30,14	29,35	23,19	21,92
25 a 30	20,21	20,98	22,86	21,19
31 a 40	27,74	27,94	26,77	27,67
41 a 65	21,91	21,73	27,18	29,23
	100,00	100,00	100,00	100,00
chefe	42,94	43,75	42,86	43,21
filho	32,06	31,44	29,60	28,31

Embora não sem alguma movimentação, **a escolaridade média é a que demonstra maior estabilidade em termos de ocupação ao longo dos anos**, sobretudo quando observados por pares, 2002-2003 e 2008-2009.

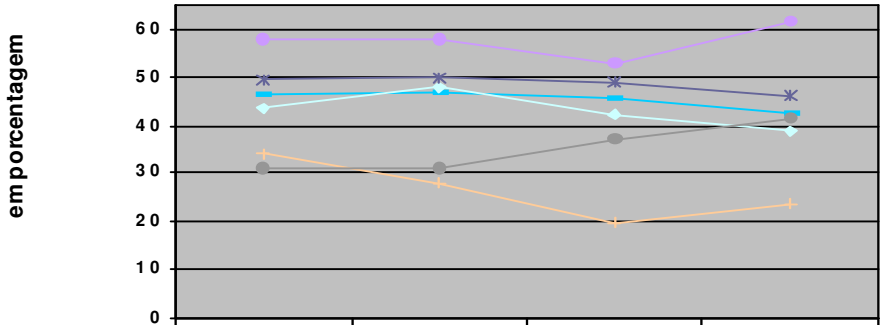
No decorrer dos 7 anos, observa-se, diferentemente do exposto para o nível de escolaridade básica, um aumento da ocupação geral neste nível de escolaridade marcado, notadamente, pela diminuição do nível de participação dos jovens entre 19 e 24 anos de idade, e pelo aumento da participação dos mais velhos, entre 41 e 65 anos de idade.

A escolaridade superior apresenta oscilações no que tange tanto a ocupação dos chefes como a dos filhos. No caso dos chefes (Gráfico 22), o nível de desocupação cai mais de 10% no intervalo de 7 anos e parte deste aumento pode ser verificado entre os "Conta-própria".

Este fato não afeta os filhos (Gráfico 23) que **passam a apresentar crescentes níveis de ocupação**, com aumento, inclusive do registro em carteira, realidade que não contempla os chefes.

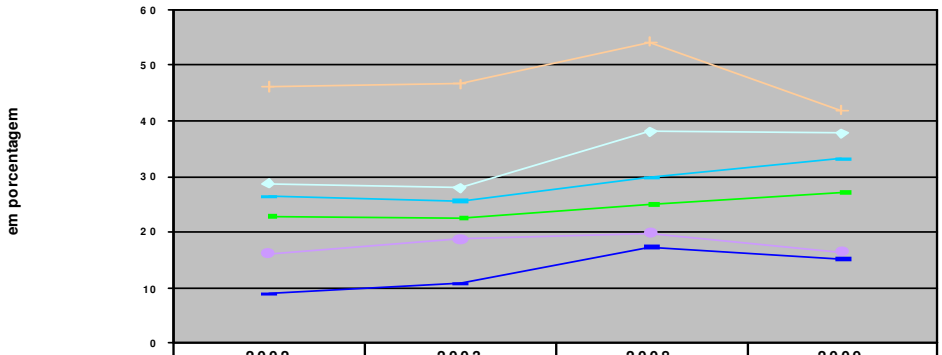
[63] O percentual anotado ao lado de cada ano se refere ao percentual de Ocupados com entre 8 anos e 11 anos completos de escolaridade no interior da amostra.

Gráfico 22



	2002	2003	2008	2009
Superior COM registro	46,57	46,79	45,78	42,45
Superior SEM registro	43,61	47,89	42,25	38,8
Superior conta própria	57,87	57,92	52,87	61,65
Superior desocupado	34,33	28,26	19,75	23,93
Superior ocupado	49,63	50,03	48,85	46,13
Superior Fora da PEA	31,19	31,12	37,1	41,54

Gráfico 23



	2002	2003	2008	2009
Superior COM registro	26,47	25,56	29,78	33,11
Superior SEM registro	28,57	27,89	37,97	37,7
Superior conta própria	16,29	18,81	19,92	16,54
Superior desocupado	46,27	46,74	54,32	41,88
Superior ocupado	22,97	22,55	25,15	27,18
Superior Fora da PEA	8,91	10,79	17,1	15,08

Visto a partir dos grupos de idade, são os mais jovens, entre 19 e 24 anos e entre 25 e 30 anos, que

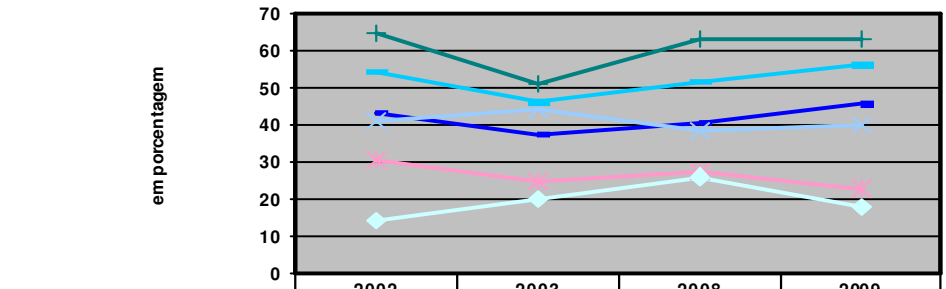
levam majoritariamente a escolaridade superior para o mercado de trabalho, sobretudo no intervalo de anos entre 2003 e 2009, conforme tabela que segue (Tabela 21).

Tabela 21: Ocupados com escolaridade superior por grupos de idade[64]

	mar/02 – 15,66%	mar/03 – 17,62%	mar/08 – 19,40%	mar/09 – 21,26%
19 a 24	7,05	5,64	7,14	7,79
25 a 30	20,10	18,66	21,84	21,79
31 a 40	33,72	34,35	29,09	28,22
41 a 65	39,13	41,35	41,93	42,01
	100,00	100,00	100,00	100,00
chefe	49,63	50,03	48,85	46,13
filho	22,97	22,55	25,15	27,18

A instabilidade na vida de quem estuda e trabalha pode ser facilmente verificada pelos gráficos que seguem (Gráficos 24 a 29).

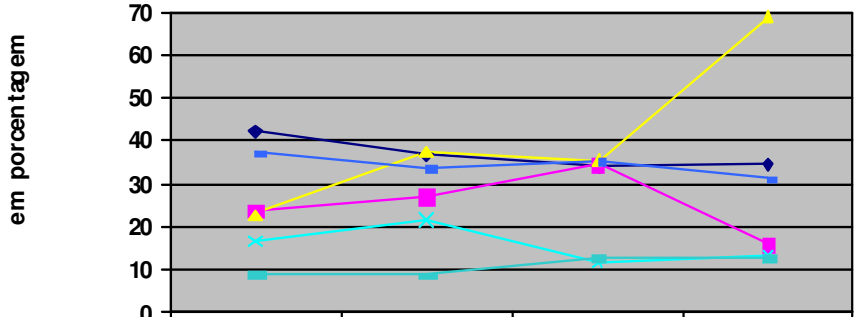
Gráfico 24



	2002	2003	2008	2009
NO básico COM reg.	64,62	51,25	63,16	63,16
NO básico SEM Reg.	43,33	37,5	40,63	45,83
NO básico conta próp.	41,18	44,44	38,46	40
NO básico desocupado	30,77	25	27,27	23,08
NO básico ocupado	54,39	46,31	51,72	56,34
No básico Fora da PEA	14,47	20,27	26,19	18,18

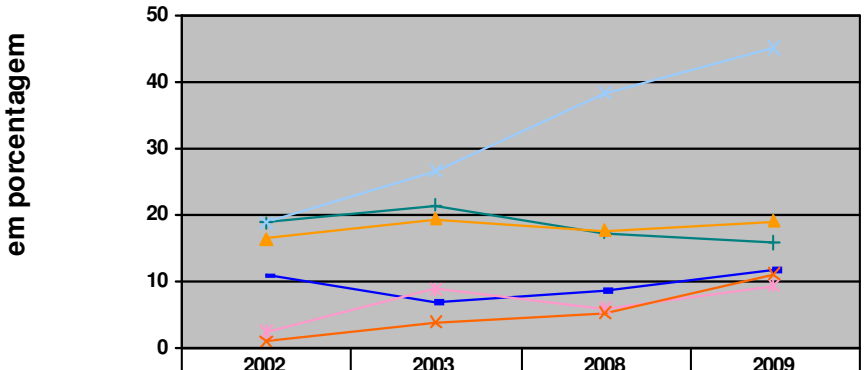
[64] O percentual anotado ao lado de cada ano se refere ao percentual de Ocupados com mais de 11 anos de escolaridade no interior da amostra.

Gráfico 25



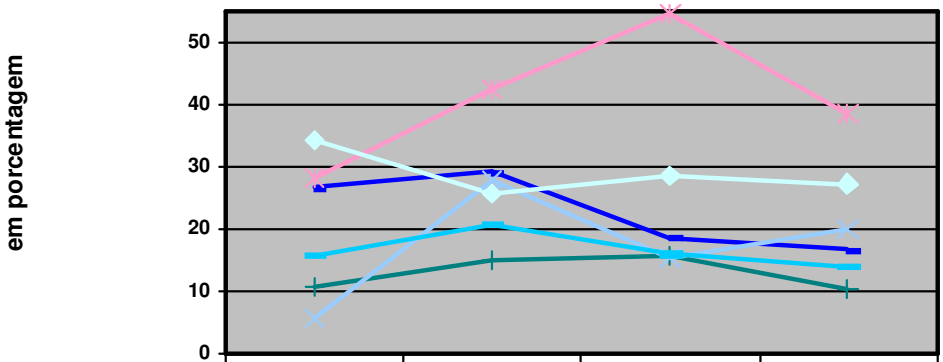
	2002	2003	2008	2009
NO médio COM registro	42,28	36,84	34,25	34,52
NO médio SEM registro	23,68	27,08	34,69	15,91
NO médio conta própria	23,08	37,5	35,29	69,23
NO médio desocupado	16,95	21,79	11,9	13,21
NO médio ocupado	37,78	33,54	35,37	31,69
NO médio Fora da PEA	8,97	8,79	12,9	12,86

Gráfico 26



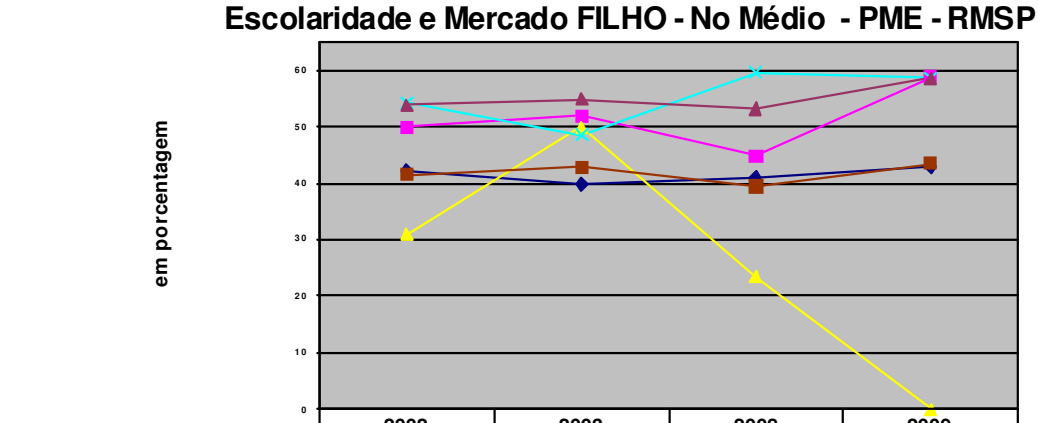
	2002	2003	2008	2009
NO superior COM reg.	18,78	21,54	17,39	15,75
NO superior SEM reg.	10,98	6,8	8,63	11,84
NO superior conta próp.	18,75	26,67	38,46	45,16
NO superior desocupado	2,22	8,93	5,88	9,33
NO superior ocupado	16,51	19,35	17,77	19,08
No superior Fora da PEA	0,86	3,95	5,31	11,32

Gráfico 27



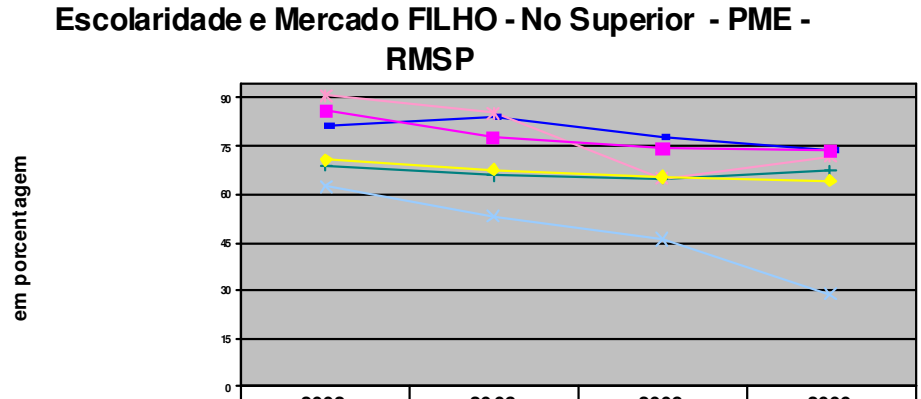
	2002	2003	2008	2009
NO básico COM registro	10,77	15	15,79	10,53
NO básico SEM registro	26,67	29,17	18,75	16,67
NO básico conta própria	5,88	27,78	15,38	20
NO básico desocupado	28,11	42,5	54,55	38,46
NO básico ocupado	15,79	20,81	16,09	14,08
NO básico Fora da PEA	34,21	25,68	28,57	27,27

Gráfico 28



	2002	2003	2008	2009
NO médio COM registro	42,28	40	41,1	42,86
NO médio SEM registro	50	52,08	44,9	59,09
NO médio conta própria	30,77	50	23,53	0
NO médio desocupado	54,24	48,72	59,52	58,49
NO médio ocupado	41,67	42,86	39,46	43,66
NO médio Fora da PEA	53,85	54,95	53,23	58,57

Gráfico 29



	2002	2003	2008	2009
NO superior COM registro	69,04	66,26	64,64	67,19
NO superior SEM registro	81,71	84,47	77,7	73,68
NO superior conta própria	62,5	53,33	46,15	29,03
NO superior desocupado	91,11	85,71	64,71	72
NO superior ocupado	70,64	67,84	65,38	64,07
NO superior Fora da PEA	86,21	77,63	74,34	73,64

A parte o *entra e sai* no mercado de trabalho, a vida de quem estuda e trabalha **segue os princípios gerais observados até então**: indivíduos cada vez mais jovens apresentam maior escolaridade; o nível de ocupação dos mais jovens aumenta conforme a escolaridade; a desocupação dos chefes nos níveis mais baixos de escolaridade cai e a dos filhos aumenta.

O "Conta-própria" aparece como uma alternativa freqüente de ocupação para os chefes de família que estão estudando, sobretudo nos níveis médio e superior. Os filhos, por sua vez, conseguem se manter mais equilibradamente ao longo dos anos estudados no mercado formal de trabalho.

Inserção no Mercado de Trabalho: Escolaridade e Renda.

Para todos os anos analisados, verifica-se que mais da metade da população da amostra esteve concentrada nas três primeiras faixas de renda[65] (R1, R2 e R3) recebendo, portanto, o equivalente a R$ 900,00 mensais. Eram 73,01% em 2002; 67,39% em 2003; 60,96% em 2008 e 57,68% em 2009.

Comparando-se os anos de 2002 e 2009, têm-se:

Gráfico 30

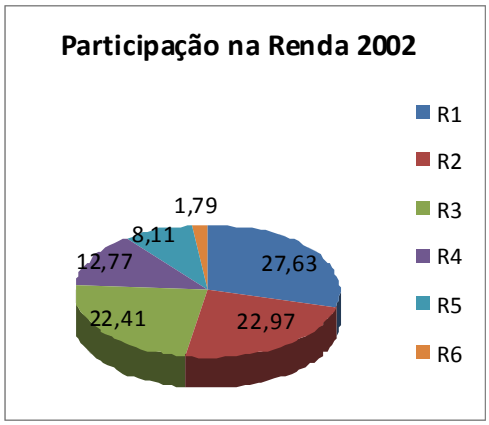
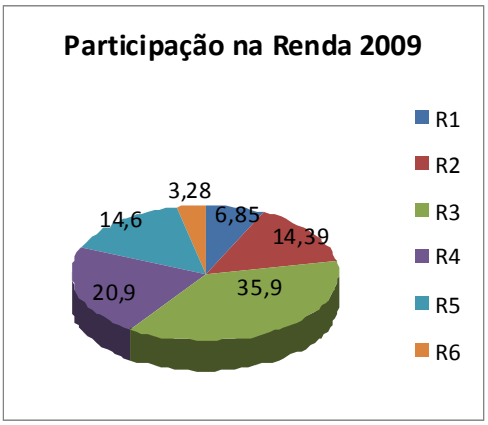


Gráfico 31



Corrigindo-se o valor destas faixas de renda pelo teto em 2002 para 2009 pelo IPCA, têm-se (Tabela 22):

Tabela 22: Correção IPCA 2002-2009 - R1-R3

Valor em R$ 2002	Faixa de Renda Correspondente	Valor em R$ Corrigido - IPCA 2009	Faixa de Renda Correspondente
350,00	R1	557,23	R3
500,00	R2	796,03	R3
900,00	R3	1432,87	R4

[65] Ver Tabela 10.

Assim, reajustando-se todos os salários de 2002 pelo IPCA, em 2009 não haveria mais trabalhadores nas faixas de renda 1 e 2 pois todos, sem exceção, teriam migrado para a faixa R3.

Embora se verifique uma diminuição substancial do percentual de trabalhadores nas duas primeiras faixas de renda das amostras estudadas (até R$ 500,00), somadas, elas ainda agregam mais de 20% da população trabalhadora da amostra. Isto significa que apenas 58,03% do contingente das rendas R1 e R2 de 2002 conseguiram manter seu poder de compra em 2009 e que a R3 (até R$ 900,00), mesmo representando a maior fatia de renda em 2009, contra a R1 em 2002, não foi suficientemente alargada.

Tomando-se as duas fatias de renda seguintes, R4 e R5, as quais, somadas, resultavam em 20,88% em 2002; 22,8% em 2003; 32,13% em 2008 e 35,5% em 2009; observa-se um aumento substancial na fatia de renda R5 que passa de 8,11% de participação da população estudada em 2002 para 14,6% da população estudada em 2009, um aumento de 80% de participação nesta faixa de renda, conforme Gráficos 30 e 31.

A correção destas faixas de renda pelo IPCA no intervalo de 7 anos se daria conforme tabela abaixo (Tabela 23).

Tabela 23: Correção IPCA 2002-2009 - R4-R5

Valor em R$ 2002	Faixa de Renda Correspondente	Valor em R$ Corrigido - IPCA 2009	Faixa de Renda Correspondente
1.500,00	R4	2.388,12	R5
3.000,00	R5	4.776,26	R6

Movimento semelhante pode ser observado na faixa de renda R6. Não obstante, se as fatias de renda se movimentassem de modo a garantir a manutenção do poder de compra para todos os trabalhadores, as faixas de renda R5 e R6 deveriam somar 20,88% em 2009 e não 17,88%.

A escolaridade do trabalhador tem um papel determinante na renda. De modo geral, as faixas de renda apresentam a presença mais marcante de um ou outro nível de escolaridade. Assim, **independentemente do ano, as faixas de renda R1 e R2 são marcadas pela presença de pessoas com nível de escolaridade básico** (Gráficos 32 a 39).

Gráfico 32

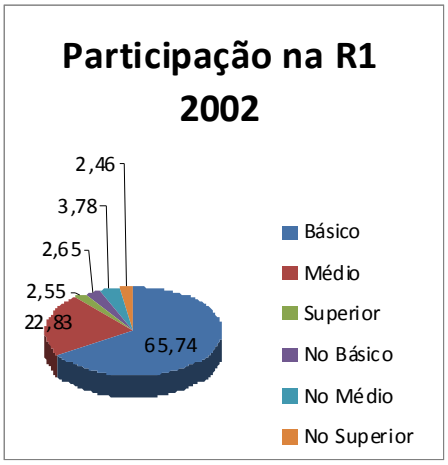


Gráfico 33

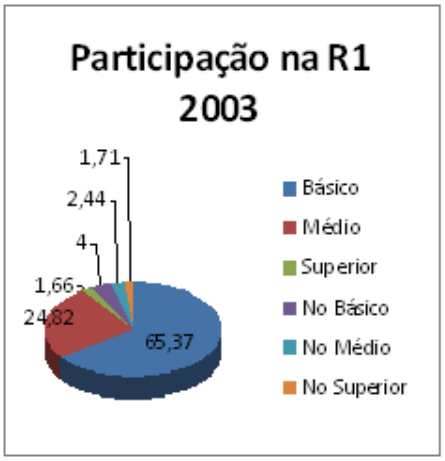


Gráfico 34

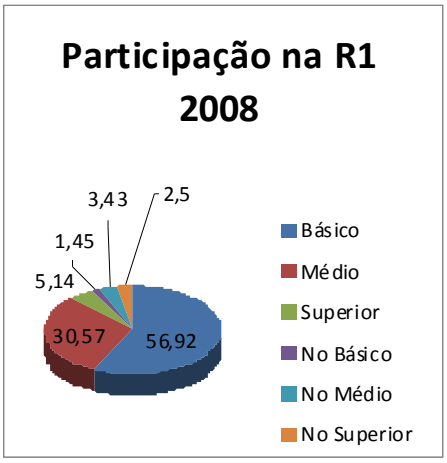


Gráfico 35:

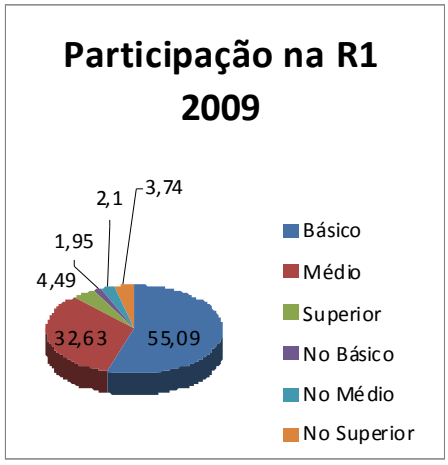


Gráfico 36

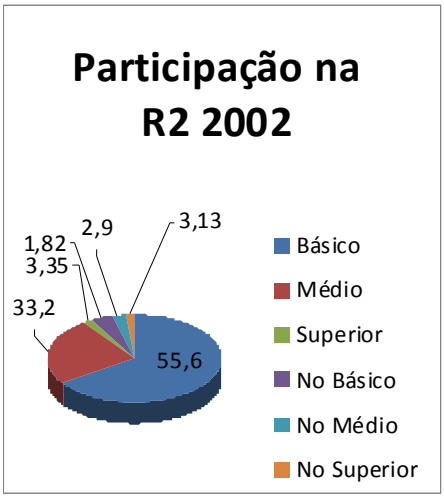


Gráfico 37

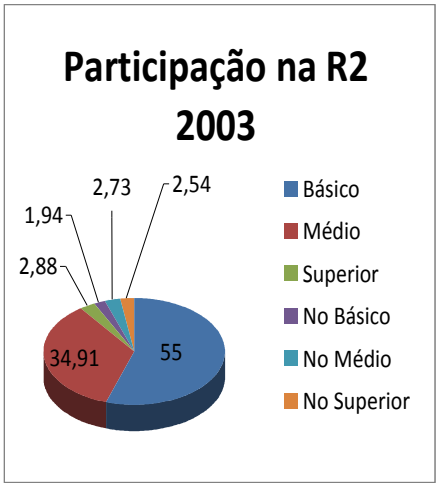


Gráfico 38

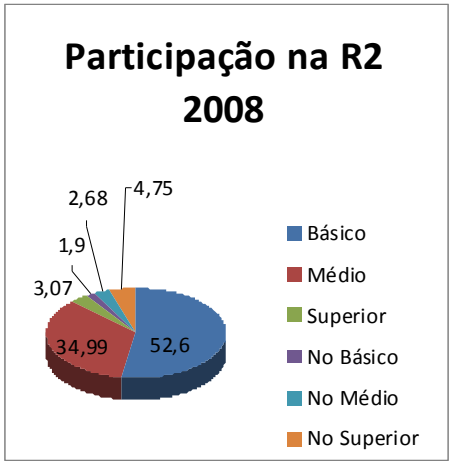
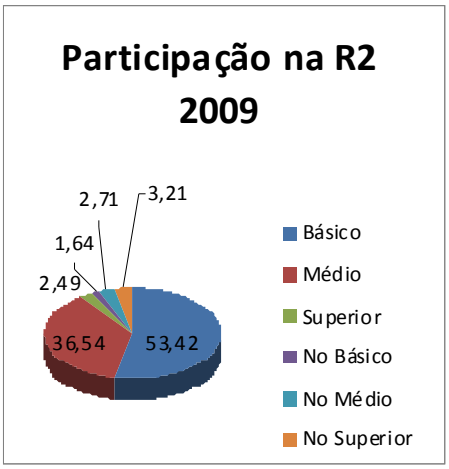


Gráfico 39



O nível de escolaridade médio passa a ser mais relevante do que o básico em duas fatias distintas de renda, considerados os pares de anos**: a partir da R4 em 2002 e 2003**; e **a partir da R3 em 2008 e 2009**, como mostradas a seguir (Gráficos 40 a 43).

Gráfico 40

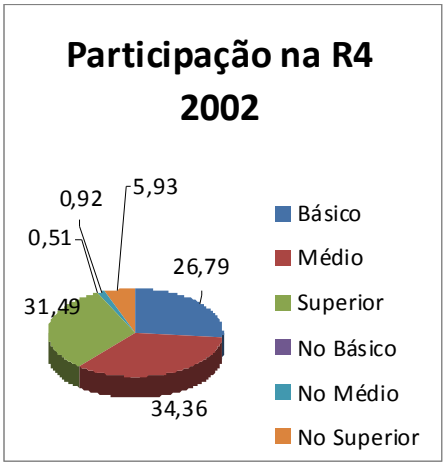


Gráfico 41

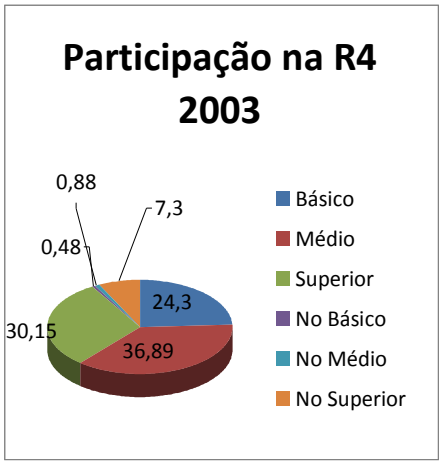


Gráfico 42

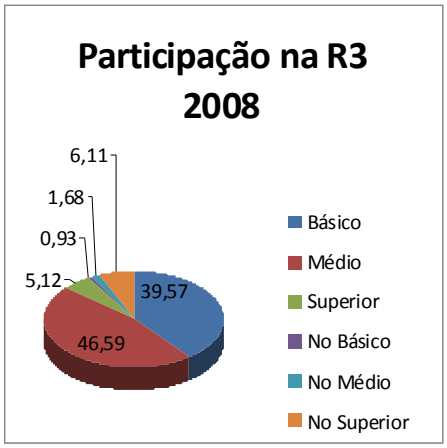
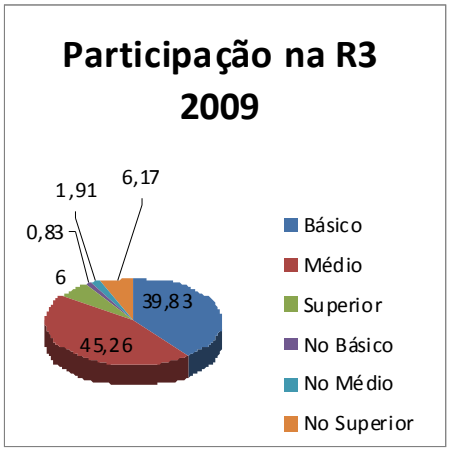


Gráfico 43



Concomitantemente, pode-se observar para os anos **2002 e 2003** que o nível de escolaridade superior que aparecia apenas timidamente nas faixas de renda até então (R1 a R3), **passa a ter uma fatia acima de 30%** a partir da R4, tornando-se importante ao lado da escolaridade média.

Para 2008 e 2009, no entanto, este movimento é menos expressivo, em torno de 20% na R4 (Gráficos 44 e 45) e passa a se tornar bastante expressivo a partir da R5 como mostra o Gráfico 48 para o ano de 2009.

Gráfico 44

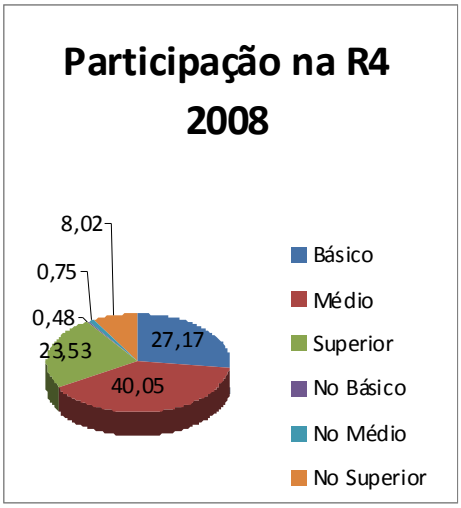
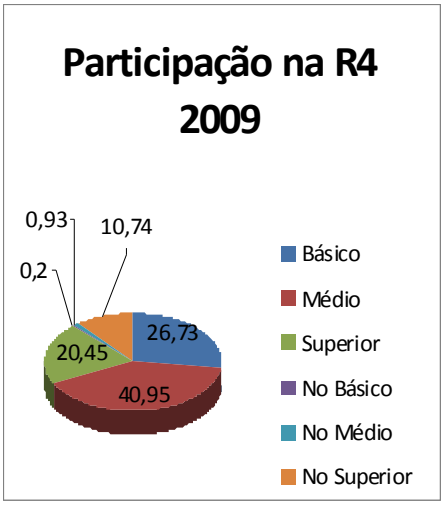


Gráfico45



A partir destes pontos de renda, ou seja, a partir das fatias de renda R5 e R6, o nível de escolaridade superior suplanta os demais. No entanto, ao longo dos anos estudados, observa-se a queda gradativa da sua participação e o aumento de participação nestas fatias de renda da escolaridade média e básica, como pode ser visto na comparação entre os anos 2003 e 2009 que segue (Gráficos 46 a 49).

Gráfico 46

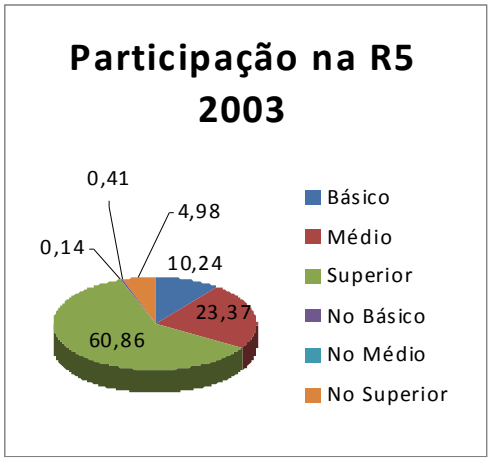


Gráfico 47

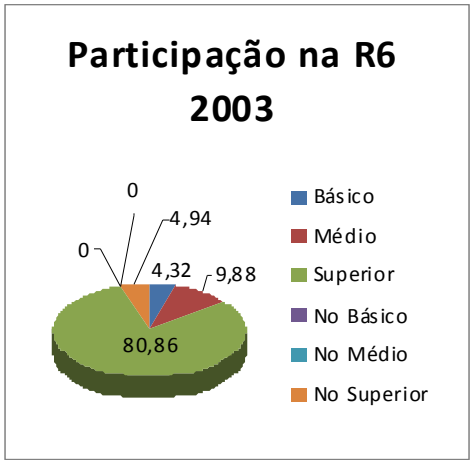


Gráfico 48

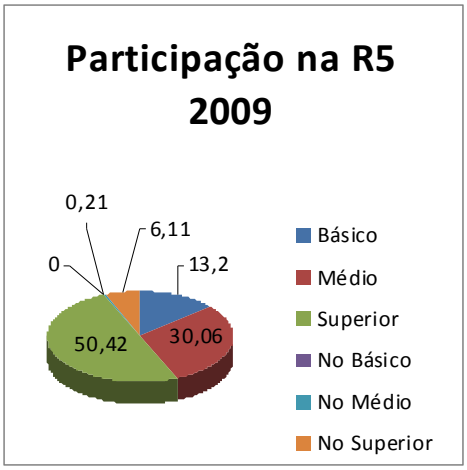
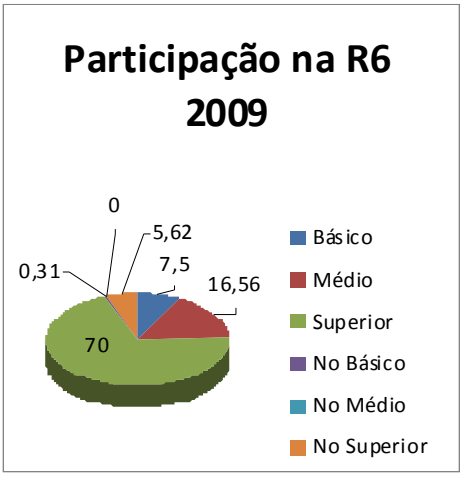


Gráfico 49



Assim, considerando-se por um lado que as faixas de renda selecionadas para este estudo abrangem mais de 95% das populações estudadas ao longo dos anos e, por outro lado, a taxa de correção da renda pelo IPCA, pode-se sugerir que, **de modo geral, há perda de poder de barganha do ensino superior no mercado de trabalho** tanto em termos de participação nas faixas mais altas de renda, quanto em termos do poder de compra dos trabalhadores mais escolarizados.

Chefes, Filhos e Cônjuges nas fatias de Renda conforme Escolaridade.

Quanto à dinâmica da participação dos chefes, filhos e cônjuges nas fatias de renda conforme escolaridade nota-se, em todos os anos estudados, um percurso muito claro dos **chefes com nível de escolaridade básico, cuja participação aumenta conforme aumenta a fatia de renda em detrimento, sobretudo, da participação dos filhos**.

Note-se também, que a participação das outras escolaridades aumenta conforme a renda (Gráficos 50 a 57).

Gráfico 50

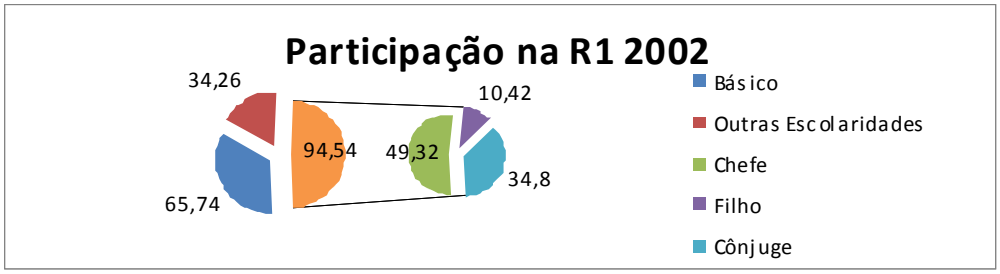


Gráfico 51

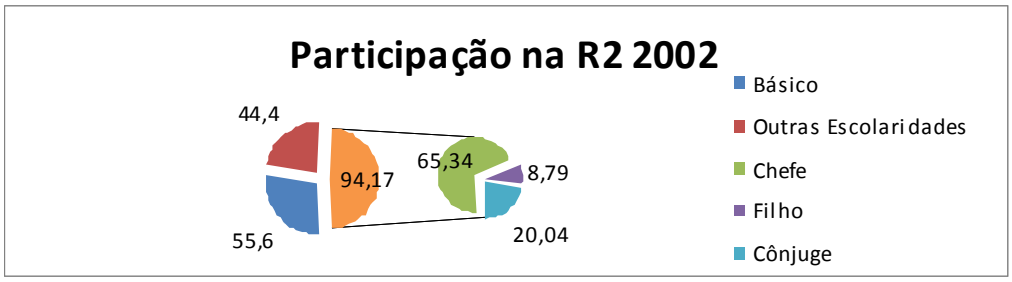


Gráfico 52

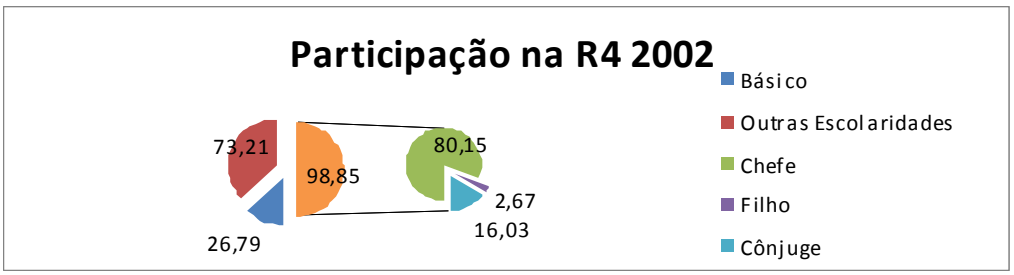


Gráfico 53

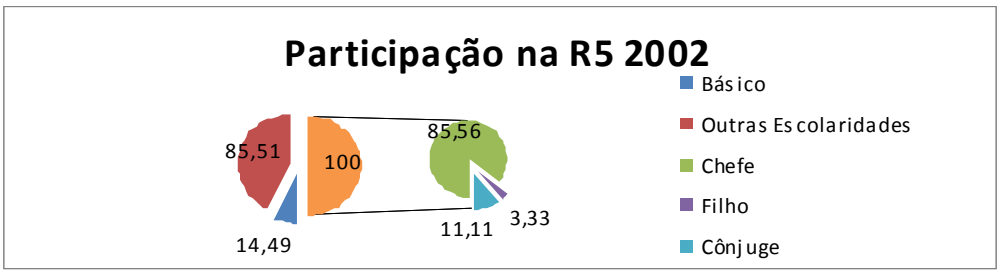


Gráfico 54

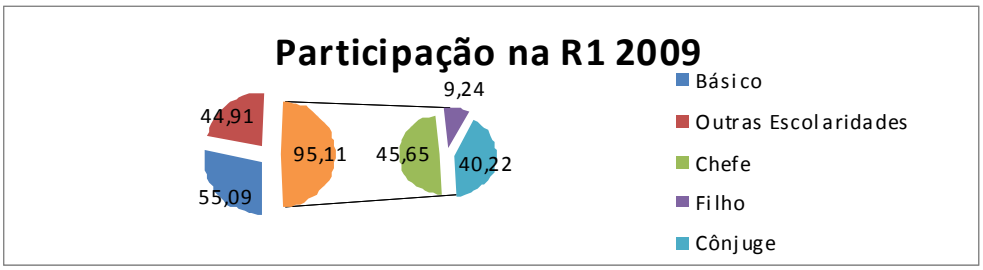


Gráfico 55

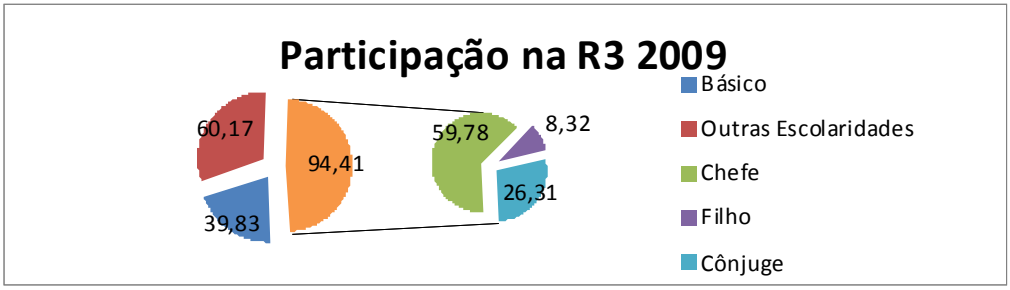


Gráfico 56

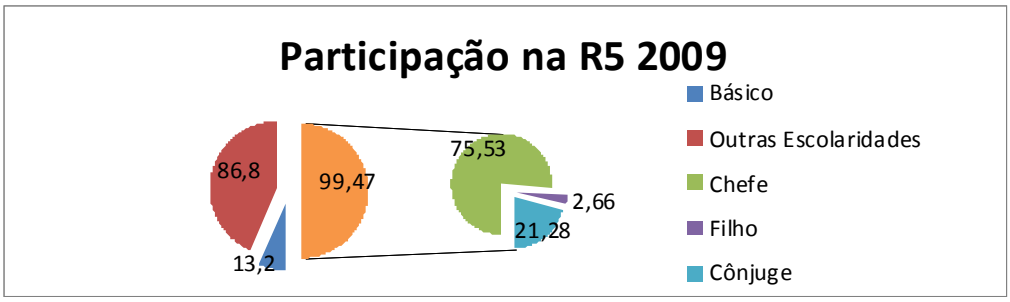
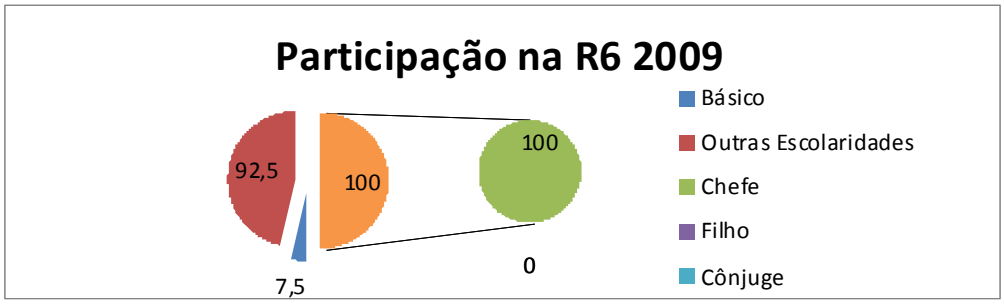


Gráfico 57



No nível de escolaridade médio, embora se observe o mesmo movimento para os chefes que foi observado no nível de escolaridade básico, **os filhos e os cônjuges passam a protagonizar papéis relevantes**. Os filhos passam a ter a presença mais marcante nas fatias iniciais de renda, tendendo a perder participação conforme a renda aumenta. Os cônjuges, por sua vez, tendem a guardar uma fatia relativamente estável de participação (Gráficos 58 a 64).

Gráfico 58

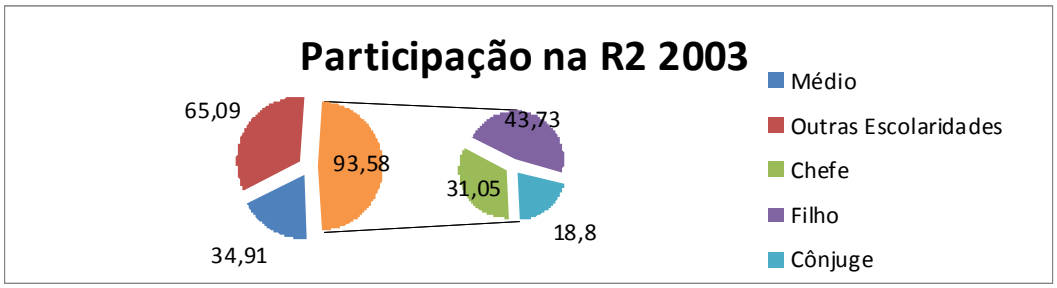


Gráfico 59

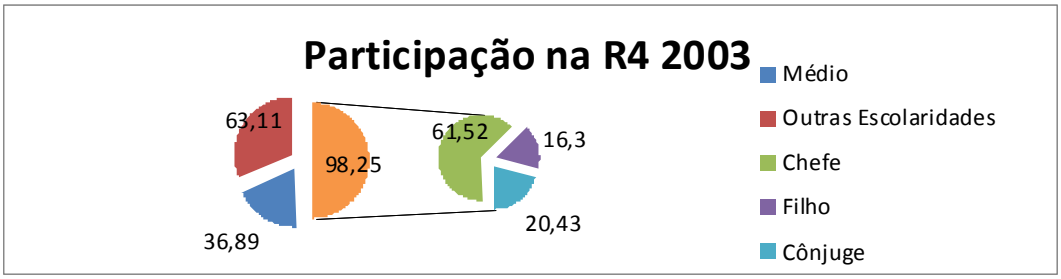
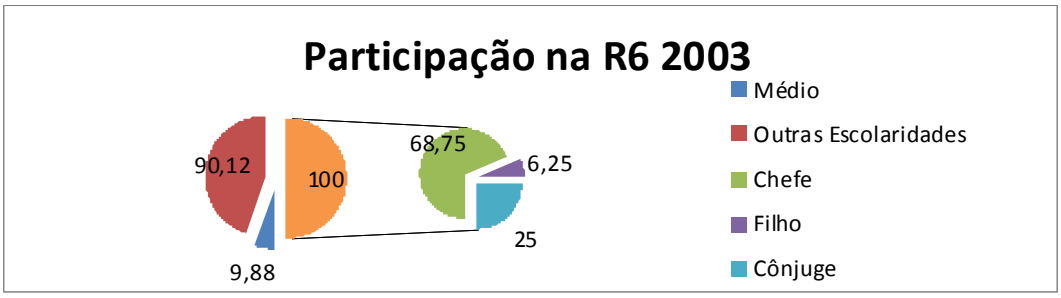


Gráfico 60



Para 2009:

Gráfico 61

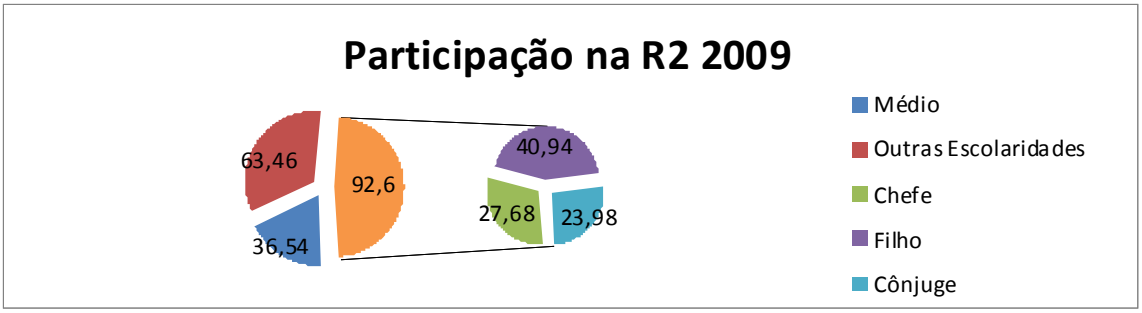


Gráfico 62

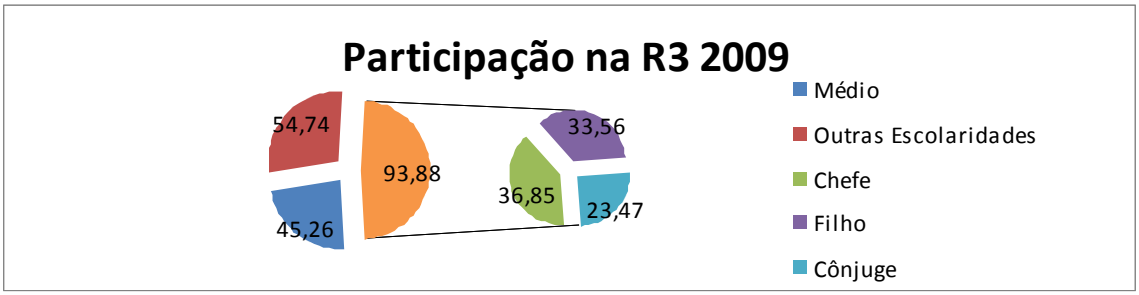


Gráfico 63

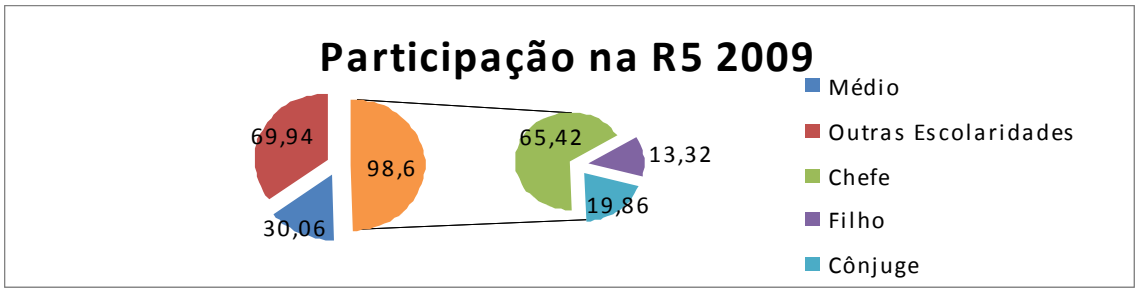
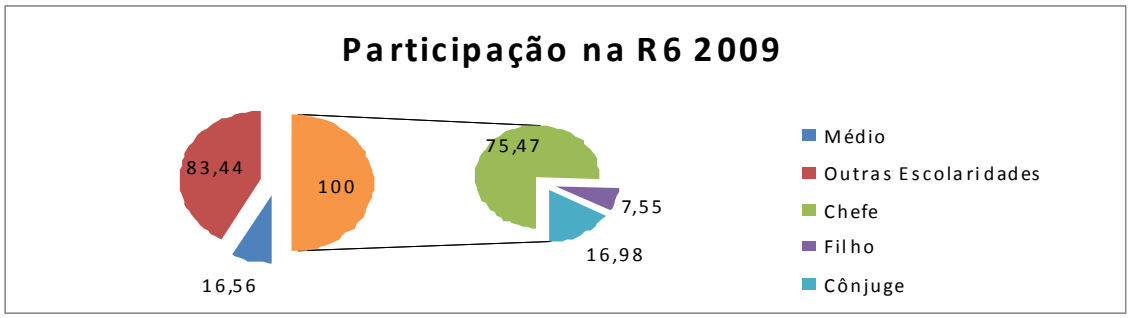


Gráfico 64



Para o superior (Gráficos 65 a 76):

Gráfico 65

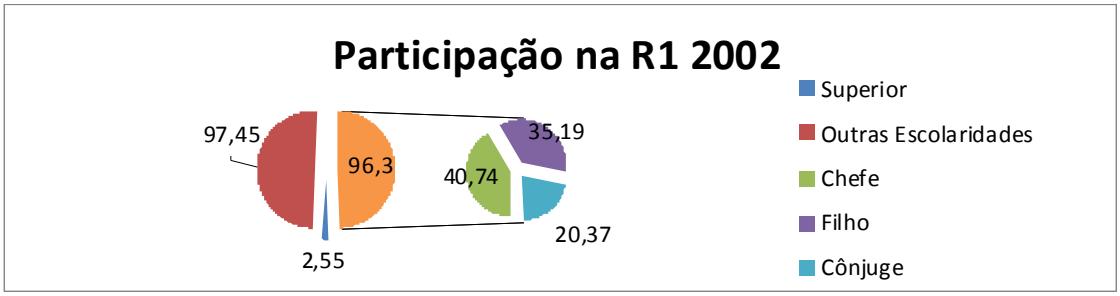


Gráfico 66

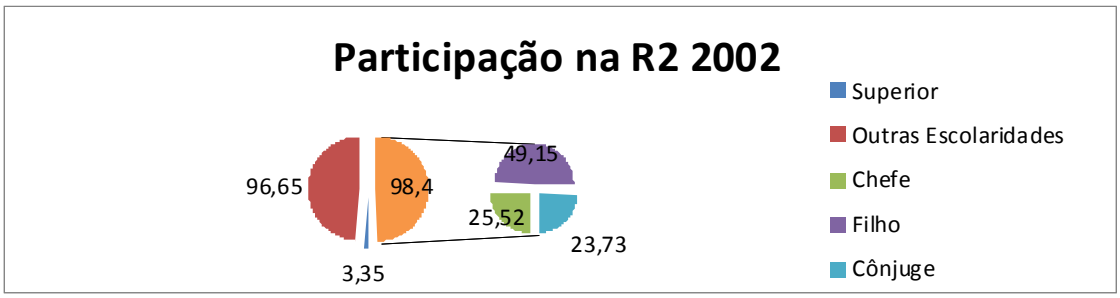


Gráfico 67

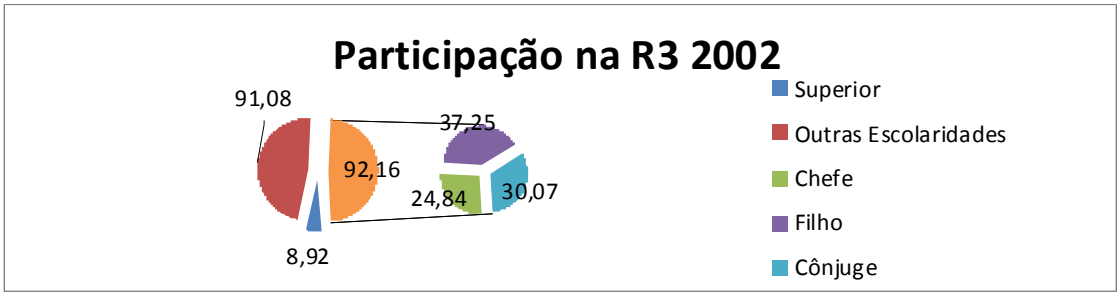


Gráfico 68

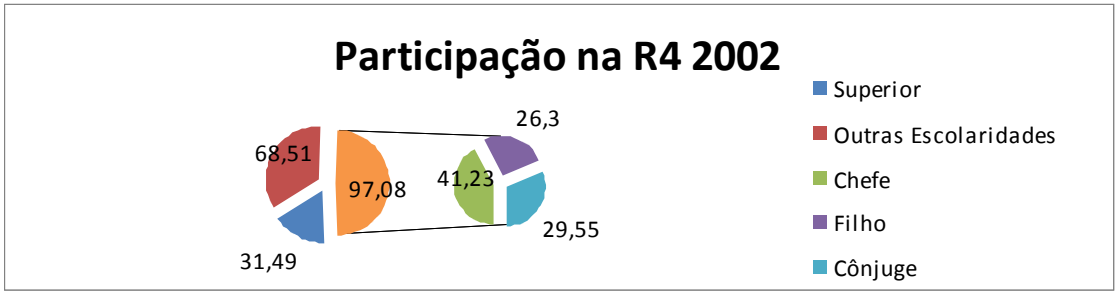


Gráfico 69

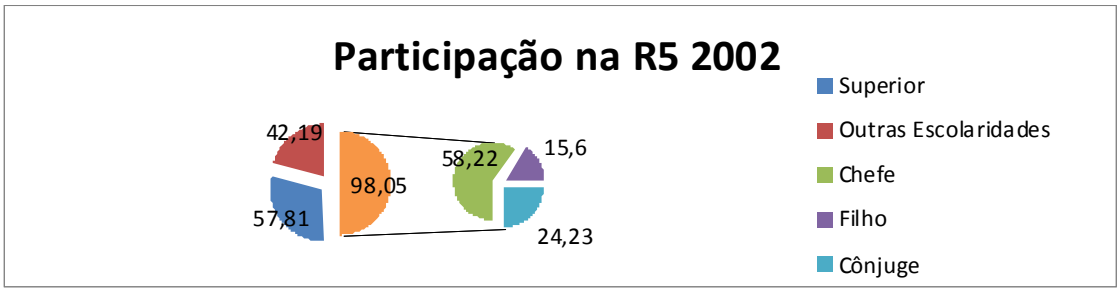
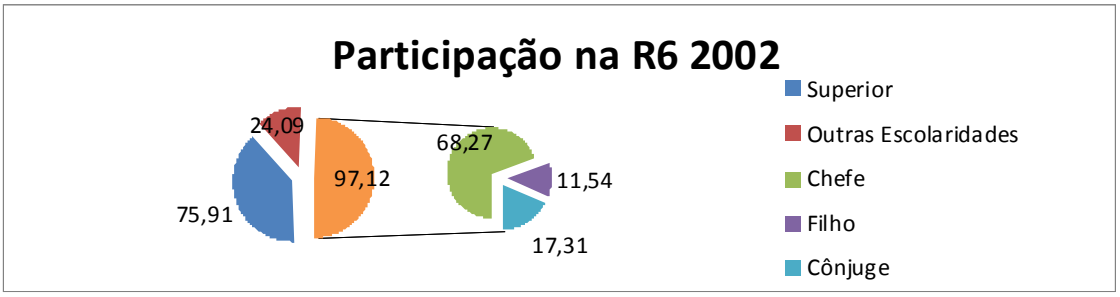


Gráfico 70



Em 2009, a participação dos chefes com nível de escolaridade superior nas fatias de renda mais altas (R4 a R6) diminui consideravelmente em relação a 2002. Tal diminuição se dá, sobremaneira pelo aumento da participação dos filhos nestas fatias de renda.

A participação dos cônjuges com nível de escolaridade superior também aumenta em relação a 2002, principalmente na R6 (Gráfico 76).

Gráfico 71

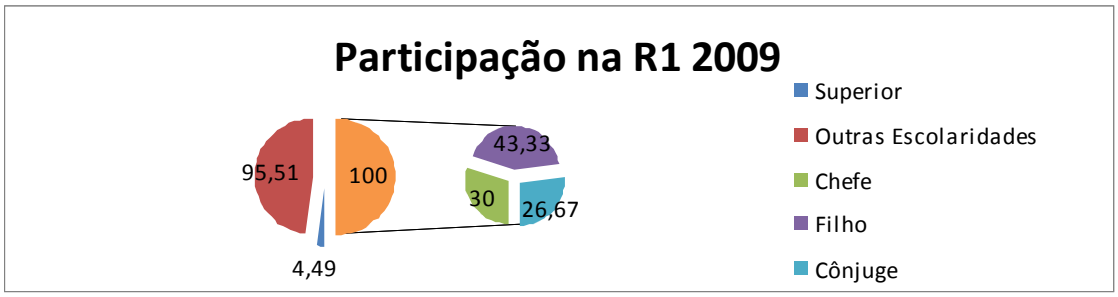


Gráfico 72

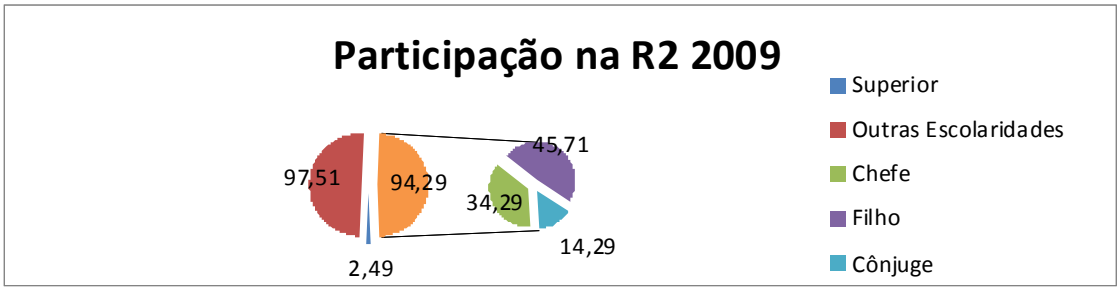


Gráfico 73

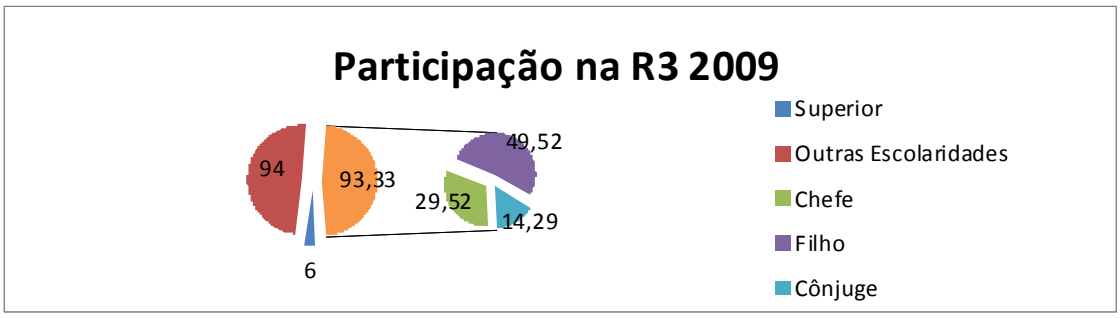


Gráfico 74

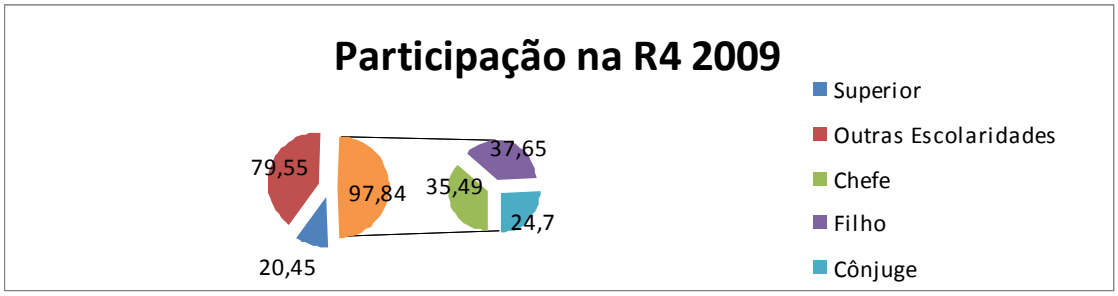


Gráfico 75

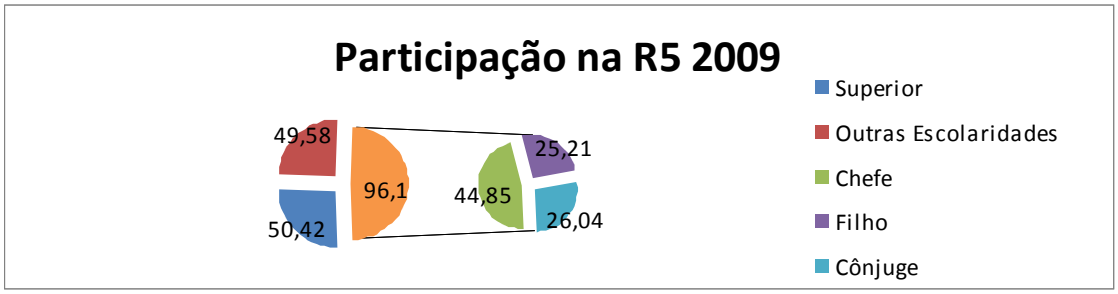
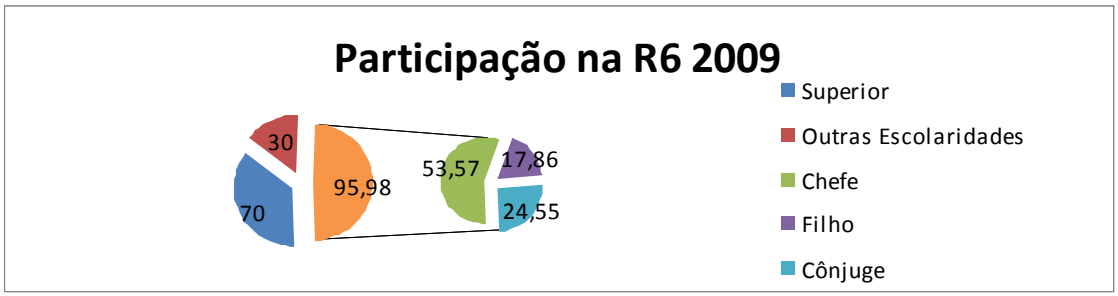


Gráfico 76



Como pode ser observado, **a participação do nível de escolaridade superior perde espaço ao longo do tempo nas fatias mais altas de renda**. O espaço perdido é ocupado basicamente pelo nível de escolaridade médio, como anteriormente observado.

No próximo capítulo, serão apresentados os impactos da escolaridade no *entra e sai* do mercado de trabalho segundo as características de idade e condição na família, assim como da qualidade da ocupação e da renda recebida, para os anos de 2002 e 2009.

Capítulo 5: Impactos da escolaridade no mercado de trabalho

Para avaliar o impacto da escolaridade no mercado de trabalho, formulou-se um modelo econométrico no qual a variável dependente é qualitativa. Os modelos econométricos desta natureza são *Logit* ou *Probit*.

Os modelos econométricos *Logit* ou *Probit* são usados para modelar a relação entre uma variável dependente Y e uma ou mais variáveis independentes. A variável dependente (ou resposta), Y, é uma variável discreta que representa uma escolha, ou categoria, de um conjunto de opções mutuamente exclusivas. As variáveis independentes (ou explicativas) X são consideradas estatisticamente independentes se, e somente se a probabilidade de que todas ocorram juntas é igual ao produto das probabilidades de que cada uma, individualmente ocorra, ou seja, presume-se que as variáveis independentes afetem a escolha e representem *a priori* crenças sobre os elementos causais ou associativos importantes na escolha ou no processo de classificação.

Os modelos deste tipo assumem uma variável dependente *Dummy* com valores 0 e 1, sendo, portanto, uma variável binária. O valor 1 corresponde a uma certa característica que o indivíduo tem e o valor 0 corresponde a mesma característica que o indivíduo não tem. Estas variáveis são qualitativas.

Nos modelos onde a variável dependente Y é qualitativa, busca-se a probabilidade de o indivíduo ter esta determinada característica (Y), por isso os modelos são conhecidos como modelos probabilísticos. Mais concretamente, estima-se o valor médio esperado da variável dependente, para determinados valores das variáveis explicativas que podem ser quantitativas ou qualitativas.

Logit e *Probit* são modelos alternativos não lineares usados em substituição aos MPL – Modelos Probabilísticos Lineares estimados por OLS. Sabemos que no caso de Heteroscedasticidade, ou seja, forte dispersão dos dados em torno de uma reta, os estimadores OLS utilizados pelos MPL não são eficientes e os erros padrão apresentados não válidos, o quê dificulta a compreensão dos testes de hipótese.

Assim, pode-se dispor dos *Logit* e *Probit* como modelos alternativos não lineares que podem ser usados em substituição aos MPL. Neste trabalho, o modelo *Logit* é utilizado por ser não linear e garantir que as probabilidades variem entre 0 e 1. O método da Máxima Verossimilhança é normalmente utilizado para a estimação nos modelos *Logit* e *Probit*. Ao maximizar a função da Verossimilhança (ou o logaritmo desta), obtêm-se, através de um processo interativo, os valores dos parâmetros do modelo de modo que a probabilidade de observar os valores de Y seja a maior (máxima) possível.

Os resultados das estimações dos modelos *Logit* e *Probit* são similares em termos de significância estatística e precisão de ajustamento, contudo, os valores dos coeficientes estimados não são diretamente comparáveis. A principal diferença entre os dois modelos está na distribuição: no *Logit*, a função de distribuição acumulada é logística e se aproxima mais lentamente para o 0 ou 1 apresentando, portanto, caudas ligeiramente mais grossas do que a distribuição normal do modelo *Probit*. Na prática, o modelo *Logit* é mais utilizado devido a sua especificação matemática e interpretação mais simples.

No caso de variáveis dependentes categóricas e dispostas em uma escala ordenada, pode-se usar um modelo *Ordered Logit* ou *Ordered Probit* (O*logit* ou O*probit*) para se tirar o máximo proveito das informações adicionais fornecidas pelo ordinal ao longo da escala nominal. Coeficientes positivos nestes modelos indicam que o aumento unitário em uma variável

dummy aumenta a probabilidade de que a observação esteja nos estratos superiores da escala ordenada.[66]

Assim, para a análise das dinâmicas e para o cálculo dos impactos que se deseja analisar, foram construídas modelagens econométricas *Logit* e O*Logit* . Para todas as regressões o programa *Stata* 11 foi utilizado.

O Modelo 1: impacto da escolaridade sobre a ocupação

Para estimar as probabilidades de um indivíduo conseguir uma ocupação e determinar de que forma as suas características influenciam na sua **entrada** e na sua **permanência** no mercado de trabalho, utilizar-se-á um modelo de regressão na qual a variável de resposta é categórica, isto é, medida em uma escala nominal.

Na medida em que apenas dois estados são considerados, quais sejam, *estar empregado* e *estar desempregado*, a variável dependente – **emprego** - é binária, *0* ou *1*. Assim, será utilizado um modelo econométrico *Logit*, através do qual serão estimadas as duas equações principais que seguem:

$$Y = f(I, G, F, C, E)\, u \qquad (1.1)$$

Na qual,

Y = 1, se o indivíduo está empregado;

Y = 0, se o indivíduo está desempregado;

I = Idade do indivíduo.

---

[66] Os resultados das regressões de modelos do tipo *Logit* e *Probit* também apresentam os cortes (*cuts*) que definem os limites de cada estrato da escala ordenada, o que permitiria classificar cada observação individual em seu estrato previsto pelo modelo dentro da escala ordenada. Esse tipo de análise está além do escopo deste trabalho.

São usadas 3 (três) variáveis de idade:

I_1 = de 19 a 24 anos inclusive;

I_2 = de 25 a 30 anos inclusive e

I_3 = de 41 a 65 anos inclusive[67], sendo o grupo de indivíduos entre 31 e 40 anos de idade usado como referência.

G = Gênero.

G1 = homem.

A categoria mulher é usada como referência[68].

F = Condição na família. São usadas 2 (duas) variáveis:

F_1 = cônjuge e

F_2 = filho.

A categoria chefe somada à categoria "outros" são usadas como referência.

C = Cor.

C1 = branco.

A categoria pretos e pardos somada à categoria "outros" são usadas como referência.

---

[67] Note-se que o expressivo aumento do número de matrículas no ensino superior ocorre a partir de 1999, assim, quem tinha a idade "padrão" de 18 anos para ingressar no ensino superior em 1999, estava em 2008 com 28 anos, donde o corte dos 30 anos para a I2.

[68] Embora o gênero e a cor da pele do indivíduo não tenham importância central neste estudo e, portanto, não serão objetos de análise, tais separações são necessárias por duas razões conectadas entre si. A primeira razão – que é minimizar a probabilidade de que haja viés de omissão de variável nos resultados – leva a segunda razão, que é garantir que as diferenças substanciais de renda e de escolaridade entre os homens e as mulheres e entre os brancos e não-brancos, tão amplamente debatidas na sociedade brasileira, não sejam ignoradas pelo modelo. Para este debate, ver, por exemplo, *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 3ª Edição do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2008 e a bibliografia que o acompanha.
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf

E = Nível de escolaridade. São usadas 2 (duas) variáveis:

E_1 = Médio e

E_2 = Superior.

Básico é usado como referência.

u = perturbações aleatórias associadas ao modelo.

Assim, a relação funcional (1) apresentada, Y = f (I, G, F, C, E) u, referente à entrada ou à saída do mercado de trabalho dos indivíduos da amostra, será representada por 9 (nove) variáveis indicadoras mais o termo constante, estimando-se, portanto, 10 (dez) parâmetros, cujo objetivo é analisar as transições no mercado de trabalho segundo as características de idade, gênero, condição na família, cor e nível de escolaridade. Decompõem-se da seguinte forma:

$$Yi = a + \alpha 1I1,i + \alpha 2I2,i + \alpha 3I3,i + \beta 1G1,i + \mu 1F1,i + \mu 2F2,i +$$

$$\sigma 1C1,i + \theta 1E1,i + \theta 2E2,i\ ui \qquad (1.2)$$

$$=$$

$$Y_i = a + \Sigma\alpha_j I_{j,i} + \Sigma\beta_k G_{k,i} + \Sigma\mu_l F_{l,i} + \Sigma\sigma_q C_{q,i} + \Sigma\theta_p E_{p,I} + u_i \qquad (1.3)$$

Sendo a o intercepto e i =1,2,3....., n

Os resultados da regressão encontram-se na tabela que segue (Tabela 24).

Tabela 24: Comparação entre modelos Ocupados 2002

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
comtrabalho	REG1	REG2	REG3	REG4	REG5
idade19a24	-0.8138***	-0.8026***	-0.8026***	-0.7946***	-0.8923***
	(0.0996)	(0.0992)	(0.0992)	(0.0990)	(0.0900)
idade25a30	-0.3763***	-0.3711***	-0.3678***	-0.3681***	-0.4708***
	(0.1009)	(0.1008)	(0.1007)	(0.1007)	(0.0906)
idade41a65	0.2138*	0.2064*	0.2151*	0.2239*	
	(0.1015)	(0.1013)	(0.1012)	(0.1011)	
homem	0.3981***	0.3917***	0.3886***	0.4474***	0.4504***
	(0.0742)	(0.0741)	(0.0741)	(0.0667)	(0.0666)
filho	-0.4799***	-0.4630***	-0.4440***	-0.3865***	-0.4008***
	(0.0898)	(0.0891)	(0.0890)	(0.0830)	(0.0830)
conjuge	-0.1902*	-0.1901*	-0.1780		
	(0.0960)	(0.0960)	(0.0960)		
branco	0.2550***	0.2633***			
	(0.0688)	(0.0686)			
medio	0.1128				
	(0.0738)				
superior	0.9280***	0.8832***	0.9391***	0.9407***	0.9457***
	(0.1367)	(0.1336)	(0.1326)	(0.1327)	(0.1326)
N	8861	8861	8861	8861	8861
ll	-3.083	-3.084	-3.092	-3.093	-3.096

Standard errors in parentheses. *p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

superior or	2.529512	2.418535	2.557694	2.561649	2.574742
	(1.935 - 3.307)	(1.862 - 3.142)	(1.972 - 3.317)	(1.975 -3.322)	(1.985 -3.339)
filho or	0.6188675	0.6293751	0.6414527	0.6794547	0.6697798
	(0.519 - 0.738)	(0.528 - 0.749)	(0.539 - 0.764)	(0.577 – 0.799)	(0.569–0.788)
idade25a30 or	0.6863862	0.6900037	0.6922672	0.6920794	0.6244762
	(0.563- 0.837)	(0.566-0.841)	(0.568 -0.843)	(0.568 - 0.843)	(0.523-0.746)
% correta	62,72%	63,39%	65,48%	70,13%	70,13%

95% Conf. Interval in parentheses. Matriz de Porcentagem correta cutoff 0.8783

Matriz de Porcentagem Correta REG 5

Porcentagem correta		Observado		Total
		Ocupado	Desocupado	
Previsto	Ocupado	5639	503	6142
	Desocupado	2144	575	2719
Total		7783	1078	70,13%

Foram testadas cinco especificações do modelo (REG1 a REG5). Em todas elas, os sinais dos coeficientes corresponderam aos esperados. Em REG1 o coeficiente do ensino médio não se mostrou significativo; esta variável foi, portanto, excluída da REG2. Nas demais regressões, outras variáveis foram excluídas (significativas e não significativas) para verificar eventuais impactos sobre o coeficiente do ensino superior. Em REG5, todos os coeficientes são significativos a 99,9%.

A segunda parte da Tabela 24 apresenta os *odds ratio* (razão de probabilidades) de três variáveis em todas as especificações. Como se observa, **o ensino superior aumenta a probabilidade de ser empregado em mais de 140%** em relação a quem não tem. **Sendo filho**, tudo mais constante, **a chance de estar empregado é de 35% a 40% menor** do que do chefe ou cônjuge. Condição que se repete para a variável de idade entre 25 e 30 anos, situação majoritariamente composta por filhos.

Na última linha da segunda parte desta tabela, apresenta-se a porcentagem correta. Para o seu cálculo, considerou-se a ocupação média observada na PME de 87,83%, como corte de probabilidade, separando ocupados e desocupados previstos pelo modelo. Como se observa, a REG5 apresenta, ao mesmo tempo, simplicidade e maior poder preditivo.

Finalmente, a tabela abaixo (Tabela 25), mostra os *odds ratio* para a REG5. Embora não seja objetivo deste trabalho, vale ressaltar que, no modelo, homens têm 57% maiores chances de estarem empregados do que as mulheres.

Tabela 25: *Odds ratio* - REG 5

comtrabalho	Odds ratio
idade19a24	0,409711
	(0,036865)
idade25a30	0,624476
	(0,056583)
homem	1,568957
	(0,104555)
filho	0,66978
	(0,055615)
superior	2,574742
	(0,341425)
N	8861
Pseudo r2	0,0563
F	
Ll	-3095,8

O mesmo exercício foi repetido com os dados da PME de 2009 e os resultados estão na Tabela 26. Os mesmos comentários feitos para 2002 podem ser estendidos para os dados de 2009.

Entretanto, destaca-se, na segunda parte da tabela que o *odds ratio* associado à variável "superior" caiu na REG1 de 153% para 78%, **sugerindo que o ensino superior perdeu importância para fins de empregabilidade no período analisado**. A razão de probabilidade observada em 2009 encontra-se além do intervalo de confiança a 95% daquela observada em 2002 (cujo limite superior era de 2,22), mesmo considerando-se uma área de intersecção entre os intervalos de confiança dos dois resultados: em 2002, o limite superior era 2,22 e em 2009, o limite inferior era 1,93. Em todas as especificações seguintes, o resultado se repete, conferindo robustez à conclusão.

Tabela 26: Comparação entre modelos Ocupados 2009

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
comtrabalho	REG1	REG2	REG3	REG4	REG5
idade19a24	-0.7612***	-0.7674***	-0.7702***	-0.7602***	-1.0160 ***
	(0.1009)	(0.1009)	(0.1009)	(0.1006)	(0.0924)
idade25a30	-0.3918***	-0.4043***	-0.4071***	-0.4042***	-0.6709***
	(0.0997)	(0.0995)	(0.0995)	(0.0994)	(0.0897)
idade41a65	0.5148***	0.5310***	0.5352***	0.5477***	
	(0.1022)	(0.1018)	(0.1017)	(0.1016)	
homem	0.3998***	0.4032***	0.4012***	0.4596***	0.4722***
	(0.0708)	(0.0708)	(0.0708)	(0.0667)	(0.0666)
filho	-0.4995***	-0.5050***	-0.4951***	-0.4073***	-0.4467***
	(0.0888)	(0.0889)	(0.0887)	(0.0810)	(0.0816)
conjuge	-0.2416**	-0.2422**	-0.2388*		
	(0.0931)	(0.0930)	(0.0930)		
branco	0.1361*	0.1328			
	(0.0684)	(0.0683)			
medio	-0.1304				
	(0.0722)				
superior	0.5779***	0.6496***	0.6811***	0.6864***	0.6932***
	(0.1128)	(0.1054)	(0.1040)	(0.1040)	(0.1039)
N	10961	10961	10961	10961	10961
ll	-3.239	-3.241	-3.243	-3.246	-3.261

Standard errors in parentheses *p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

superior or	1.782249	1.914718	1.976039	1.986648	2.00016
	(1.429 - 2.223)	(1.557 -2.354)	(1.611 – 2.423)	(1.620 -2.436)	(1.631 -2.452)
filho or	0.6068372	0.6035144	0.609536	0.665426	0.6397285
	(0.510- 0.722)	(0.507 - 0.718)	(0.512 - 0.725)	(0.568 – 0.780)	(0.545 – 0.751)
idade25a30 or	0.6758288	0.6674435	0.6655715	0.6675057	0.5112737
	(0.555- 0.822)	(0.550-0.811)	(0.548 -0.809)	(0.550 - 0.811)	(0.429 - 0.610)
% correta	64,82%	63,90%	66,00%	59,99%	71,56%

95% Conf. Interval in parentheses Matriz de Porcentagem correta cutoff 0.9036

Matriz de Porcentagem Correta REG 5

Porcentagem correta		Observado		Total
		Ocupado	Desocupado	
Previsto	Ocupado	7262	475	6142
	Desocupado	2642	582	2719
Total		9904	1057	71,56%

Tabela 27: *Odds ratio* - REG 5

comtrabalho	Odds ratio
idade19a24	0,362047
	(0,033452)
idade25a30	0,511273
	(0,045882)
homem	1,603552
	(0,106858)
filho	0,639728
	(0,052173)
superior	2,00016
	(0,207853)
N	10961
Pseudo r2	0,0619
F	
ll	-3261,2

O Modelo 2: impacto da escolaridade sobre a qualidade da ocupação

Para estimar a qualidade da inserção ocupacional do indivíduo, o mercado de trabalho foi dividido em dois grupos: formal e informal.

Como dito anteriormente, para o mercado de trabalho formal, são considerados os trabalhadores com registro em carteira, inclusive o trabalhador doméstico, o empregador, o funcionário público estatutário e o militar; para o mercado de trabalho informal, são considerados os trabalhadores sem registro em carteira, inclusive o trabalhador doméstico, os cooperados e os por conta própria. Trabalhadores sem remuneração foram excluídos.

Na medida em que apenas duas formas de inserção são possíveis, quais sejam, *formal* e *informal*, a variável dependente – mercado de trabalho – também é binária, repetindo-se o modelo, conforme a equação que segue:

$$Y = f\,(I, G, F, C, E)\; u \qquad (2)$$

Na qual,

Y = 1, se o indivíduo está inserido no mercado formal;

Y = 0, se o indivíduo está inserido no mercado informal;

I = Idade do indivíduo.

G = Gênero.

F = Condição na família.

C = Cor.

E = Nível de escolaridade.

u = perturbações aleatórias associadas ao modelo.

Estas variáveis explicativas são as mesmas da relação funcional (1) apresentada anteriormente e, sendo assim, esta segunda relação funcional se decompõe da mesma maneira (1.3).

Os resultados do modelo 2 encontram-se nas tabelas a seguir (Tabela 28 a 31).

Tabela 28: Comparação entre modelos Mercado Formal 2002

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
comreg	REG1	REG2	REG3	REG4	REG5
idade19a24	0.4239***	0.4238***	0.4238***	0.3788***	0.4062***
	(0.0782)	(0.0782)	(0.0782)	(0.0706)	(0.0699)
idade25a30	0.4244***	0.4255***	0.4264***	0.4112***	0.4196***
	(0.0696)	(0.0696)	(0.0696)	(0.0686)	(0.0686)
idade41a65	-0.4965***	-0.4967***	-0.4944***	-0.4874***	-0.4967***
	(0.0582)	(0.0581)	(0.0581)	(0.0578)	(0.0577)
Homem	0.0406				
	(0.0540)				
Filho	-0.0881	-0.0959	-0.0939		
	(0.0707)	(0.0700)	(0.0699)		
Conjuge	-0.2847***	-0.3090***	-0.3071***	-0.2882***	-0.2893***
	(0.0665)	(0.0581)	(0.0580)	(0.0563)	(0.0562)
Branco	0.0532	0.0533			
	(0.0500)	(0.0500)			
Medio	0.1568**	0.1553**	0.1606**	0.1532**	
	(0.0546)	(0.0545)	(0.0543)	(0.0540)	
Superior	0.0386	0.0358	0.0489	0.0376	-0.0115
	(0.0681)	(0.0680)	(0.0669)	(0.0663)	(0.0641)
N	7783	7783	7783	7783	7783
Ll	-5.225	-5.225	-5.226	-5.226	-5.230

Standard errors in parentheses. *p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

superior or	1.039381	1.036461	1.050101	1.038281	0.9885743
	(0.909 - 1.188)	(0.907 -1.184)	(0.921 - 1.198)	(0.911 - 1.182)	(0.879 -1.121)
filho or	0.9156742	0.9085754	0.910383		
	(0.797 - 1.051)	(0.792– 1.042)	(0.794 -1.044)		
idade25a30 or	1.528684	1.530305	1.531676	1.508554	1.521398
	(1.334 - 1.752)	(1.335 - 1.754)	(1.337 - 1.756)	(1.319 - 1.726)	(1.330 - 1.740)
% correta	59,13%	59,13%	59,13%	59,15%	59,15%

95% Conf. Interval in parentheses. Mariz de Porcentagem correta cutoff 0.5231

Matriz de Porcentagem Correta REG 4

Porcentagem correta		Observado		Total
		Formal	Informal	
Previsto	Formal	2732	1840	4572
	Informal	1339	1872	3211
Total		4071	3712	59.15%

Tabela 29: *Odds ratio* – REG 4

comreg	Odds ratio
idade19a24	1,4605
	(0,1030)
idade25a30	1,5085
	(0,1035)
idade41a65	0,6142
	(0,0355)
conjuge	0,7495
	(0,0421)
medio	1,1655
	(0,0629)
superior	1,0382
	(0,0688)
N	7783
Pseudo r2	0.0296
F	
ll	-5226.9583

A primeira parte da Tabela 28 mostra que **trabalhadores mais velhos, embora tenham maior probabilidade de estarem ocupados, como visto no Modelo 1, têm menor probabilidade de terem um emprego registrado**. Analogamente, **trabalhadores mais jovens têm maior probabilidade de terem um emprego no mercado formal, embora a probabilidade de estarem ocupados seja menor**.

No que concerne à escolaridade, observa-se que **a variável "superior" não é significativa** em nenhuma das especificações do modelo; ao contrário, **a variável correspondente ao ensino médio mostrou-se significativo a 99% em todas as especificações em que foi considerada**.

A porcentagem correta apresentada na última linha da segunda parte da Tabela 28 esteve em torno de 59% em todas as especificações. Utilizou-se como corte de probabilidades 52,31% que é a média de empregos no mercado formal conforme a PME.

A Tabela 29 mostra o *odds ratio* da REG4; o trabalhador com ensino médio tem 17% maiores chances de ter um emprego formal em relação aos demais trabalhadores da amostra.

O mesmo exercício foi repetido com dados da PME de 2009. Para este ano, **verifica-se o aumento da significância dos coeficientes associados à escolaridade média** e também a ocorrência de alguma significância associada à escolaridade superior.

Tabela 30: Comparação entre modelos Mercado Formal 2009

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
comreg	REG1	REG2	REG3	REG4	REG5
idade19a24	0.2237**	0.2268**	0.2261**	0.2462***	0.2724***
	(0.0745)	(0.0744)	(0.0744)	(0.0678)	(0.0675)
idade25a30	0.2004**	0.2065**	0.2061**	0.2154***	0.2439***
	(0.0659)	(0.0658)	(0.0658)	(0.0643)	(0.0640)
idade41a65	-0.6965***	-0.6907***	-0.6894***	-0.6931***	-0.7248***
	(0.0518)	(0.0517)	(0.0516)	(0.0513)	(0.0511)
homem	0.2237***				
	(0.0452)				
filho	0.0715	0.0386	0.0401		
	(0.0619)	(0.0614)	(0.0614)		
conjuge	-0.1190*	-0.2210***	-0.2204***	-0.2293***	-0.2298***
	(0.0548)	(0.0508)	(0.0507)	(0.0489)	(0.0488)
branco	0.0296	0.0290			
	(0.0442)	(0.0442)			
medio	0.3396***	0.3337***	0.3357***	0.3369***	
	(0.0475)	(0.0474)	(0.0473)	(0.0472)	
superior	0.1377*	0.1153*	0.1235*	0.1274*	-0.0270
	(0.0578)	(0.0576)	(0.0562)	(0.0559)	(0.0516)
N	9904	9904	9904	9904	9904
ll	-6.550	-6.562	-6.563	-6.563	-6.588

Standard errors in parentheses. *p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

superior or	1.147648	1.131485	1.131485	1.135913	0.9733509
	(1.025 - 1.285)	(1.013 1.263)	(1.013 - 1.263)	(1.018 - 1.267)	(0.880 -1.077)
filho or	1.074094	1.040928	1.040928		
	(0.951 - 1.212)	(0.923– 1.174	(0.923– 1.174		
idade25a30 or	1.22193	1.228846	1.228846	1.240397	1.276168
	(1.074 - 1.390)	(1.080 -1.398)	(1.080 - 1.398)	(1.093 - 1.406)	(1.125 - 1.447)
% correta	61,13%	61,13%	61,13%	61,08%	61,08%

95% Conf. Interval in parentheses. Mariz de Porcentagem correta cutoff 0.5372

Matriz de Porcentagem Correta REG 4

Porcentagem correta		Observado		Total
		Formal	Informal	
Previsto	Formal	3724	2259	5983
	Informal	1596	2325	3921
Total		5320	4584	61,08%

As demais conclusões extraídas para o ano de 2002 no modelo 2 podem ser mantidas. Em especial, o sinal negativo do coeficiente associado à variável "idade41a65" e sua elevada significância, assim como a das demais variáveis associadas à idade.

Na Tabela 31 apresentada abaixo, o *odds ratio* da variável correspondente à escolaridade média na REG4 em 2009 aumentou para 40% (em 2002 era de 17%), **sugerindo aumento da importância desta variável para a obtenção de empregos no mercado formal** quando consideradas as duas amostras populacionais em foco.

Na mesma tabela (Tabela 31), trabalhadores mais velhos apresentam chances 50% menores de conseguirem um emprego formal. Em 2002, estas chances eram 40% menores, ou seja, **tornou-se mais difícil para um trabalhador entre 41 e 65 anos encontrar um emprego formal em 2009**.

Tabela 31: *Odds ratio* – REG 4

comreg	Odds ratio
idade19a24	1,2790
	(0,0866)
idade25a30	1,2403
	(0,0796)
idade41a65	0,5000
	(0,0256)
conjuge	0,7950
	(0,0388)
medio	1,4006
	(0,0661)
superior	1,1359
	(0,06347)
N	9904
Pseudo r2	0.0401
ll	-6563.3654

O Modelo 3: a incorporação da variável Renda

Retome-se a equação do Modelo 1 anteriormente apresentada:

$$Y = f\,(I, G, F, C, E)\ u \qquad (2)$$

A variável Renda – R – assim como a variável Mercado – M – são incorporadas:

$$R = f\,(I, G, F, C, E, M)\ u \qquad (3)$$

A variável independente **Mercado** é binária, *0* ou *1* para mercado informal e formal respectivamente. Já a variável dependente **Renda** é qualitativa e ordenada, indo de 1 a 7, conforme os agrupamentos de renda apresentados anteriormente na Tabela 10 (Capítulo 3) e que passaram a ser denominadas R1, R2, R3, R4, R5, R6 e R7, conforme tabela abaixo (Tabela 32):[69]

[69] Para minimizar a probabilidade de que haja viés de omissão de variável nos resultados, a R7 foi criada para as regressões. Na medida em que os 6 primeiros intervalos de renda (R1 a R6) apresentados na Tabela 10 (Capítulo 3) garantem mais de 95% de representação, os demais, entre R$ 5.001,00 e >= R$ 100.001,00, pela ínfima representação e, sobretudo, pelo pouco interesse neste estudo que não pretende tratar da *elite* ou das camadas

Tabela 32: Variáveis de Renda para o O*logit*

Variáveis de Renda	Intervalo de valores (R$) 2002	2002 Pessoas (%)	Intervalo de valores (R$) 2009	2009 Pessoas (%)
R1	0>=<350,00	27,64	0>=<600,00	27,85
R2	351,00>= <500,00	50,61	601,00>= <800,00	50,13
R3	501,00>= <900,00	73,02	801,00>= <1.400,00	72,88
R4	901,00>= <1.500,00	85,79	1.401,00>= <2.000,00	85,55
R5	1.501,00>= <3.000,00	93,90	2.001,00>= <3.900,00	92,72
R6	3.001,00>= <5.000,00	95,68	3.901,00>= <5.000,00	95,92
R7	>=5.001,00	100,00	>=5.001,00	100,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.
www.ibge.gov.br
Elaboração da autora.

Para as regressões, os valores das classes de renda em 2009 foram ajustados. O critério usado para tal ajuste foi a manutenção dos percentis na definição das classes de renda, conforme tabela acima (Tabela 32).

As demais variáveis explicativas I, G, F, C e E são as mesmas da relação funcional (1) apresentada no início deste capítulo.

Assim, para estimar a renda de um indivíduo segundo as suas características, utilizar-se-á o modelo econométrico O*logit*, na qual a variável de resposta é múltipla e disposta em uma escala ordenada de valores.

Nesta nova relação funcional (3):

R = Renda.

---

superiores de renda, foram agrupados numa única categoria (R7) e não serão analisados quanto à qualidade de inserção ocupacional dos indivíduos, permanecendo apenas como categoria de referência.

I = Idade do indivíduo.

G = Gênero.

F = Condição na família.

C = Cor

E = Nível de escolaridade.

M = Mercado de trabalho.

M1 = mercado formal.

A categoria mercado informal é usada como referência.

u = perturbações aleatórias associadas ao modelo.

Esta última equação do modelo que trata da **renda** será representada por 10 (dez) variáveis indicadoras mais o termo constante, estimando-se, portanto, 11 (onze) parâmetros para cada classe de renda.

O objetivo aqui é analisar a renda recebida pelos indivíduos segundo as características de idade, gênero, condição na família, cor, nível de escolaridade e qualidade de inserção no mercado de trabalho. Decompõem-se da seguinte forma:

$$R = a + \alpha_1 I_{1,i} + \alpha_2 I_{2,i} + \alpha_3 I_{3,i} + \beta_1 G_{1,i} + \mu_1 F_{1,i} + \mu_2 F_{2,i} + \sigma_1 C_{1,i}$$

$$+ \theta_1 E_{1,i} + \theta_2 E_{2,i} + \lambda_1 \mathbf{M}_{1,i} + u_i \qquad (3.1)$$

$$=$$

$$\mathbf{R = a + \Sigma\alpha_j I_{j,i} + \Sigma\beta_k G_{k,i} + \Sigma\mu_l F_{l,i} + \Sigma\sigma_q C_{q,i} + \Sigma\theta_p E_{p,i} + \Sigma\lambda_r M_{r,i} + u_i} \qquad (3.2)$$

Sendo a o intercepto e i =1,2,3....., n

Foram testadas seis especificações do modelo (REG1 a REG6). Os resultados da regressão para o ano de 2002 encontram-se nas tabelas que seguem (Tabelas 33 e 34). A especificação

REG1 é a mais completa. Da mesma forma que no Modelos 1 e 2, outras especificações foram testadas (REG2 a REG6) a partir da exclusão gradual de outras variáveis, mesmo que fossem significativas, para verificar, no Modelo 3, eventuais impactos sobre o coeficiente do ensino superior.

Tabela 33: Comparação entre modelos Renda 2002

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Orenda	REG1	REG2	REG3	REG4	REG5	REG6
idade19a24	-0.7890***	-0.7847***	-0.8732***	-0.8804***	-0.8508***	-0.6694***
	(0.0696)	(0.0696)	(0.0661)	(0.0660)	(0.0653)	(0.0637)
idade25a30	-0.3569***	-0.3594***	-0.4569***	-0.4573***	-0.4380***	-0.3599***
	(0.0605)	(0.0605)	(0.0555)	(0.0554)	(0.0552)	(0.0547)
idade41a65	0.22018***	0.2096***				
	(0.0516)	(0.0516)				
homem	0.8228***	0.8850***	0.8885***	0.8756***		
	(0.0484)	(0.0428)	(0.0428)	(0.0427)		
filho	-0.3000***	-0.2536***	-0.2718***	-0.2587***	-0.2797***	-0.1355*
	(0.0621)	(0.0598)	(0.0596)	(0.0595)	(0.0589)	(0.0578)
conjuge	-0.1636**					
	(0.0595)					
branco	0.4716***	0.4678***	0.4722***			
	(0.0443)	(0.0442)	(0.0442)			
medio	1.0272***	1.0268***	1.0159***	1.0519***	0.9739***	
	(0.0493)	(0.0493)	(0.0493)	(0.0492)	(0.0488)	
superior	2.9829***	2.9795***	2.9869***	3.0700***	2.8795***	2.4799***
	(0.0679)	(0.0679)	(0.0679)	(0.0674)	(0.0662)	(0.0624)
comreg	0.4051***	0.4093***	0.3919***	0.3959***	0.4115***	0.4280***
	(0.0422)	(0.0422)	(0.0419)	(0.0419)	(0.0418)	(0.0416)
N	7783	7783	7783	7783	7783	7783
ll	-1.189e+04	-1.190e+04	-1.190e+04	-1.196e+04	-1.218e+04	-1.238e+04

Standard errors in parentheses. *p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

Em todas as especificações, os sinais dos coeficientes corresponderam aos esperados e todas as variáveis se mostraram significativas. Os sinais negativos dos coeficientes associados às idades mais jovens indicam que trabalhadores mais jovens têm menor probabilidade de estarem nos estratos superiores de renda quando comparados aos trabalhadores cuja idade seja

superior a 31anos. O mesmo se observa para os sinais dos coeficientes associados aos cônjuges e aos filhos, em relação aos dos chefes de família.

O *log-likelihood ratio* elevado também indica que os modelos são, como um todo, estatisticamente significativos. [70]

A Tabela 34 apresenta os *odds ratio* dos coeficientes em cada especificação. **A variável associada à escolaridade superior apresenta probabilidade muito maior – quase 2000% – de estar nos estratos superiores de renda** quando comparada à variável de referência nas especificações REG1 a REG5 que é escolaridade básica (ensino fundamental).

Tabela 34: *Odds ratio* – REG1 a REG6 – Modelos Renda 2002

Orenda	(1) REG1	(2) REG2	(3) REG3	(4) REG4	(5) REG5	(6) REG6
idade19a24	0.454301	0.456240	0.417601	0.414611	0.4270754	0.512039
	(0.396 - 0.527)	(0.398 - 0.522)	(0.367 - 0.475)	(0.364 - 0.472)	(0.375 - 0.485)	(0.452 - 0.580)
idade25a30	0.6998389	0.6981296	0.6332171	0.6330217	0.6453521	0.6977688
	(0.621 - 0.788)	(0.620 - 0.786)	(0.568 - 0.706)	(0.568 - 0.706)	(0.579 - 0.719)	(0.627 - 0.777)
idade41a65	1.223649	1.233197				
	(1.105 - 1.353)	(1.115 - 1.364)				
homem	2.276783	2.42292	2.431592	2.400345		
	(2.070 - 2.503)	(2.228 - 2.635)	(2.235 - 2.644)	(2.207 - 2.610)		
filho	0.7408306	0.7759715	0.7619857	0.7720826	0.7560207	0.8732597
	(0.656 - 0.837)	(0.690 - 0.872)	(0.678 - 0.856)	(0.687 - 0.868)	(0.673 - 0.849)	(0.780 - 0.978)
conjuge	0.8490834					
	(0.756 - 0.954)					
branco	1.602635	1.596476	1.603512			
	(1.467 - 1.748)	(1.464 - 1.741)	(1.470 - 1.749)			
medio	2.793183	2.792173	2.761796	2.862968	2.648193	
	(2.536 - 3.077)	(2.535 - 3.076)	(2.508 - 3.041)	(2.600 - 3.152)	(2.408 - 2.913)	
superior	19.74489	19.6784	19.62771	21.54194	17.80537	11.94012
	(17.28 - 22.55)	(17.23 - 22.48)	(17.18 - 22.42)	(18.87 - 24.58)	(15.63 -20.27)	(10.56 -13.49)
comreg	1.499392	1.505785	1.479787	1.485676	1.509142	1.534187
	(1.380 - 1.629)	(1.386 - 1.635)	(1.363 - 1.606)	(1.368 - 1.612)	(1.390 - 1.638)	(1.414 - 1.665)

95% Conf. Interval in parentheses

[70] A avaliação do modelo também exigiria a construção da matriz de porcentagem correta, como feito nos Modelos 1 e 2. No Modelo 3, cuja variável categórica tem 7 classes, este procedimento exigiria um esforço maior que será empreendido em uma discussão futura. A ausência da matriz de porcentagem correta não permite avaliar o poder preditivo do modelo, mas permite analisar a importância das variáveis explicativas.

Na REG6, quando a variável "médio" foi excluída, o *odds ratio* para "superior" caiu significativamente, por conta da inclusão dos trabalhadores com escolaridade média na variável de referência. Isto é, o *odds ratio* da variável superior caiu em REG6 porque nesta especificação a comparação incluiu os trabalhadores com ensino médio, cuja diferença em relação aos trabalhadores com ensino superior é menor quando comparada com a renda dos trabalhadores que possuem apenas ao ensino básico.

Destaca-se também que **trabalhadores formais têm probabilidade em média 50% maior de estarem nos estratos superiores de renda**. Além disso, percebe-se que a exclusão da variável "brancos" em REG4 aumenta a probabilidade de os trabalhadores com ensino superior e médio estarem nos estratos superiores de renda, sugerindo que parte desse efeito talvez esteja associada à maior presença de brancos no ensino superior e médio. Esse efeito é maior no caso da variável "superior". O *odds ratio* do coeficiente da variável "médio" aumenta de 2,76 para 2,86 (aumento de 4%) enquanto o coeficiente do *odds ratio* da variável superior registra aumento de 19,62 para 21,54 (aumento de 10%).

O mesmo exercício foi repetido com os dados da PME de 2009 e os resultados estão nas Tabelas 35 e 36.

Na Tabela 35, a análise dos sinais e das significâncias dos coeficientes e do modelo permanece inalterada.

Na Tabela 36, que apresenta o *odds ratio* das variáveis, observa-se que o *odds ratio* da variável "médio" caiu de aproximadamente 180% na regressão com os dados de 2002 para apenas 80% na regressão com os dados de 2009, **sugerindo que o impacto do diploma do ensino médio na renda pode estar caindo**. O *odds ratio* da variável "superior" permanece relativamente inalterado.

Tabela 35: Comparação entre modelos Renda 2009

Orenda	(1) REG1	(2) REG2	(3) REG3	(4) REG4	(5) REG5	(6) REG6
idade19a24	-0.6345***	-0.6291***	-0.7294***	-0.7508***	-0.7144***	-0.6459***
	(0.0681)	(0.0681)	(0.0639)	(0.0639)	(0.0631)	(0.0627)
idade25a30	-0.2416***	-0.2405***	-0.3475***	-0.3612***	-0.3395***	-0.2686***
	(0.0591)	(0.0591)	(0.0535)	(0.0535)	(0.0531)	(0.0527)
idade41a65	0.1977***	0.2048***				
	(0.0479)	(0.0478)				
homem	0.9202***	0.9626***	0.9688***	0.9587***		
	(0.0425)	(0.0397)	(0.0397)	(0.0396)		
filho	-0.3009***	-0.2570***	-0.2763***	-0.2564***	-0.2790***	-0.2263***
	(0.0557)	(0.0535)	(0.0533)	(0.0532)	(0.0527)	(0.0525)
conjuge	-0.1423**					
	(0.0507)					
branco	0.5617***	0.5594***	0.5649***			
	(0.0412)	(0.0411)	(0.0411)			
medio	0.5901***	0.5910***	0.5753***	0.6092***	0.5547***	
	(0.0445)	(0.0445)	(0.0444)	(0.0443)	(0.0440)	
superior	3.0155***	3.0176***	3.0085***	3.1377***	2.9128***	2.6251***
	(0.0600)	(0.0600)	(0.0599)	(0.0593)	(0.0578)	(0.0536)
comreg	0.2756***	0.2769***	0.2535***	0.2556***	0.2827***	0.3212***
	(0.0395)	(0.0395)	(0.0391)	(0.0391)	(0.0389)	(0.0387)
N	9904	9904	9904	9904	9904	9904
ll	-1.351e+04	-1.351e+04	-1.352e+04	-1.361e+04	--1.392e+04	-1.400e+04

Standard errors in parentheses. *p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

Na Tabela 36, *odds ratio* da variável "branco" registrou pequeno aumento, mas marginalmente significativo. Sua exclusão em REG4 novamente aumentou o *odds ratio* das variáveis "médio" e "superior", especialmente no segundo caso.

Novamente, com a exclusão a variável "médio" em REG6 o *odds ratio* da variável "superior" é reduzido, mas de forma menos intensa em 2009 (de 18,4 para 13,8) quando comparado com 2002 (de 17,8 para 11,94), **sugerindo que em 2009 a distância entre o retorno de renda do ensino superior comparado ao do ensino médio pode ter aumentado**.

Tabela 36: *Odds ratio* – REG1 a REG6 – Modelos Renda 2009

Orenda	(1) REG1	(2) REG2	(3) REG3	(4) REG4	(5) REG5	(6) REG6
idade19a24	0.5301907	0.5330568	0.4822193	0.4720035	0.4894886	0.5242093
	(0.464 - 0.606)	(0.466 - 0.609)	(0.425 - 0.546)	(0.416 - 0.535)	(0.432 - 0.554)	(0.464 -0.593)
idade25a30	0.7853425	0.7862546	0.7064582	0.6968102	0.712143	0.7644621
	(0.699 - 0.882)	(0.700 - 0.883)	(0.636 - 0.784)	(0.627 - 0.774)	(0.642 - 0.790)	(0.689 -0.848)
idade41a65	1.218585	1.227276				
	(1.109 - 1.338)	(1.117 - 1.348)				
homem	2. 50972	2.618441	2.634681	2.608191		
	(2.309 - 2.727)	(2.422 - 2.830)	(2.437 - 2848)	(2.413 - 2.819		
filho	0.7401686	0.7734043	0.7586125	0.7738344	0.7718615	0.7974966
	(0.663 - 0.826)	(0.696 - 0.859)	(0.683 - 0.842)	(0.697 - 0.859)	(0.696 - 0.856)	(0.719 -0.884)
conjuge	0.867322					
	(0.7852 - 0.958)					
branco	1.753657	1.7497	1.759209			
	(1.618 - 1.900)	(1.614 - 1.899)	(1.623 - 1.907)			
medio	1.804093	1.805801	1.777734	1.838884	1.741444	
	(1.653 – 1.968)	(1.655 – 1.970)	(1.630 – 1.940)	(1.686 – 2.005)	(1.598 – 1.899)	
superior	20.39908	20.44271	20.25652	23.05093	18.4079	13.80615
	(18.13 – 22.94)	(18.18 – 22.99)	(18.01 – 22.78)	(20.52 – 25.89)	(16.43 -20.62)	(12.45 -15.31)
comreg	1.317342	1.319022	1.288466	1.291192	1.326671	1.378805
	(1.219 - 1.423)	(1.221 - 1.425)	(1.193 - 1.391)	(1.196 - 1.394)	(1.229 - 1.432)	(1.278 -1.487)

95% Conf. Interval in parentheses

O *odds ratio* da variável "comreg" em 2009 diminui aproximadamente 20 pontos percentuais quando comparado com 2002, sugerindo que **o registro em 2009 é aparentemente menos relevante para a renda**.

De forma semelhante, observa-se **relativo aumento** do *odds ratio* dos coeficientes **associados aos trabalhadores mais jovens** em 2009 quando comparado com 2002. Em 2002, a probabilidade de um trabalhador jovem (19 a 24 anos) estar nos estratos superiores de renda era de aproximadamente 57% menor em relação aos trabalhadores de referência (31 a 40 anos). Em 2009, essa probabilidade é apenas 50% menor, aproximadamente.

Capítulo 6: Conclusões

O objetivo deste trabalho era contribuir para a análise e a compreensão dos impactos, no curto prazo, da educação superior sobre o mercado de trabalho e sobre a renda dos trabalhadores em seu conjunto, em um momento no qual um maior número de pessoas mais jovens e mais escolarizadas passava a fazer parte de um mercado de trabalho que oferecia empregos com menos exigência de qualificação e menores salários.

Este cenário instigava a imaginação para descobrir quais arranjos sociais seriam feitos para dar conta deste momento particular e como a educação superior, comumente apresentada como o fator preponderante para a geração de diferenciais salariais e de empregabilidade, desempenharia o seu papel.

Sabendo-se, de antemão, que em qualquer lugar do mundo pessoas mais escolarizadas têm melhores condições no mercado de trabalho, era dado como certo que a expansão do ensino superior garantiria melhora relativa no plano individual, mas como isso se daria no conjunto da sociedade?

Por um lado, esperava-se que o aumento da oferta de pessoas mais escolarizadas no mercado de trabalho diminuísse a diferença salarial entre elas e aquelas com menor escolaridade, afinal, o preço de um bem - neste caso, a educação - é sempre o resultado da interação entre a oferta e a demanda por este bem. Da perspectiva da demanda, por outro lado, perguntava-se se o valor da educação superior não estava sendo superestimado.

Aparentemente, o mercado excluiria naturalmente os menos escolarizados e empregaria os mais escolarizados em funções simples, com remuneração correspondente, as quais, 7 anos antes, não exigiriam trabalhadores no topo da pirâmide de escolaridade. Situação que poderia

se tornar problemática uma vez que no nosso país, devido à tardia universalização da educação fundamental, a idade do trabalhador determina o quanto de educação ele recebeu.

A desigualdade na distribuição de educação ficou latente quando, no início da modelagem estatística deste estudo, várias bases de dados da PME das 6 regiões metropolitanas foram abertas e recortadas para os ensaios preliminares das construções das amostras e, particularmente para as regiões metropolitanas de São Paulo e de Porto Alegre, observou-se que os poucos analfabetos que apareciam tinham necessariamente mais de 50 anos de idade.

Para além da indignação do pesquisador, esta nota é colocada com duas intenções: a primeira é a de reforçar a expectativa de que, em aproximadamente 15 anos, São Paulo ou Porto Alegre não terão mais trabalhadores analfabetos e embora a mesma situação não deva ocorrer em Salvador ou Recife, trata-se de uma melhora de qualidade inquestionável para o conjunto da força de trabalho no nosso país. A segunda intenção é questionar sobre os próximos 15 anos de idade ativa destes trabalhadores os quais, frente aos impactos no mercado de trabalho que a expansão do acesso ao ensino superior indica, estarão excluídos.

Como se viu na análise descritiva, a competição no mercado de trabalho passou a ser desigual em termos de escolaridade: em 2009, mais da metade dos trabalhadores entre 41 e 65 anos continuava tendo apenas 8 anos de estudo, enquanto os mais jovens, entre 19 e 30 anos, que resultavam em mais de 30% da força de trabalho, tinham acessado o ensino superior. Como conseqüência deste fato, notou-se o aumento dos filhos e a diminuição dos chefes de família entre os ocupados com ensino superior.

Entretanto, ter ensino superior não era garantia de emprego para o trabalhador, pois se notava o aumento de quase 80% no desemprego das pessoas com este nível de escolaridade, cujo índice passou de 6,21% em 2002 para 11,06% em 2009. Ao mesmo tempo, verificava-se a queda no

nível de participação no desemprego das pessoas com até 8 anos de estudo que era de 47,68% em 2002 e passou para 26,87% no mesmo período.

Ressalvando-se o ano de 2003 - primeiro ano de governo Lula, no qual foi adotada uma política econômica ortodoxa para conter o processo inflacionário que vinha recrudescendo desde o período eleitoral - que registrou aumento na taxa de desemprego, o índice de desocupação caiu ao longo do período analisado por este estudo. No entanto, o desemprego se escolarizou e, em 2009, 50% dele tinha diploma de ensino médio.

Os resultados sobre o nível de escolaridade médio surpreenderam nas regressões ao revelarem (Modelo 2 para 2002) que a sua variável correspondente era significativa a 99% em todas as especificações em que foi considerada para o emprego com registro em carteira, ao contrário da variável "superior" que não foi significativa em nenhuma das especificações do modelo.

O aumento na PIA de trabalhadores com escolaridade média, isto é, 11 anos de estudo, significou maior estabilidade em termos percentuais de ocupação, notadamente para aqueles entre 41 e 65 anos de idade, mas, também foi o nível de escolaridade mais marcado pela desocupação dada a maior disputa pelas vagas de emprego que requeriam esta qualificação.

Os resultados dos impactos, entre 2002 e 2009, da escolaridade sobre a ocupação (emprego ou desemprego); da escolaridade sobre a qualidade da ocupação (mercado formal ou mercado informal); e os impactos na renda recebida pelos indivíduos segundo as características de escolaridade, idade, gênero, cor, condição na família e inserção no mercado de trabalho, apresentados no Capítulo 5, corroboraram grande parte das observações feitas a partir da estatística descritiva e trouxeram novos elementos para a compreensão da absorção das características individuais pelo mercado de trabalho da RMSP.

Um dos principais, foi o resultado na regressão do Modelo 1 para 2009, sugerindo que o ensino superior havia perdido importância para fins de empregabilidade. Concomitantemente, a

estatística descritiva no capítulo anterior, havia assinalado que a participação do nível de escolaridade superior perdia espaço ao longo do tempo nas fatias mais altas de renda e que o espaço perdido era ocupado basicamente pelo nível de escolaridade médio.

Além disso, para 2009, conforme revelou a REG4, o seu impacto aumentou para 40% (em 2002 era de 17%), sugerindo aumento da sua importância para a obtenção de empregos no mercado formal, sugerindo que a escolaridade média estava começando a entrar pela *porta da frente* do mercado de trabalho.

Ainda nesta mesma modelagem em 2002, foi sugerido que os trabalhadores mais velhos, entre 41 e 65 anos, embora com maiores chances de ocupação, como havia sido revelado no Modelo 1 para este mesmo ano, tinham menores chances de obtê-la no mercado formal, ao contrário dos trabalhadores mais jovens que tinham maiores chances de terem um emprego no mercado formal, embora a probabilidade de estarem ocupados fosse menor.

O impacto da idade no mercado informal, a *porta dos fundos*, foi mostrado nesta regressão e, a estatística descritiva já havia mostrado que em 2009, a participação dos chefes, categoria formada por trabalhadores majoritariamente com idades entre 41 e 65 anos, mesmo com nível de escolaridade superior, diminuiu consideravelmente nas fatias de renda mais altas (R4 a R6) em relação a 2002 e que tal diminuição era, sobretudo, devida ao aumento da participação dos filhos nestas fatias de renda.

O Modelo 3 revelou que o registro em 2009 tinha se tornado, aparentemente, menos relevante para a renda do que o era em 2002 quando os trabalhadores formais tinham probabilidade em média 50% maior de estarem nos estratos superiores de renda do que os demais. Em 2009, tornou-se ainda mais difícil para um trabalhador entre 41 e 65 anos encontrar um emprego formal.

Ao mesmo tempo, observava-se relativo aumento do *odds ratio* dos coeficientes associados aos trabalhadores mais jovens em 2009 para estarem nos estratos superiores de renda quando comparado com 2002.

Impossível conter o *espanto* frente à probabilidade de quase 2000% apresentada pela variável associada à escolaridade superior de estar nos estratos superiores de renda quando comparada à variável de referência (Modelo 3 para 2002). O primeiro olhar sobre este dado fez pensar que ela estava sendo *subestimada* e não superestimada como foi colocado no início deste capítulo.

Havia sido comentado no Capítulo 4 que a partir das fatias de renda R5 e R6, para todos os anos, a participação do nível de escolaridade superior suplantava os demais. No entanto, ao longo dos anos estudados, observava-se a queda gradativa da sua participação e o aumento de participação nestas fatias de renda da escolaridade média e básica. Vale destacar a partir deste ponto o fato de que trabalhadores com a mesma qualificação educacional transitam em diferentes fatias de renda, denotando que a qualificação educacional, por si só, não explica os retornos salariais e sugerindo que ela é mais importante para entrar no mercado de trabalho do que para transitar nele.

Nas modelagens para a renda, observou-se que o *odds ratio* da variável "médio" caiu de aproximadamente 180% na regressão com os dados de 2002 para apenas 80% na regressão com os dados de 2009, enquanto o *odds ratio* da variável "superior" permanecia relativamente inalterado.

Esta redução no *odds ratio* sugere que o impacto do diploma do ensino médio na renda possa estar caindo, ou seja, que as chances do trabalhador com esta qualificação de avançar em direção aos estratos superiores de renda onde se encontram aqueles com escolaridade superior estavam menores.

Ao encontro desta observação, a exclusão a variável “médio” em REG6 (Modelo 3) em 2009 reduziu o *odds ratio* da variável “superior” (de 18,4 para 13,8), mas de forma menos intensa quando comparado com 2002 (de 17,8 para 11,94), sugerindo que em 2009 a distância entre o retorno de renda do ensino superior comparado ao do ensino médio possa ter aumentado.

A redução das chances para os trabalhadores com escolaridade média de se aproximarem dos estratos mais altos de renda significa que eles estão cada vez mais próximos dos trabalhadores com escolaridade básica para os quais, nestes termos, poderia se falar em diminuição de diferença salarial - *pelo avesso* - em relação aos trabalhadores com mais qualificação educacional.

Este parece ser o arranjo social encontrado para dar conta não mais da expansão do acesso ao ensino superior, mas da universalização do ensino fundamental, particularmente de uma de suas conseqüências esperada: o aumento da demanda pelo ensino médio. Este aumento foi recorrentemente observado através, não apenas da maior presença na PIA de pessoas mais jovens com 11 anos de estudo, como também nas caracterizações e impactos da ocupação e do desemprego, do mercado formal e da participação na renda.

A situação privilegiada em termos de renda dos trabalhadores do ensino superior parece estar sendo mantida à custa dos trabalhadores com escolaridade média aliada a satisfação da sua demanda no mercado de trabalho e, nestes termos, apenas a saturação da oferta destes trabalhadores ou uma nova redefinição na estrutura ocupacional do mercado de trabalho poderia mudar este arranjo.

No entanto, se o processo de expansão do ensino superior continuar ocorrendo, os trabalhadores com esta qualificação irão se encontrar, em algum momento, na mesma *fila* que hoje se encontram os trabalhadores com escolaridade média. Se depender do crescimento da PIA, este momento não tardará.

Referências

ANDRADE, F. Mobilidade social na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Nova Economia**, n. Especial, pp. 109-159, 1995.

ARON R. **Les Désillusions du progrès**: essai sur la dialectique de la modernité. Paris: Calmann-Lévy, 1969.

ASHENFELTER; KRUGER. Estimates of economic return to schooling from a new sample of twins. **American Economic Review**, v. 84, n.5, 1994.

BANCO MUNDIAL. **Educación superior**: las lecciones de la experiencia. Washington: World Bank, 1994.

_____. **Education Sector Strategy**. Washington: World Bank/Human Development Group, 1999a.

_____. **Educational change in Latin America and The Caribbean**. Washington: World Bank, 1999b.

_____; UNESCO. **The task force on higher education and society**. Washington: World Bank, 2000.

BARBOSA, A. Mercado de Trabalho antes de 1930. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80. PP. 91-106, mar. 2008.

BARROS, R.; LAM, D. Income and education inequality and children's schooling attainment in Brazil. In: Birdsall, N.; Sabot, R.; Burns, B. (Eds.). **Opportunity Foregone**: Education in Brazil. Washington: Inter-American Developmental Bank, 1996.

BECKER, G. Human capital. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

_____. **A treatise on the family**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BEHRMAN, J.; DUREYA; S.; SZEKELY, M. **Schooling investments and aggregate conditions**: a household-survey-based approach for Latin America and The Caribbean, Inter-American Development Bank, Mimeo, 1999.

BIRDSALL, N.; SABOT, R.; BURNS, B. (Eds.). Opportunity foregone: education in Brazil. Washington: Inter-American Developmental Bank, 1996.

BLAU, P. M.; DUNCAN, O. R. The American occupational structure. NY : Wiley, 1967.

BLOSSFELD, H. P.; SHAVIT, Y. Persisting barriers: changes in educational opportunities in thirteen countries. In: SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H. (Eds.). **Persistent inequality**: changing educational attainment in thirteen countries. NY : Westview Press, 1993.

BOUNDON, R. **Education, opportunity and social inequality**. NY : John Wiley And Sons, 1973.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. NY : Freewood, 1977.

_____. **La noblesse d'Etat, grandes ecoles et esprit de corps**. Paris : Presses Universitaires de France, 1989.

_____. **O poder simbólico**. RJ : Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. SP : Zouk, 2004.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. SP : Zouk/EDUSP, 2007.

_____; PASSERON, J-C. **Reproduction in education, society and culture.** Beverly Hills : Sage, 1977.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Schooling. In: **Capitalist America**. London: Routledge, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. Parecer nº. 16 homologado em 25 de novembro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico. **Trajetória histórica da educação profissional no Brasil.**
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb016.pdf Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. **LDB (Lei Nº. 9.394/96) de 23 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Cap. I, art. 39 a 42.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla02.pdf Acesso em: 11 jul. 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. **Resolução Nº. 04** de dezembro de 1999b. Institui as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla06.pdf Acesso em: 12 jul. 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. **Decreto Nº. 2.208** de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal Nº. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/df2208_97.pdf Acesso em: 12 jul. 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional e Educação. Câmera de Educação Básica. **Parecer Nº. 16** homologado em 25 de novembro de 1999. Dispõe sobre As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
Disponível em : http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb016.pdf Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. **Decreto Nº. 5.154** de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla03.pdf Acesso em: 15 jul. 2006.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. **Parecer Nº. 39** homologado em 06 de janeiro de 2005. Prevê Três Alternativas de Organização para a Educação Profissional de Nível Técnico.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla05.pdf Acesso em: 15 jul. 2006 .

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. **Resolução Nº. 01** de 03 de fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla06.pdf Acesso em: 17 jul. 2006.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de Outubro de 1988. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/civil/constituicao/constitui%c3%c7ao.htm

BREEN, R. **A Rational choice model of educational inequality**. Estudio/working paper 2001/166, october 2001.

_____.; GOLDTHORPE, J. H. Class, mobility and merit: the experience of two british birth cohorts. **European Sociological Review**, v. 17, pp. 81-101, 2001.

_____. Explaining educational differentials: towards a formal rational action theory. **Rationality and Society** , v. 9, pp. 275-305, 1997.

_____.; JONSSON, J. 2000. A multinomial transition model for analyzing educational careers. **American Sociological Review**, v. 65, pp. 754-772, 2000.

_____.; Beliefs, rational choice and bayesian learning. **Rationality and Society**, v. 11, n. 4, pp. 463-480, 1999.

CARVALHO, A.; NERI, M. Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros. **Ensaios econômicos**, n. 392 , RJ : EPGE/Fundação Getulio Vargas Editora, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLARK T.; LIPSET, S. Are social classes dying? , **International Sociology**, n. 6, pp. 397-410, 1991.

COMIM, A. Mudando sem sair do lugar: emprego e estrutura ocupacional em São Paulo. In: GUIMARAES, N.; CARDOSO , A; ELIAS, P.; PURCELL, K. (Orgs.). **Mercados de trabalho e oportunidades**. Reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil. RJ: FGV, 2008, pp. 181-230.

CROMPTON, R. **Class and stratification: an introduction to current debates**. Cambridge : Polity Press, 2003.

DELOURS, J. (Coord.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. SP: Cortez/Brasília/DF: MEC/UNESCO, 1999.

DIAS, R.; LOPES, A. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. **Educação e Sociedade**, v, 24, n. 85, dez. 2003.
Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v24n85/a04v2485.pdf Acesso: em 20 de maio de 2009.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. A Ocupação Dos Jovens Nos Mercados De Trabalho Metropolitanos. **Estudos e Pesquisas**, ano 3, n. 24, SP: DIEESE, set. 2006.

DURYEA, S. **Family labor supply and schooling in Brazil**. Ann Arbor: University Of Michigan, Population Studies Center, 1997.

ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J. The Casmin Project and the American dream. **European Sociological Review**, v. 8, pp. 283-306, 1992.

_____. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford : Clarendon Press, 1993.

FARO, J. **Condições de trabalho dos professores do ensino superior privado**. SP: SINPRO-SP, 2003.

Ferreira, F. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de Classes ou heterogeneidade educacional? In: Henriques, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** RJ : IPEA, 2000.

FLETCHER, P.; RIBEIRO, S. **Modeling education system performance with demographic data**: an introduction to the Profluxo model. Brasília: Mimeo, 1989.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.; SILVA, T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação –** Visões Críticas**.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A Produtividade da escola improdutiva.** SP: Cortez, 2006.

GENTILI, P. A universidade na penumbra: o círculo vicioso da precariedade e a privatização do espaço público. In: GENTILI, P. (Ed.) **Universidades na penumbra.** SP: Cortez, 2001.

_____. A **falsificação do consenso** – simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOLDTHORPE, J. On economic development and social mobility. **British Journal Of Sociology**, v. 36, pp. 549-573, 1985.

_____; LLEWELLYN, C.; PAYNE, C. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford : Clarendon Press, 1987.

_____. On the service class: its formation and future. In: GIDDENS, A.; MACKENZIE, G. (Eds.). **Social class and the division of labor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. **Education-based meritocracy**: the barriers to its realization. Nuffield College, Oxford, s/d.

http://www-cpr.maxwell.syr.edu/seminar/spring05/goldthorpe.pdf Acesso em: 13 abril 2010.

GREENE, W. **Econometric analisys**. NY : Macmillan, 1993.

GUERRA, A; POCHMANN, M; AMORIN, R; SILVA, R. (Orgs.). **Atlas da nova estratificação social no Brasil**, v 1, Classe média: desenvolvimento e crise. SP: Cortez, 2006.

GUIMARAES, N.; CARDOSO, A.; COMIN, A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria Brasileira. In: HIRATA, H.; GUIMARAES, N. (Orgs.). **Desemprego:** trajetórias, identidades, mobilizações. SP: SENAC. Série Trabalho e Sociedade, pp. 45-90, 2006.

GUJARATI, N. **Basic Econometrics**. Mcgraw-Hill, 2003.

HASENBALG, C. ; SILVA, N. (Eds.) **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. RJ : Topbooks, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. http://www.ibge.gov.br/home/

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Edudatabrasil. Brasília: Inep, 2003a. http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/

_____. Censo da Educação Superior 2002. Brasília: INEP, 2003b. http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/

LAM, D.; SCHOENI, R.. Effects of family background on earnings and returns to schooling: evidence from Brazil. **Journal of Political Economy**, n.101, pp. 710-740, 1993.

_____; LEVISON, D. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. In: **Journal of Development Economics**, n. 37, pp. 199-225, 1992.

LANGONI, C. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico**. RJ: Expressão e Cultura, 1973.

LOCKWOOD, D.**El trabajador de la clase media**. Madrid: Aguilar, 1962.

MARE, R. Social background and school continuation decisions. In: **Journal of The American Statistical Association**, n. 75, pp. 295-305, 1980.

_____. Educational stratification on observed and unobserved components of family background. In: SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H. (Eds.) **Persisting inequality**. NY: Westview Press, pp. 351-376, 1993.

MARKET, W. Novas competências no mundo do trabalho e suas contribuições para a formação do trabalhador. In: **Revista Trabalho e Educação**, n.4. NETE/ FAE/UFMG,1998.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. SP: Scritta, 1995.

_____. (Org.) Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: **Crise e trabalho no Brasil**: Modernidade ou volta ao passado? SP: Scritta, 1996.

MENEZES-FILHO, N., FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. **Rising human capital but constant inequality**: the education composition effect in Brazil", Mimeo, 2000.

MESZAROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. pp. 27-44, SP: Boitempo, 2006.

MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. NY: Columbia University Press, 1974.

NISBET R. The decline and fall of social class. In: **Pacific Sociological Review**, n. 2, pp. 119-129, 1969.

PALMA FILHO, J. **Política educacional brasileira**: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos. SP: CTE Editora, 2005.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. SP: T. A. Queirós, 1979.

_____; Silva, N. **Mobilidade social no Brasil.** SP : Makron Books, 2000.

PERES, T. Comunidade Solidária: a proposta de um *outro* modelo para as políticas sociais. In: **Civitas**, v.5, pp.109 – 126. Porto Alegre, 2005.

RAFTERY, A.; HOUT, M. Maximally maintained inequality. In: **Sociology of Education**, n. 66, pp. 41-62, 1993.

RIBEIRO, C. Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. (Eds.) **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. pp. 381-430, RJ : Topbooks, 2003.

ROCHA, S. O mercado de trabalho e a inserção produtiva dos jovens. In: PARES, A.; BESERRA, D. E outros (Orgs.). **Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – PNAD: 2005. – Mercado de Trabalho – Brasília: MTE, 2007.

RUMMERT, S. A educação de jovens e adultos trabalhadores: o "novo" que reitera a antiga destituição de direitos. **Sísifo**, Revista de Ciências da Educação, v. 2, 2007.

_____. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. SP: Xamã, 2000.

_____. Historiografia da educação de jovens e adultos trabalhadores e a naturalização do caráter dual da Educação Brasileira. In: MENDONCA, S. (Org.) **Estado e História no Brasil**. Niterói, R.J: EDUFF/ FAPERJ, 2006.

SANTOS, J.A.F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. BH : Ed. UFMG/RJ: IUPERJ, 2002.

SCALON, M.C**. Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. RJ: Revan, 1999.

SCHWARTZMAN, S. A revolução silenciosa do ensino superior. In: DURHAM, E.; SAMPAIO, H. (Orgs.). O ensino superior em transformação. SP: Universidade de São Paulo/Núcleo de Pesquisa sobre Educação Superior (NUPES), pp. 13-30, 2001.

SCOTT, J. Comment on Goldthorpe. **British Journal of Sociology**, pp 507-512, v. 47, n. 3, 1996.

SEWELL, W.; HALLER, A.; PORTES, A. The educational and early occupational attainment process. In: **American Sociological Review**, pp. 82-92, n. 34, 1969.

SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H. (Eds.). **Persistent inequality**: changing educational attainment in thirteen countries. NY: Westview Press, 1993.

SHIROMA, E.; CAMPOS, R. **Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação.** Educ. Soc. [online]. V, 18, n. 61, pp. 13-35, 1997 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000400002&lng=en&nrm=iso Acesso em: maio de 2009.

SILVA, N.V. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. In: **Dados**, n 43, pp. 423-445, 2000.

_____. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Eds.) **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. pp. 105 – 138, RJ : Topbooks, 2003.

UNESCO. **World Declaration on higher education for the twenty-first century**: vision and action. UNESCO: Paris, 1998.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. RJ : Zahar, 1979.

_____. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

WESTERN, M; WRIGHT, E. Class boundaries and intergenerational mobility among men. In: **American Sociological Review**, v. 59, n. 4, 1994.

WOOLDRIGDE M. **Introductory econometrics**. Thomson, 2003.

WRIGHT, E. **Classes**. London: Verso, 1985.

_____. The debate on classes. London: Verso, 1989.